



**CAPEF**  
Relatório Anual  
2017



# ***Seu plano de previdência***







## **PATROCINADORES**

Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed)

Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef)

## **CONSELHO DELIBERATIVO**

Romildo Carneiro Rolim – Presidente Até 31/10/2017

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar – Presidente Desde 01/11/2017

Stélio Gama Lyra Júnior - Vice-Presidente Até 31/10/2017

José Andrade Costa - Vice-Presidente Desde 01/11/2017 (recondução)

José Jurandir Bastos Mesquita Até 30/01/2017

José Max Araújo Bezerra – de 30/01/17 até 08/02/2017

Lourival Nery dos Santos – de 09/02/2017 até 31/10/2017

Lourival Nery dos Santos – Desde 01/11/2017 (recondução)

José Nilton Fernandes

Nivaldo Trindade Santos

Reginaldo da Silva Medeiros

## **CONSELHO FISCAL**

Antônio Nogueira Filho - Presidente

Adelson Belchior Chaves- Vice-Presidente

Lúcia de Fátima Barbosa da Silva Até 31/10/2017

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros Desde 01/11/2017

Luiz Sérgio Farias Machado Até 14/06/2017

Luiz Eduardo Magalhães de Freitas de 14/06/2017 até 31/10/2017

Helton Chagas Mendes Desde 01/11/2017

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Zilana Melo Ribeiro - Diretora-Presidente até 30/3/2017

José Jurandir Bastos Mesquita – Diretor-Presidente Desde 31/3/2017

José Danilo Araújo do Nascimento - Diretor de Administração e Investimentos até 02/04/2017

Marcos José Rodrigues Miranda – Diretor de Administração e Investimentos Desde 3/4/2017

José Alan Teixeira da Rocha – Diretor de Previdência até 02/04/2017

Francisco José Araújo Bezerra – Diretor de Previdência Desde 3/4/2017

## **OUVIDORIA**

Maria Auxiliadora Bezerra – Ouvidora

## **CANAIS DE RELACIONAMENTO**

### **RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTES**

0800 9705775 (chamadas de fixo)

4020-1615 (chamadas de celular)

relacionamento@capef.com.br

www.capef.com.br

Av. Santos Dumont, 771, Centro, Fortaleza – CE

### **OUVIDORIA**

ouvidoria@capef.com.br

## **EXPEDIENTE**

### **CONTEÚDO E APROVAÇÃO**

Gerência de Desenvolvimento Institucional da Capef - GEDIN

### **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

GO! Branding + Design

# Sumário

06	MENSAGEM DA DIRETORIA
08	LINHA DO TEMPO
10	MISSÃO E VALORES
12	SEÇÃO ESPECIAL: 50 ANOS
14	GOVERNANÇA CORPORATIVA
20	GESTÃO DE RELACIONAMENTO
28	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
36	GESTÃO DOS INVESTIMENTOS
52	GESTÃO ADMINISTRATIVA
57	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
67	NOTAS EXPLICATIVAS
101	PARECERES
121	SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

# Mensagem da Diretoria

**R**enovação. Essa palavra consegue resumir os acontecimentos da Capef ao longo do ano de 2017, iniciado com a renovação dos membros da Diretoria-Executiva, nomeados pelo Conselho Deliberativo.

O nosso mandato já foi iniciado com a grande missão de atualizar a marca da Capef, no ano em que ela comemorou 50 anos de fundação, projeto aprovado pela gestão anterior. Ficamos honrados com o desafio de assumir a direção da Entidade em um momento tão especial. Afinal, não é sempre que uma instituição completa meio século de existência com solidez e perenidade.

O projeto de atualização da marca aconteceu não somente na identidade visual da Entidade, mas na adoção de novas formas de se relacionar, buscando estar mais próxima dos Participantes.

Em 2017, essa proximidade com os Participantes foi ampliada, por meio de visitas a várias cidades do Nordeste, incluindo algumas do Norte de Minas Gerais, para a realização de Encontros com os Participantes, cujo intuito é apresentar a situação dos planos previdenciários, possibilitando a troca de informações, debates e o esclarecimento de dúvidas.

A Diretoria e os profissionais da Capef visitaram 50 municípios, reunindo-se com aproximadamente 389 empregados sem cobertura previdenciária. O resultado desse esforço superou as expectativas, tendo como consequência, além da maior presença física da Capef junto ao seu corpo de associados, o incremento das adesões ao Plano CV I.

O resultado foi uma renovação também no quadro de Participantes do Plano CV I, com o incremento de 197 novas adesões, atingindo a marca de 5.372 Participantes em 2017, fruto desse trabalho de aproximação e da Campanha “Plano CV I: sua adesão vale mais”, realizada em parceria com o BNB

A campanha consistiu na realização de uma série de ações, contendo o envio de malas diretas, atendimentos personalizados por meio de visitas às cidades que apresentavam significativa quantidade de funcionários não aderentes, vídeos explicativos e promoções para subsidiá-los e estimulá-los nessa tomada de decisão tão importante para o seu futuro e o de seus familiares.

Para fechar o ano com chave de ouro, os Planos administrados pela Capef superaram suas respectivas metas atuariais, de maneira que os bons resultados pudessem ser compartilhados com os Participantes.



**Fran Bezerra**  
Diretor de Previdência

**Jurandir Mesquita**  
Diretor-Presidente

**Marcos Miranda**  
Diretor de Adm. e Investimentos

Ainda que diante de um cenário econômico desafiador, o Plano BD obteve no ano um retorno de 9,74%, frente a uma meta de 7,68%, e o CV I alcançou um resultado de 10,03%, superior à meta de 8,61%.

No caso do Plano BD, o bom desempenho das aplicações permitiu ao Conselho Deliberativo a aprovação de um reajuste de 3,24% nos benefícios, superior ao INPC de 2017, que atingiu 2,07%.

Esse reajuste é resultado do INPC (índice atrelado ao Plano BD) de 2017, acrescido de 1,15%, percentual que faltava para recompor totalmente o reajuste concedido abaixo da inflação em 2009.

Já os resultados do Plano CV I permitiram reajustar o valor do benefício dos aposentados, da fase de renda certa a prazo certo, em 4,23%.

Outro importante destaque do Plano CV I foi a redução da taxa de administração do Plano de 5,3% para 5%, com vigência a partir de janeiro de 2017. Com a mudança, o Participante terá mensalmente 0,3% a mais em sua conta individual, aumentando, por consequência, o benefício projetado de aposentadoria.

Embora tenhamos tido um excelente ano, sabemos que 2018 trará muitos novos desafios, a começar pela economia, com reduzidas taxas de juros e cenário político incerto (ano eleitoral).

Por fim, agradecemos a confiança dos Participantes e reafirmamos nosso compromisso de buscarmos uma gestão eficiente dos recursos dos Planos de Benefícios.

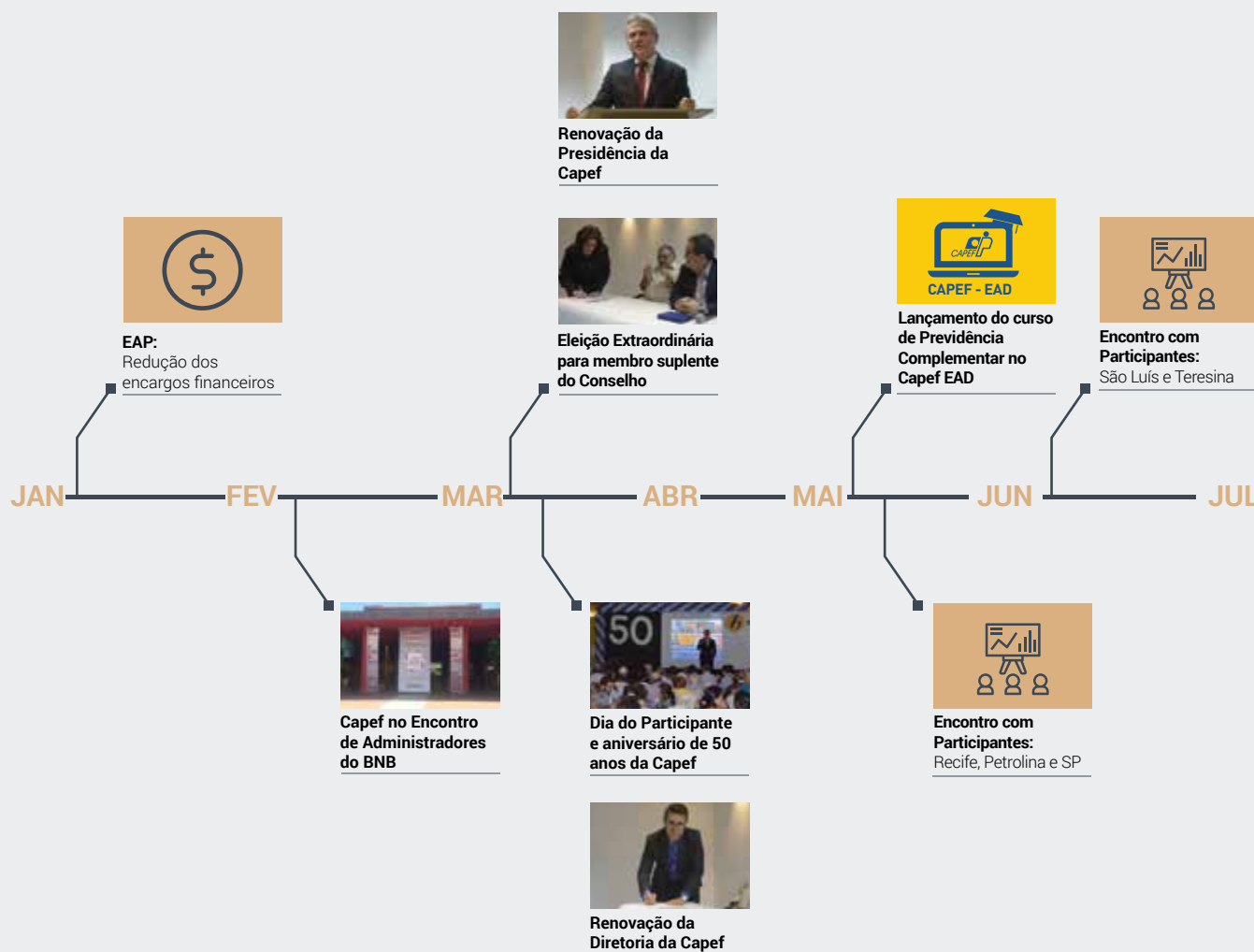
A seguir, apresentamos neste relatório todas as ações realizadas ao longo de 2017, os demonstrativos de investimentos, demonstrações contábeis, pareceres e políticas de investimentos, segregados por Plano.

Desejamos uma boa leitura e um ano repleto de renovações positivas para a Capecf e para você, participante!

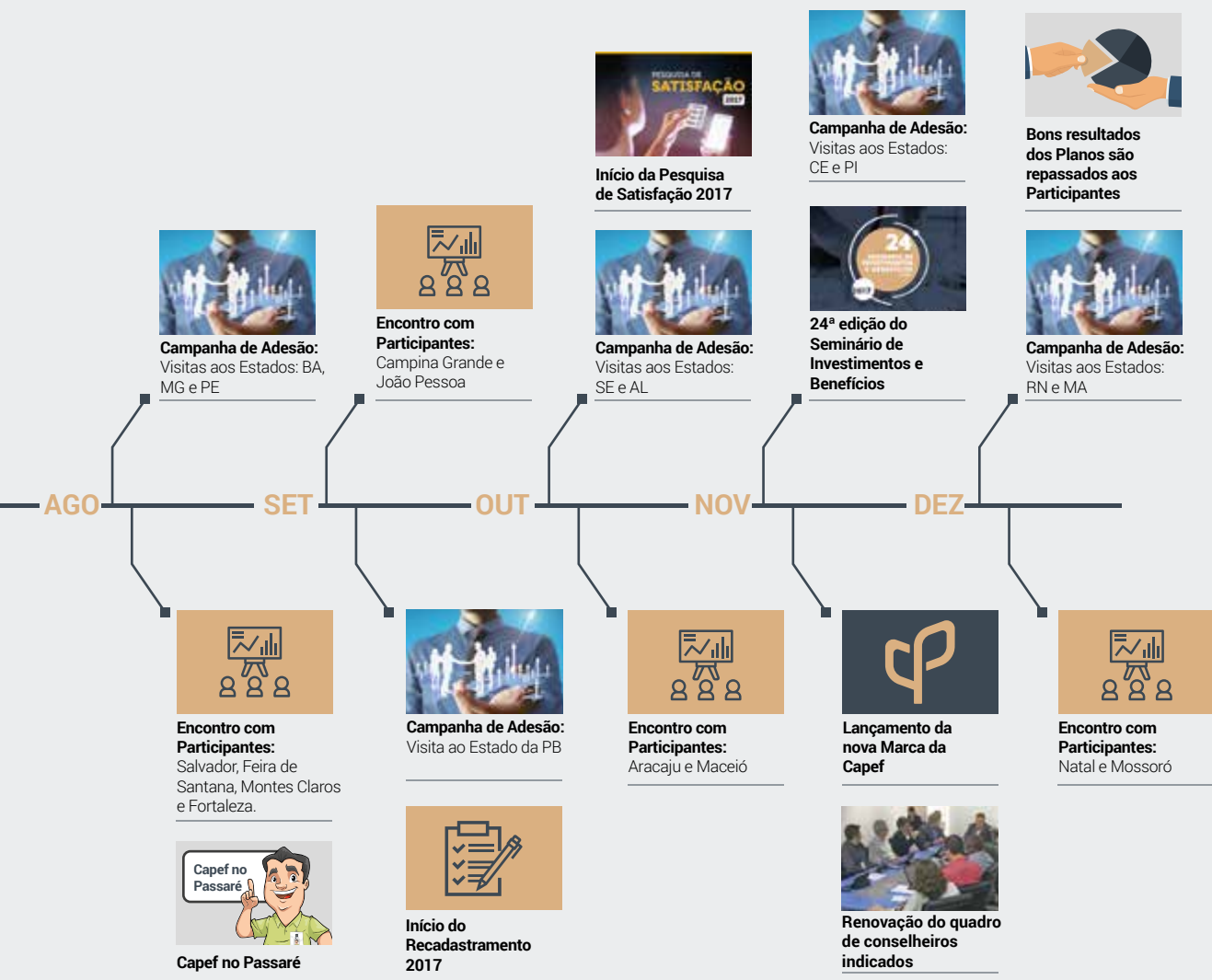
Boa leitura!

## **A Diretoria**

# Linha do Tempo das Nossas Ações em 2017







## **Missão**

Proporcionar bem estar aos participantes e beneficiários, por meio da administração de planos de previdência privada.

## **Valores**

Ética  
Transparência  
Prudência  
Excelência  
Gestão Compartilhada  
Credibilidade



**50**  
anos  
DE EXISTÊNCIA

**2<sup>o</sup>**  
maior  
EFPC DO NO/NE

**31<sup>o</sup>**  
maior  
EFPC DO BRASIL

---

**R\$ 4,267 BI**  
PATRIMÔNIO DE  
INVESTIMENTOS  
TOTAL

**12.162**   
PARTICIPANTES  
TOTAL

---

PLANO BD

**R\$ 3,531 BI**  
PATRIMÔNIO

**6.567**   
PARTICIPANTES

---

PLANO CV

**R\$ 736 MI**  
PATRIMÔNIO

**5.595**   
PARTICIPANTES



# CAPEF 50 anos: você faz parte dessa história!

Foi o sonho de um futuro tranquilo que inspirou um grupo de funcionários do Banco do Nordeste e a Diretoria da época a criarem a Capef, no dia 08 de março, de 1967.

E esse sonho foi sendo construído em conjunto com os patrocinadores, dirigentes, conselheiros, funcionários e participantes que se dedicaram à Entidade, ao longo desses 50 anos de história.

Com foco nos interesses comuns dos Participantes, a Capef conseguiu superar grandes desafios e reestabelecer uma relação de confiança e credibilidade com seus associados, por meio de uma gestão transparente e eficiente.

Para celebrar essa data especial, a Capef realizou algumas ações comemorativas com os principais protagonistas dessa história: os Participantes!

## EVENTO FESTIVO

A comemoração do aniversário de 50 anos da Entidade ocorreu em conjunto com o tradicional evento do Dia do Participante. Os Participantes residentes em Fortaleza foram convidados a celebrar essa data com a Capef, no BNB Clube.



ROMILDO ROLIM,  
PRESIDENTE  
DO CONSELHO  
DELIBERATIVO,  
FAZ DISCURSO  
DE ABERTURA NO  
EVENTO FESTIVO  
DA ENTIDADE, QUE  
LOTOU O SALÃO DO  
BNB CLUBE.



## PROMOÇÃO “A CAPEF NA MINHA VIDA”

Cientes de que esses 50 anos de história jamais poderiam ser escritos sem o participante, no início de 2017, foi lançada a Promoção “A Capef na Minha Vida”, cujo intuito foi buscar entender a relação do público com a Entidade.

A promoção consistiu em estimular o envio de vídeos pelos Participantes sobre o que a Capef representava em suas vidas.

O resultado da promoção foi um sucesso, pois obtivemos diversos depoimentos, que apontavam a Capef como uma instituição sólida e confiável, além de essencial na vida dos participantes.



## ATUALIZAÇÃO DA MARCA

Aproveitando a ocasião dos 50 anos, a Capef teve a sua marca atualizada, com intuito de se modernizar e de se preparar para os próximos anos.

O processo de atualização envolveu o redesenho do logotipo, a repaginação da identidade visual e a adoção de uma nova forma de comunicar e se relacionar, mais próxima do Participante.

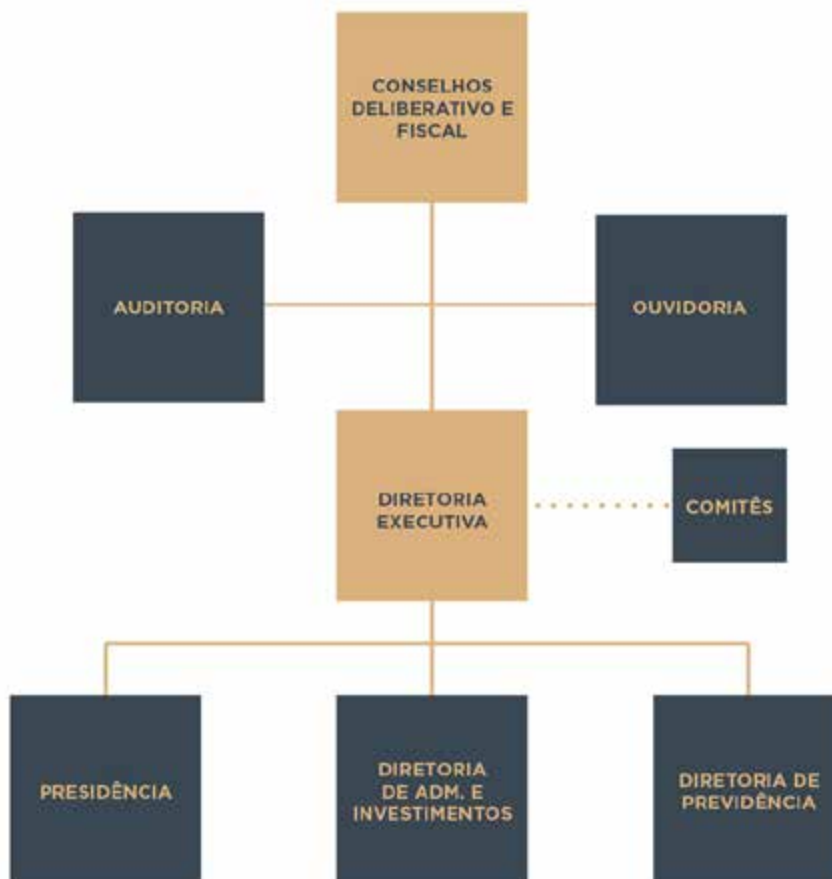


# Governança Corporativa

## ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Para garantir a gestão responsável dos Planos Previdenciários, a Capef atua em consonância com as práticas de governança do sistema de previdência complementar e com as disposições normativas.

Referidas práticas visam preservar o direito dos participantes, cumprir o contrato previdenciário previsto no Regulamento, bem como harmonizar os interesses dos Participantes e Patrocinadores.





## RENOVAÇÃO NA DIRETORIA E NOS CONSELHOS

Em consonância com as disposições estatutárias, em 2017, ocorreram alterações nos membros indicados pelos Patrocinadores nos Conselhos, bem como na Diretoria da Capef. Confira a seguir o quadro dos atuais membros estatutários.



### CONSELHO DELIBERATIVO

#### INDICADOS

Henrique Jorge Tinoco de Aguiar, **Presidente**  
 José Andrade Costa, **Vice-Presidente**  
 Lourival Nery dos Santos

#### ELEITOS

José Nilton Fernandes  
 Nivaldo Trindade Santos  
 Reginaldo da Silva Medeiros

### CONSELHO FISCAL

#### INDICADOS

Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
 Helton Chagas Mendes

#### ELEITOS

Antônio Nogueira Filho, **Presidente**  
 Adelson Belchior Chaves, **Vice-Presidente**

### DIRETORIA

José Jurandir Bastos Mesquita – **Presidente**  
 Marcos José Rodrigues Miranda – **Diretor de Administração e Investimentos**  
 Francisco José Araújo Bezerra – **Diretor de Previdência**

## CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS

Com o objetivo de capacitar os conselheiros sob a perspectiva prática, a Caepf organizou um treinamento in company, por meio da UNIABRAPP, que visava apresentar os seguintes temas:

- Papel e responsabilidades dos conselhos e sua relação com a governança corporativa;
- Gestão de investimentos e análise de demonstrativos contábeis; e
- Parecer do Conselho Fiscal.

O treinamento ocorreu nos dias 02, 03 e 04 de agosto, na sede da Caepf, com participação de vários de nossos conselheiros, bem como das outras quatro fundações sediadas em Fortaleza-CE e uma de Pernambuco, as quais dividiram com a Caepf as despesas para a realização da capacitação.

Além de capacitar os conselheiros das entidades, o treinamento ainda permitiu ganho de pontuação aos profissionais certificados, no programa de educação continuada do Instituto de Certificação dos Profissionais da Seguridade Social - ICSS.

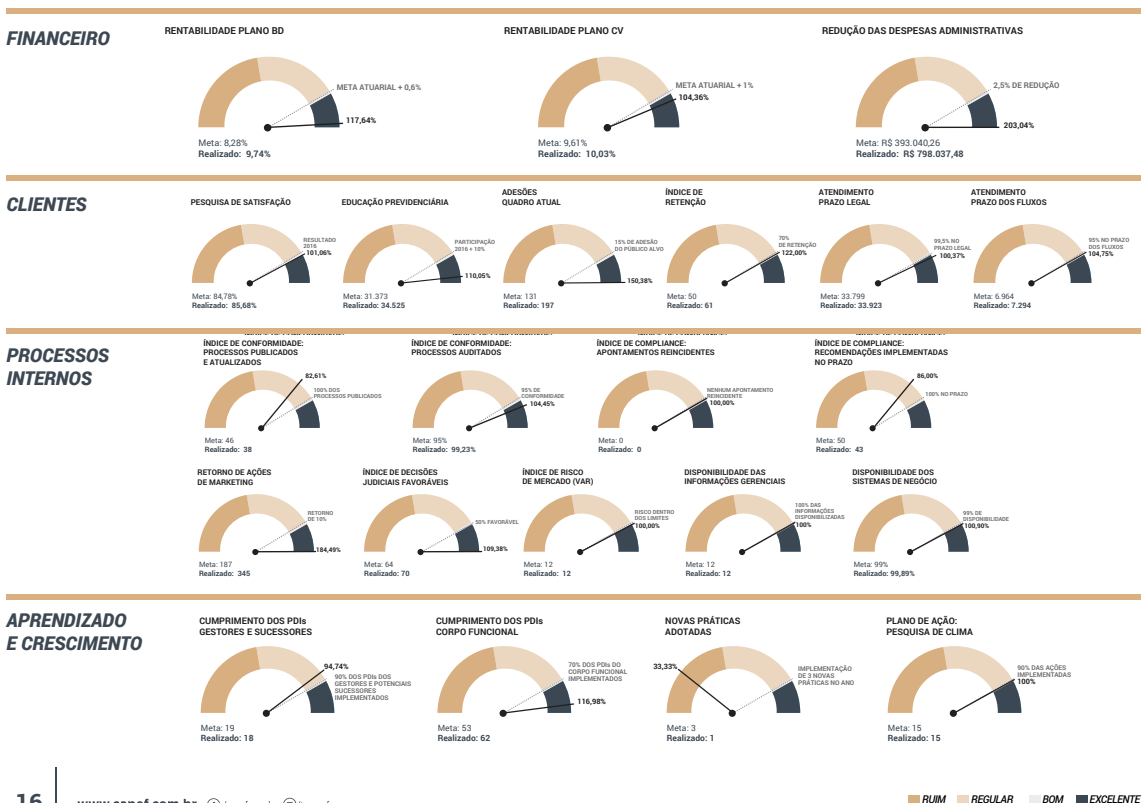
## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Caepf adota desde 2010 um modelo de Planejamento Estratégico baseado na metodologia do Balanced Scorecard, visando desenvolver vantagens competitivas que favoreçam a sustentabilidade do negócio. Tal metodologia permite a definição de objetivos estratégicos, seus indicadores e metas, bem como o acompanhamento sistemático dos resultados alcançados.

Para o acompanhamento dos resultados, são utilizados os fóruns a seguir:

<p><b>FÓRUNS DE AVALIAÇÃO E GESTÃO - FAGS</b></p> <p><i>Realizado mensalmente, visa a apresentação dos resultados corporativos e setoriais para todo o corpo gerencial, além de discutir pautas de cunho estratégico.</i></p>	<p><b>FÓRUNS DE ALINHAMENTO DAS EQUIPES - FAES</b></p> <p><i>Conduzidos pelos gestores após os FAGs, visa repassar às equipes os resultados apresentados nos FAGs e as pautas estratégicas apresentadas.</i></p>	<p><b>FÓRUNS DE ALINHAMENTO INSTITUCIONAL - FAIS</b></p> <p><i>Trimestralmente, a GEDIN apresenta a todos os resultados acumulados. Neste momento, também ocorre o repasse de informações institucionais, por meio de um diálogo direto entre a Diretoria e os colaboradores da Caepf.</i></p>
---	--	--

Ancorado no Mapa Estratégico da Entidade, o quadro abaixo apresenta os resultados apurados ao final de 2017.



## 24º SEMINÁRIO DE INVESTIMENTOS E BENEFÍCIOS





O mais importante evento de governança da Capecf ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro e teve a maior participação desde o seu lançamento, há 24 anos.

Agendado para acontecer no miniauditório do Centro de Treinamento do Passaré, o evento teve que ser transferido para o auditório principal, com capacidade dobrada de público, devido ao alto número de inscritos. Durante os dois dias, foram 267 Participantes presentes, além dos 415 que acompanharam em tempo real pela internet ou intranet do Banco.

O principal objetivo do Seminário, que ocorre anualmente desde 1994, é reunir representantes de instituições financeiras, de órgãos de regulamentação e de controle do sistema de previdência complementar e de especialistas no tema com os Participantes e profissionais de investimentos e benefícios da Entidade, a fim de discutir temas de interesse das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, particularmente da Capecf, servindo ainda para realizar uma análise prospectiva do cenário econômico e contribuir na construção das Políticas de Investimentos a serem implementadas para os planos administrados pela Capecf para o ano seguinte.




Em seu discurso, o Presidente do BNB à época, Marcos Holanda, frisou a boa saúde financeira da Capecf, creditando isso ao modelo adotado de gestão compartilhada, onde os Participantes têm papel atuante. “Um dos grandes ativos que o Banco tem hoje é exatamente ter uma caixa de previdência muito ajustada. Isso é algo que não aconteceu de graça. Foi um processo coletivo de construção”, elogiou.



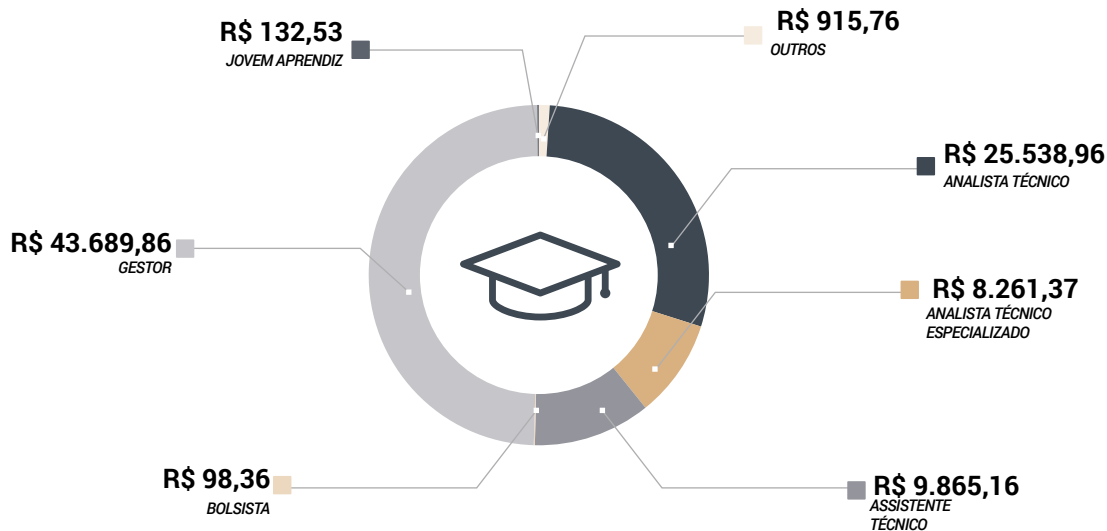
## GESTÃO DE PESSOAL

A Capecf acredita que ter em sua estrutura de governança profissionais tecnicamente qualificados faz toda a diferença no aperfeiçoamento de sua gestão. Por esse motivo, investe e estimula a qualificação de seus empregados, de modo a ampliar o conhecimento do negócio e disseminar a informação entre eles.

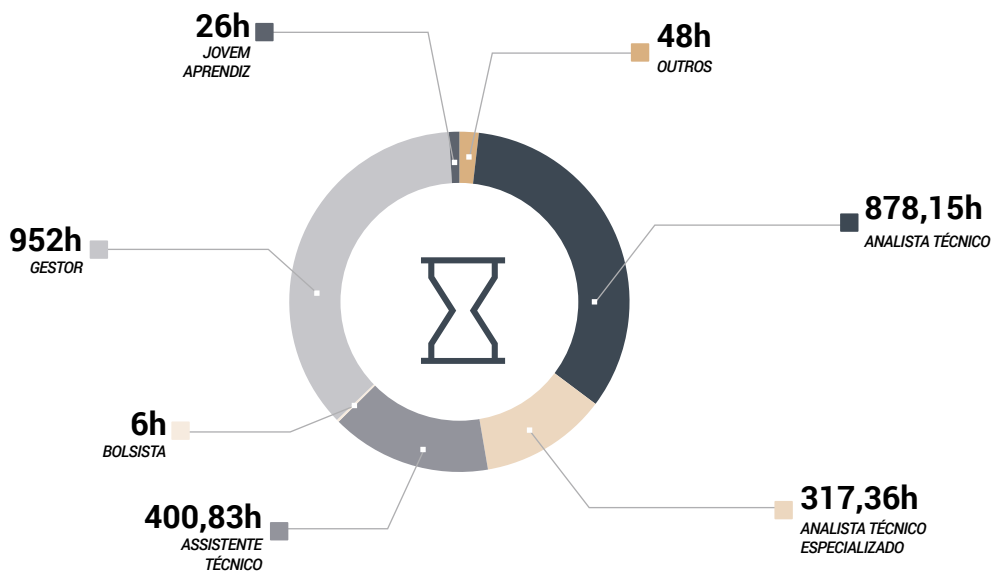
## PERFIL FUNCIONAL

			TOTAL
NÍVEL MÉDIO	0	1	1
SUPERIOR INCOMPLETO	3	9	12
SUPERIOR COMPLETO	9	13	22
ESPEC. / MBA	11	12	23
MESTRADO	3	1	4
	<b>26</b>	<b>36</b>	<b>62</b>

## INVESTIMENTO EM TREINAMENTO



## CARGA HORÁRIA DE TREINAMENTO POR CARGO



OBS: A DIRETORIA E OS CONSELHOS NÃO ESTÃO INCLuíDOS, POIS ALGUNS DE SEUS TREINAMENTOS SÃO RESSARCIDOS PELO BNB.









# Gestão de Relacionamento

Cada vez mais próxima do Participante! É assim que a Capef tem trabalhado ultimamente para ampliar seus pontos de contato com os Associados, seja por meio dos encontros presenciais, ações de educação previdenciária, promoções interativas, canais de atendimento e comunicação, que visam a formação e a aproximação de seu público-alvo.

## ATENDIMENTOS

PÚBLICO	ASSUNTO	PLANO
<b>29.640</b> ASSISTIDOS	<b>38.265</b> PLANOS BD E CV I	<b>34.547</b> PLANO BD
<b>14.093</b> ATIVOS	<b>4.824</b> CONVÊNIO	<b>10.555</b> PLANO CV I
<b>832</b> BENEFICIÁRIOS	<b>3.488</b> OUTROS ATENDIMENTOS	<b>1.475</b> NÃO IDENTIFICADOS
<b>466</b> PENSIONISTAS DE ALIMENTOS	<b>46.577</b> TOTAL	<b>46.577</b> TOTAL
<b>1.546</b> OUTROS		
<b>46.577</b> TOTAL		

## ATENDIMENTOS EM 2017 POR CANAL

   				
<b>46.577</b> TOTAL	<b>27.632</b> TELEFONE	<b>7.694</b> E-MAIL	<b>6.556</b> PRESENCIAL	<b>4.695</b> CORRESPONDÊNCIA



## CANAIS DE ATENDIMENTO



TELEFONE FIXO

**0800 9705775**



CELULAR

**4020 1615**



ATENDIMENTO PRESENCIAL

**Av. Santos Dumont, 771  
Centro - Fortaleza-CE**



E-MAIL

**relacionamento@capef.com.br**



HORA MARCADA

**agendamento  
eletrônico pelo site**

## ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA

Outro importante canal de atendimento entre a Entidade e seus Participantes, é a Ouvidoria. Em 2017, foram realizados 208 atendimentos, sendo 30% referentes ao Plano CV I e 70% referentes ao Plano BD, conforme detalhamento no quadro a seguir.

**58**

SOLICITAÇÕES

**68**

RECLAMAÇÃO

**63**

SUGESTÃO

**19**

ELOGIO

**=**

**208**

TOTAL

## NOVO FORMATO DOS ENCONTROS COM PARTICIPANTES




Realizados em conjunto pela Diretoria e Ouvidoria da Capef, os Encontros com Participantes têm o objetivo de apresentar a situação dos planos previdenciários da Entidade aos associados residentes nas mais diversas cidades, possibilitando a troca de informações, debates e o esclarecimento de dúvidas.

Na busca de ampliar ainda mais a participação dos funcionários nos Encontros, já que muitos não compareciam às reuniões por serem no horário de expediente, em 2017, esses encontros foram otimizados. Após a apresentação, os diretores passaram a visitar, ao longo do dia, cada um dos ambientes de trabalho, apresentando aos funcionários dessas lotações as principais informações repassadas durante o evento.

Com esse novo formato, em 2017, a Capef visitou várias cidades, especialmente as que concentram grande número de participantes ativos (com cobertura e sem cobertura previdenciária), assistidos e pensionistas.

Ao todo, foram realizados 16 Encontros, abrangendo 981 Participantes. Cada evento teve a participação de um representante da Diretoria da Capef, além da presença do BNB e demais parceiros: CAMED, AABNB, AFBNB e alguns sindicatos locais.

## ENCONTROS COM PARTICIPANTES

		
RECIFE	<b>08/05</b>	<b>78</b>
PETROLINA	<b>09/05</b>	<b>46</b>
SÃO PAULO	<b>24/05</b>	<b>25</b>
SÃO LUÍS	<b>20/06</b>	<b>78</b>
TERESINA	<b>21/06</b>	<b>71</b>
SALVADOR	<b>09/08</b>	<b>111</b>
FEIRA DE SANTANA	<b>10/08</b>	<b>56</b>
MONTES CLAROS	<b>14/08</b>	<b>97</b>
FORTALEZA – PASSARÉ	<b>21/08</b>	<b>46</b>
FORTALEZA – CAPEF	<b>22/08</b>	<b>58</b>
CAMPINA GRANDE	<b>11/09</b>	<b>30</b>
JOÃO PESSOA	<b>12/09</b>	<b>114</b>
ARACAJU	<b>23/10</b>	<b>45</b>
MACEIÓ	<b>24/10</b>	<b>46</b>
NATAL	<b>06/12</b>	<b>46</b>
MOSSORÓ	<b>07/12</b>	<b>34</b>

TOTAL: **16** CIDADES

**981** PARTICIPANTES



ENCONTRO COM PARTICIPANTES EM MACEIÓ - AL



ENCONTRO COM PARTICIPANTES EM SÃO LUÍS - MA



ENCONTRO COM PARTICIPANTES EM JOÃO PESSOA - PB

## EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Capef investe em ações educativas, com intuito de ampliar os conhecimentos financeiros e previdenciários de seus Participantes, estimulando-os a acompanhar mais de perto a gestão dos seus recursos.

Além da disseminação do conhecimento, as ações ainda possibilitam a aproximação dos Participantes com a Entidade e promovem a interatividade.

## NOVO CURSO NA PLATAFORMA CAPEF EAD



**CAPEF • EAD**

Além do curso de Gestão dos Investimentos, um novo curso espera por você:  
**SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

- ✓ FÁCIL ACESSO
- ✓ CURSO GRATUITO
- ✓ EMISSÃO DE CERTIFICADO

**INSCREVA-SE JÁ**

Em maio de 2017, a Capef implementou algumas novidades na sua plataforma de ensino a distancia, CAPEF – EAD. Foram elas:

- A inclusão de um novo curso “Sistema de Previdência Complementar”, cujo conteúdo abrange os principais fundamentos da previdência complementar; e
- A atualização do curso de “Gestão dos Investimentos”, detalhando o módulo de alternativas de investimentos e tornando a leitura mais atrativa, com novas ilustrações (organogramas e gráficos).



## APLICATIVO PLANO CV I: MAIS DE 3.000 DOWNLOADS

Com pouco mais de 1 ano de lançamento, o aplicativo Plano CV I já obteve 3.032 downloads, tendo como campeões de acesso os menus: meu extrato, meu benefício e custeio atual.

O aplicativo possibilita, de uma forma mais ágil e atrativa, acesso a vários recursos, como: inscrição ao Plano, simulador de benefício, custeio, extrato, aporte extra, resultados, publicações e muito mais.

**SAIBA COMO BAIXAR O APP:**  
Acesse as lojas da Apple ou da Google Play, digitando no campo de busca o nome: Plano CVI.





## EFPCS COMPARTILHAM EXPERIÊNCIAS DE RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

Com o objetivo de compartilhar experiências de sucesso com profissionais de outras fundações inseridas no segmento, algumas das Entidades representadas na Comissão Técnica Regional de Comunicação e Marketing da Regional Nordeste (CTR COM NE), dentre elas a Capef, produziram em conjunto um “Book de Ações”.

O material traz ações de Comunicação e Relacionamento realizadas pelas fundações Bases, Capef, Celpos, CompesaPrev, Ecos, Faelba e Fasern, sob três perspectivas: ações itinerantes; ações de comunicação interna; e ações de comunicação criativa. Conforme descrito na apresentação do “Book de Ações”, o propósito da iniciativa é “ampliar e viabilizar as alternativas de implementação de ideias simples e efetivas, principalmente para os fundos com limitação de orçamento”.

A Capef teve uma participação bastante efetiva na produção desse trabalho, tendo sido inclusive responsável pela criação do projeto gráfico e diagramação de todo o conteúdo.



## AÇÕES INTERATIVAS

### IMPLANTAÇÃO DO CANAL ABERTO NO SITE

Ainda em comemoração aos 50 anos, a Capef atendeu a uma antiga demanda de Participantes que solicitavam rotineiramente um espaço para divulgar seus trabalhos pessoais/currículos, os quais podem ser de interesse dos demais colegas.

Além de ótimos bancários, sabemos que o BNB possui uma vasta gama de talentos em áreas distintas, que agora podem disponibilizar seus trabalhos no espaço do site da Capef, denominado “Canal Aberto”.

Localizado dentro do menu “Sala do Participante” do site [www.capef.com.br](http://www.capef.com.br), o Canal Aberto permite que o próprio participante cadastre o seu trabalho/currículo, bastando apenas digitar a mesma senha de acesso à área restrita do site.

Nesse espaço, os Participantes podem cadastrar publicações, como produções culturais e artísticas, trabalhos artesanais, lançamento de livros, compartilhar experiências de viagens, hobbies, divulgação de trabalhos e currículos profissionais, dentre outros. O Canal já está disponível, tanto para o cadastro, quanto para visualização das publicações existentes.

### CAPEF NO ENCONTRO DE ADMINISTRADORES DO BNB

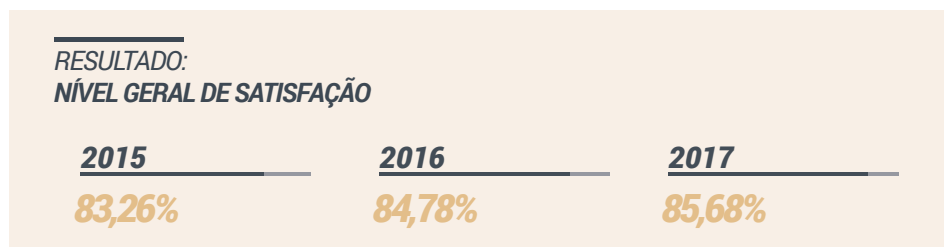
Com o objetivo de estar mais próxima de seus Participantes e de prestar informações sobre os planos previdenciários, a Capef esteve presente, por meio de estande, no Encontro de Administradores do Banco do Nordeste, realizado na Praia de Porto de Galinhas-PE, em fevereiro de 2017.

Na ocasião, foram realizadas ações promocionais no estande, como a gravação do vídeo “A Capef na minha vida”, cujo intuito foi estimular os Participantes a ampliar o seu conhecimento e a interagir mais com a Entidade.



### PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Sempre comprometida com o aperfeiçoamento da gestão dos seus Planos Previdenciários, a Capef realiza anualmente a sua Pesquisa de Satisfação, que tem por objetivo conhecer a opinião dos Participantes sobre os seus serviços e produtos, buscando subsídios para o aperfeiçoamento da Entidade.



### **PROMOÇÃO “MINHA JORNADA PREVIDENTE”**

No mês das crianças, a Cypef promoveu o “Jogo da Previdência”, game on-line que apresenta de uma forma divertida a importância do planejamento financeiro e previdenciário para um futuro mais tranquilo.

A proposta do jogo é apresentar de maneira lúdica o caminho percorrido por quem se inscreve num plano de previdência, aumentando o conhecimento previdenciário do seu público, que ao longo da partida terá a oportunidade de conhecer as vantagens da previdência, além das regras, características e benefícios oferecidos pelo Plano CV I.

Os primeiros colocados no ranking foram premiados com um jogo de tabuleiro de planejamento financeiro, uma edição do livro infantil Poupança Começa na Infância e um kit institucional. E todos aqueles que atingiram uma pontuação mínima de 15 mil pontos também receberam uma edição do livro infantil.



**ESPECIAL**

# Mês das Crianças

**Promoção  
Minha  
Jornada Previdente**

**PARTICIPE DESSA AVENTURA  
NO SITE DA CAPEF.**



# Gestão Previdenciária

Em 2017, o foco da gestão previdenciária foi na ampliação das campanhas de fomento à adesão e no compartilhamento dos resultados com os Participantes, como pode ser observado a seguir.

## AÇÕES DE FOMENTO A ADESÃO

### CAPEF NO PASSARÉ

A Campanha “Capef no Passaré” é outra ação de relacionamento e fomento à adesão que a Capef promove anualmente, cujo objetivo é esclarecer dúvidas dos Participantes com relação aos Planos e realizar simulações e inscrições ao Plano CV I.

Em 2017, o estande “Capef no Passaré” ficou disponível durante cinco dias do mês de agosto e obteve os seguintes resultados.

AÇÃO	QUANTIDADE DE PESSOAS
SIMULAÇÕES DE ADESÃO	25
ADESÕES	08
APORTES	03
COMPRA TSP	02
ATENDIMENTOS	173
AÇÕES PROMOCIONAIS	132

### CAMPANHA SUA ADESÃO VALE MAIS

No segundo semestre de 2017, a Capef realizou, em parceria com o BNB, a campanha “Plano CV I: Sua adesão vale mais”, com o objetivo de ampliar a cobertura previdenciária dos funcionários.

A campanha consistiu na realização de uma série de ações, contendo o envio de malas diretas, atendimentos personalizados por meio de visitas às cidades que apresentavam significativa quantidade de funcionários não aderentes, vídeos explicativos e promoções para subsidiá-los e estimulá-los nessa tomada de decisão tão importante para o seu futuro e o de seus familiares.



A fim de obter os melhores resultados, foi proposta uma competição entre as superintendências que apresentassem maior incremento no percentual de adesão, ao final do período.

#### **RESULTADO**

*Ao final da campanha, a Diretoria e os profissionais da Capef visitaram 50 municípios, reunindo-se com aproximadamente 389 empregados sem cobertura previdenciária. Como resultado, o Plano CV I obteve 197 novas adesões, número bem superior à meta estipulada, de 131 adesões. Com isso, o Plano chegou à marca de 5.372 Participantes em 2017.*

#### **Cidades Visitadas na Campanha Sua Adesão Vale Mais**

<b>ROTA BAHIA</b>	<b>ROTA METROPOLITANA DE FORTALEZA</b>	<b>ROTA MARANHÃO</b>
Barreiras	Fortaleza	Balsas
Cruz das Almas	Caucaia	Imperatriz
Feira de Santana	Maracanaú	Açailândia
Luiz Eduardo Magalhães	<b>ROTA RIO GRANDE DO NORTE</b>	Santa Inês
Salvador	Natal	São Luís
<b>ROTA SERGIPE E ALAGOAS</b>	Açu	<b>ROTA PARAÍBA E CEARÁ</b>
Aracaju	Mossoró	João Pessoa
Maceió	Aracati	Cidade Universitária - JP
Neópolis	<b>PERNAMBUCO</b>	Campina Grande
Itabaiana	Timbaúba	Alagoa Grande
Estância	Gravatá	Patos
Lagarto	Recife	Juazeiro do Norte
<b>ROTA PIAUÍ</b>	<b>ROTA CEARÁ 1</b>	<b>ROTA CEARÁ 2</b>
Teresina	Quixadá	Itapipoca
Água Branca	Boa Viagem	Sobral
Oeiras	Crateús	Granja
Picos	Tauá	Acaraú
Paulistana	Iguatu	
<b>ROTA MINAS GERAIS</b>	Crato	
Brasília de Minas		
Montes Claros		
Pirapora		

### Superintendências vencedoras

A superintendência vencedora foi a de Estratégia e Organização, que obteve um incremento de 3,77% no percentual de adesão. O segundo melhor desempenho foi apresentado pela Superintendência de Concessão de Crédito e de Administração das Centrais de Crédito, com 2,83% de incremento no percentual de adesão.



### REAJUSTE DOS PLANOS

O ano de 2017, caracterizado pela crise econômica e política, ainda foi repleto de desafios para a Capef, felizmente superados com folga, em benefício dos Participantes, Patrocinadores e da própria Entidade.

Os bons resultados dos Planos, superando suas respectivas metas atuariais, foram repassados aos Participantes. No caso do Plano BD, foi possível a aprovação de um reajuste, em janeiro de 2018, de 3,24% nos benefícios, superior ao INPC de 2017, que atingiu 2,07%.

Esse reajuste é resultado do INPC (índice atrelado ao Plano BD) de 2017 acrescido de 1,15%, percentual que faltava para recompor totalmente o reajuste concedido abaixo da inflação em 2009.

HISTÓRICO E CONCLUSÃO DA RECOMPOSIÇÃO			
2014	2015	2017	2018
JANEIRO	JANEIRO	JANEIRO	JANEIRO
1,36%	1,01%	0,86%	1,15%

Já os resultados do Plano CV I, permitiram reajustar o valor dos benefícios dos aposentados de renda certa a prazo certo em 4,23%, calculado de acordo com as regras a seguir:

#### Fase de Renda Certa a Prazo Certo: 4,23%

Os benefícios de renda certa a prazo certo, pagos nos primeiros 22 anos de aposentadoria programada, são reajustados em função da variação da cota no ano, descontada da taxa de juros atuariais.

No ano de 2017, a variação da cota foi de 9,961%, descontada da taxa de juros atuarial de

5,50% (1,09961/1,055 - 1), implica em um reajuste de 4,23%, superior à inflação medida pelo IPCA de 2,95%.

Ressalte-se, entretanto, que os benefícios concedidos em 2017 têm o reajuste proporcional ao período em que se inicia o pagamento do benefício até o final desse mesmo ano.

#### Fase de Renda Vitalícia: 2,95%

Conforme regra do regulamento, quando a rentabilidade dos investimentos é superior à meta atuarial, o que aconteceu em 2017, o reajuste dos benefícios deverá ser correspondente a inflação do período medida pelo IPCA que foi de 2,95%.

Para os benefícios vitalícios concedidos em 2017, o reajuste aplicado considera a regra acima, proporcional ao período em que se inicia o pagamento do benefício até o final desse mesmo ano.

<b>REAJUSTE 2018</b>		
<b>PLANO BD</b> <b>REAJUSTE: 3,24%</b> <b>INFLAÇÃO*: 2,07%</b> % DA INFLAÇÃO <b>157%</b>	<b>PLANO CV I</b> FASE RENDA CERTA A PRAZO CERTO <b>REAJUSTE: 4,23%</b> <b>INFLAÇÃO*: 2,95%</b> % DA INFLAÇÃO <b>143%</b>	<b>PLANO CV I</b> RENDA VITALÍCIA <b>REAJUSTE: 2,95%</b> <b>INFLAÇÃO*: 2,95%</b> % DA INFLAÇÃO <b>100%</b>

#### PERFIL DOS PLANOS

Em virtude das ações de fomento à adesão, o Plano CV I registrou no final de 2017 a marca de 5.595 Participantes, dentre ativos, aposentados e pensionistas.

Os dois Planos (BD e CV I) possuem 12.162 Participantes, entre Ativos, Assistidos e Beneficiários de Pensão segregados, conforme o quadro a seguir:

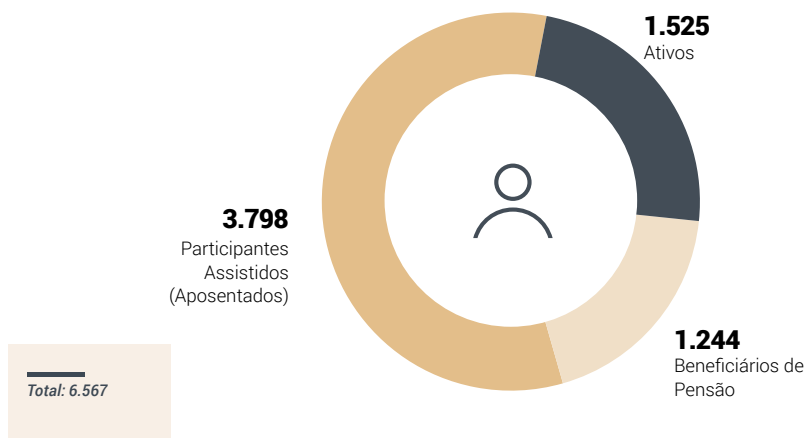
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>BD</b>	<b>CV I</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>	<b>1.525</b>	<b>5.372</b>	<b>6.897</b>
Contribuintes	105	5.191	5.296
Não Contribuintes	1.420	70	1.490
Cancelamento de Inscrição	0	111	111
<b>Assistidos</b>	<b>5.042</b>	<b>223</b>	<b>5.265</b>
Aposentados	3.798	188	3.986
Beneficiários de Pensão	1.244	35	1.279
<b>TOTAL (*)</b>	<b>6.567</b>	<b>5.595</b>	<b>12.162*</b>

#### PLANO BD

##### DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

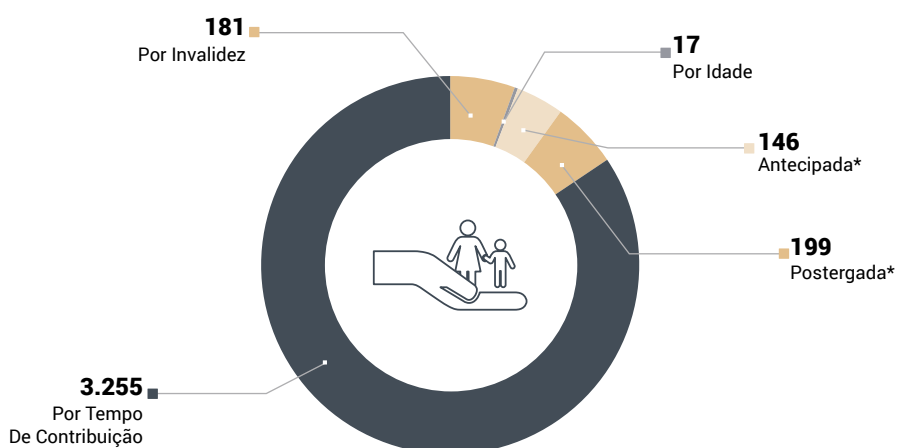
O quantitativo de Aposentados do Plano BD evidencia a maturidade do Plano com quantidade de Assistidos superior a de Participantes Ativos

\*Em 31/12/2017, registra-se 727 participantes associados aos dois Planos (BD e CVI).



### TIPOS DE APOSENTADORIA

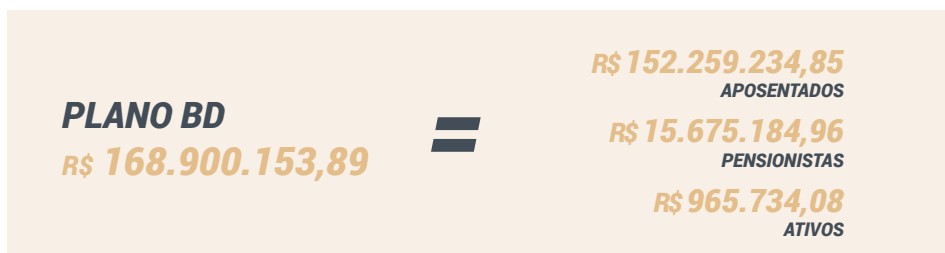
Destaca-se ainda que a maioria dos Assisted aposentou-se por tempo de contribuição (86%).



*\*Na vigência do Regulamento do Plano BD de 1999, os benefícios concedidos com data anterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Antecipada. E os benefícios concedidos com data posterior à data prevista na Tabela de Referência eram classificados como Suplementação de Aposentadoria Postergada, embora em ambos os casos tratem-se de aposentadoria por tempo de contribuição junto ao INSS.*

### RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO

Em 2017, o Plano BD obteve o total de R\$ 168,90 milhões com as contribuições pagas por Participantes e Patrocinador.





### BENEFÍCIOS PAGOS

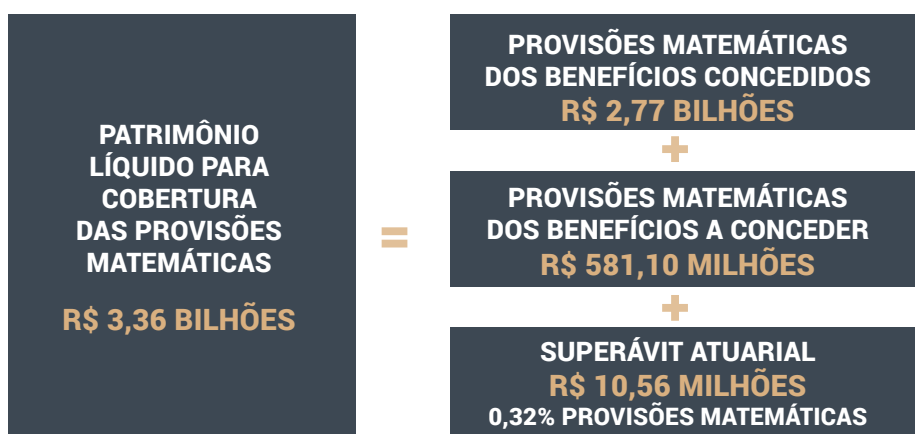
Neste mesmo ano, foram pagos R\$ 361,75 milhões em benefícios de aposentadoria, distribuídos entre 48.224 pagamentos, com valor médio de R\$ 7.501,53. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 49,35 milhões, distribuídos em 15.223 pagamentos, com valor médio de R\$ 3.242,00.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (EM R\$MIL)	VALOR MÉDIO (EM R\$MIL)
Suplementação de Aposentadoria	48.224	361.753,94	7,50
Suplementação de Pensão	15.223	49.352,98	3,24
<b>TOTAL</b>	<b>63.447</b>	<b>411.106,92</b>	<b>6,48</b>

Por ser um Plano maduro, observa-se que os benefícios pagos superam as receitas obtidas com as contribuições.

### RESULTADO ATUARIAL DO PLANO BD

O Plano BD possuía em 31/12/2017, R\$ 3,36 bilhões de recursos acumulados para fazer jus às obrigações do plano, denominadas de Provisões Matemáticas. Tais Provisões foram apuradas para os benefícios concedidos em R\$ 2,77 bilhões e para os benefícios a conceder em R\$ 581,10 milhões e são calculadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder. O resultado do Plano, diferença entre o patrimônio de cobertura do Plano, recursos acumulados, e as provisões matemáticas, em 31/12/2017 foi de R\$ 10,56 milhões, portanto, o Plano BD apresenta superávit, conforme apresentado a seguir:

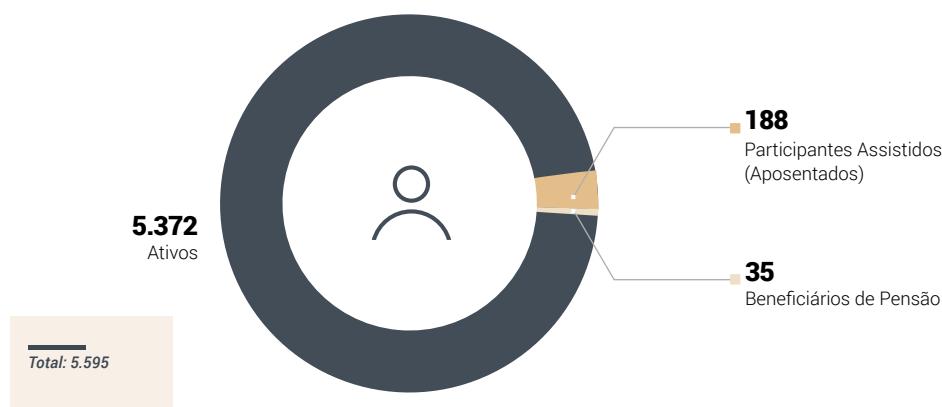


Fonte: Balanço Atuarial do Plano BD  
Posição: Dez/2017

### PLANO CV I

#### DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DE PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS

O Plano CV I conta com um total de 5.595 Participantes e Beneficiários. Por ser um Plano relativamente novo, a grande maioria (96%) dos Participantes faz parte do grupo de Ativos.

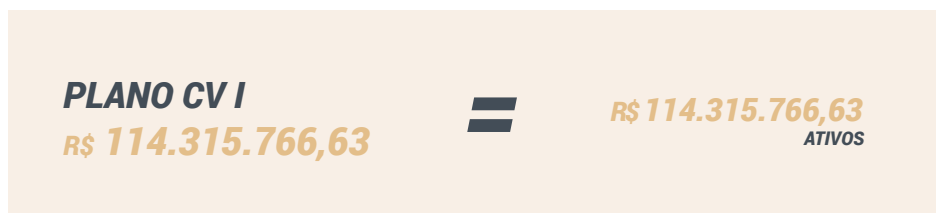


### TIPOS DE BENEFÍCIOS



### RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2017, o Plano CV I obteve o total de R\$ 114,32 milhões com as contribuições pagas de Participantes Ativos e Patrocinador.



### BENEFÍCIOS PAGOS

Neste mesmo ano, foram pagos R\$ 2.579 mil em benefícios de aposentadoria, distribuídos em 1.633 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.579,04. Em benefícios de pensão, foram pagos R\$ 429 mil, distribuídos em 274 pagamentos, com valor médio de R\$ 1.564,07.

BENEFÍCIOS PAGOS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (EM R\$MIL)	VALOR MÉDIO (EM R\$MIL)
Suplementação de Aposentadoria	1.633	2.578,57	1,58
Suplementação de Pensão	274	428,55	1,56
<b>TOTAL</b>	<b>1.907</b>	<b>3.007,12</b>	<b>1,57</b>

Por ser um Plano novo e ainda em fase de arrecadação de contribuições da maioria dos Participantes, o valor arrecadado com contribuições do Plano CV I supera e muito o valor pago com benefícios.

### TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO PLANO CV I É REDUZIDA

O Conselho Deliberativo da Capef aprovou uma redução na taxa destinada ao custeio das despesas administrativas do Plano CV I. A partir de janeiro de 2017, a taxa administrativa do Plano CV I foi reduzida de 5,3% para 5%.

Como na modalidade de contribuição variável o benefício é calculado de acordo com o saldo da conta individual de cada Participante, a partir de janeiro/2017, 5%, e não mais 5,3% - da contribuição dos Ativos e Patrocinador serão direcionados para o fundo administrativo.

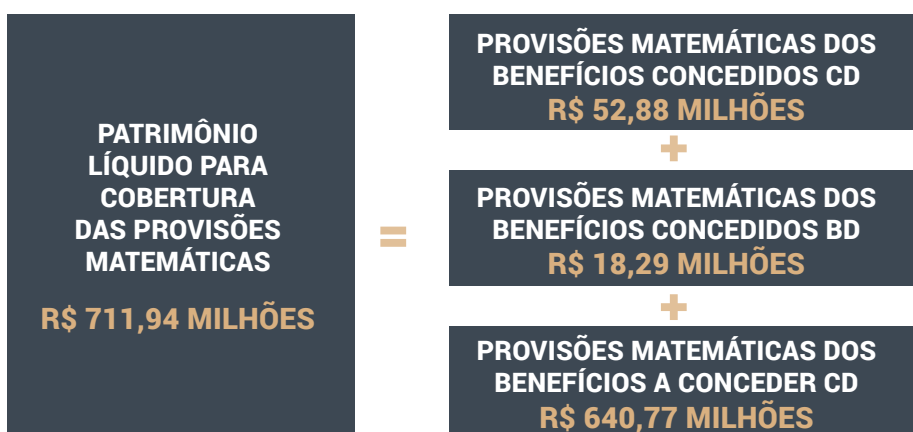
Desta forma, com a mudança, o Participante terá mensalmente 0,3% a mais em sua conta individual, aumentando, por consequência, o benefício projetado de aposentadoria.

## RESULTADO ATUARIAL DO PLANO CV I

O Plano CV I possuía, em 31/12/2017, R\$ 711,94 milhões de recursos acumulados para fazer jus às obrigações do plano. Essas obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas, foram apuradas em R\$ 71,17 milhões para os benefícios concedidos, sendo 52,88 milhões em Contribuição Definida e R\$ 18,29 milhões em Benefício Definido, já as Provisões Matemáticas para os benefícios a conceder - Contribuição Definida, totalizam R\$ 640,77 milhões.

As provisões matemáticas são calculadas com base em cálculos atuariais que apuram os compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

Em 31/12/2017 o Plano CV I apresenta-se equilibrado, onde o patrimônio de cobertura do Plano é igual as provisões matemáticas, conforme apresentado a seguir:



*Os Fundos Previdenciais do Plano totalizam R\$ 23,36 milhões (fundo de solvência R\$ 12,87 milhões e de risco R\$ 10,49 milhões).*

*Fonte: Balanço Atuarial do Plano BD  
Posição: Dez/2017*

# Gestão dos Investimentos

## SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Após dois anos de recessão, o Brasil mostrou sinais de recuperação, apresentando um leve crescimento em 2017. Ao longo de sua trajetória, o atual governo centrou esforços em reformas estruturais para o País.

O governo conseguiu aprovar e dar andamento em reformas centradas na responsabilidade macroeconômica do Brasil, como por exemplo: a aprovação de um teto nos gastos públicos, criação da taxa de longo prazo (TLP), reforma trabalhista e lei da terceirização, melhoria na gestão das estatais e privatizações, e início dos debates para aprovação da reforma da previdência. Após 8 trimestres consecutivos de recessão, a atividade doméstica deu sinal de reação ao apresentar um crescimento de 1% no ano de 2017. Para 2018, a expectativa é de um crescimento em torno de 3%.

Diante do cenário de recessão econômica, queda na renda do trabalhador e elevada taxa de desemprego, os índices de preços se mantiveram em patamares baixos ao longo de 2017. Outro fator que contribuiu para a queda da inflação foi a elevada safra agrícola no país em 2017. A inflação nesse ano surpreendeu até mesmos os analistas mais otimistas, com o IPCA encerrando 2017 em 2,95% e o INPC em 2,07%.

Com relação à taxa de juros, a queda na inflação, a recessão econômica e as expectativas de inflação bem ancoradas, abriram espaço para o Bacen reduzir a SELIC para níveis recordes. Na última reunião do COPOM de 2017, a autoridade monetária reduziu os juros em 0,5 ponto percentual, trazendo a taxa básica de juros da economia brasileira para 7% aa. Para 2018, a expectativa do mercado é de que a SELIC fique em torno de 6,5%, conforme pesquisa FOCUS do Bacen.

## PLANOS BD E CV I MERECEM DESTAQUE

Mesmo diante de um cenário econômico bem desafiador, os Planos administrados pela Capef obtiveram ótimos resultados em 2017, que merecem ser destacados.

O Plano BD obteve no ano um retorno de 9,74%, frente a uma meta de 7,68%, e o CV I alcançou um resultado de 10,03%, superior à meta de 8,61%.



## RESULTADOS 2017

### PLANO BD

**RENTABILIDADE: 9,74%**

**META: 7,68%**

**% DA META  
ALCANÇADA**

**127%**

### PLANO CV I

**RENTABILIDADE: 10,03%**

**META: 8,61%**

**% DA META  
ALCANÇADA**

**116%**

## PLANO BD

### ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano BD encerrou o ano de 2017 com um total de investimentos de R\$ 3,53 bilhões. Para manter a liquidez e a rentabilidade necessárias à maturidade do Plano BD, a Caepf adota uma postura conservadora na aplicação dos recursos. No final do ano, os investimentos estavam assim alocados:

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	3.152.918,09	89,30
Renda Variável	10.072,25	0,29
Investimentos Estruturados	16.889,93	0,48
Imóveis	260.926,47	7,39
Operações com Participantes	90.010,34	2,55
<b>TOTAL</b>	<b>3.530.817,08</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE

O Plano BD, em 2017, alcançou rentabilidade de 9,74%, superando em 2,06 pontos percentuais a meta atuarial (INPC+5,50% a.a.) equivalente a 7,68%. Dentre os segmentos de aplicação, o de renda variável, que é composto apenas por ações ON do BNB, foi o grande destaque, com performance positiva de 56,85%, seguido pelo segmento de investimentos estruturados, com rentabilidade de 33,79%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	9,76
Renda Variável	56,85
Investimentos Estruturados	33,79
Imóveis	7,18
Operações com Participantes	10,30
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>9,74</b>

## RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS (%)

No acumulado dos últimos 5 anos, a rentabilidade do Plano BD superou a meta atuarial em 11,58 pontos percentuais. Essa superação da meta nos últimos 5 anos foi o que possibilitou a concessão de reajuste integral dos benefícios dos Ativos e Assistidos do Plano.

DESCRIÇÃO	2017	2016	2015	2014	2013	ACUM.
Rentabilidade Nominal	9,74	13,67	16,30	14,59	14,45	90,26
Meta Atuarial (*)	7,68	12,44	17,40	12,34	11,90	78,69
<b>Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial</b>	<b>2,01</b>	<b>1,15</b>	<b>-0,99</b>	<b>2,12</b>	<b>2,42</b>	<b>-</b>

(\*) Em 2013, a meta atuarial era INPC+6%; em 2014, INPC+5,75%; e a partir de 2015, INPC+5,5%.

Considerando os últimos cinco anos, a rentabilidade média real anual equivalente ficou em 6,98%, calculada pela média geométrica dos retornos anuais.

## RENDA FIXA

Ao final de 2017, o segmento Renda Fixa apresentou rentabilidade de 9,76%, superior à meta atuarial em 2,08 pontos percentuais. Nesse segmento estão alocados 89,30% dos recursos do Plano BD (R\$ 3,15 bilhões), distribuídos em um fundo de investimento exclusivo (R\$ 2,59 bilhões) administrado pelo BNB, em gestão compartilhada com a equipe da Capef; um fundo exclusivo, Fortaleza Multimercado (R\$ 232,42 milhões) sob gestão da Capef; dois fundos abertos, um administrado pelo Santander (R\$ 3,40 milhões) e o outro sob gestão da Vinci Partners (R\$ 11,16 milhões); uma parcela alocada em títulos públicos federais (R\$ 310,03 milhões); e uma participação em debêntures de emissão do BNDES (R\$ 4,29 milhões).

## FI MULTIMERCADO

A gestão própria do Fundo Fortaleza Multimercado FI apresentou uma rentabilidade de 10,16%. Na posição de 30/12/2017, o fundo possuía um patrimônio de R\$ 243,82 milhões com a seguinte composição: 95,24% em ativos de Renda Fixa (R\$ 232,21 milhões) e 4,76% em fundos imobiliários (R\$ 11,61 milhões). O Fundo Fortaleza agrega recursos dos planos BD e CVI. O total de recursos do plano BD no referido fundo é de R\$ 323,42 milhões.

## RENDA VARIÁVEL

A carteira de Renda Variável do Plano BD (R\$ 10,07 milhões) é composta atualmente

apenas por ações ordinárias do Banco do Nordeste. As ações ordinárias do BNB são caracterizadas pela baixa liquidez na Bovespa. No ano, o resultado do segmento foi positivo em 56,85%.

### INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados é composto por fundos imobiliários integrantes da carteira própria da Capecf, com patrimônio de R\$ 16,89 milhões. Em 2017, o resultado do segmento foi de 33,79%, superior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa, que é o IFIX que se valorizou 19,45%.

### INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O segmento de Investimentos Imobiliários, no qual estão alocados 7,39% dos recursos do Plano BD, alcançou uma rentabilidade de 7,18%, ficando abaixo, portanto, da meta atuarial de 7,68%.

O cenário econômico nacional desfavorável impactou diretamente nas atividades dos locatários, mantendo a taxa de vacância da carteira elevada e, conseqüentemente, reduzindo a rentabilidade inerente à locação, principal fonte de remuneração da carteira, mesmo com o resultado positivo das reavaliações patrimoniais ocorridas no ano e venda de unidades no Edifício Beira Mar Trade Center.

O índice de vacância dos imóveis do Plano fechou o ano de 2017 em 21,97%. As unidades vacantes mais representativas estão situadas nos imóveis: Edifício Manhattan Tower, no Rio de Janeiro e Empresarial Apolônio Sales, em Recife.

Durante o ano de 2017, foram efetivadas as seguintes vendas: mall de 15 lojas e 103 vagas de garagem do Edifício Beira Mar Trade Center (CE), todas com apuração de lucro contábil.

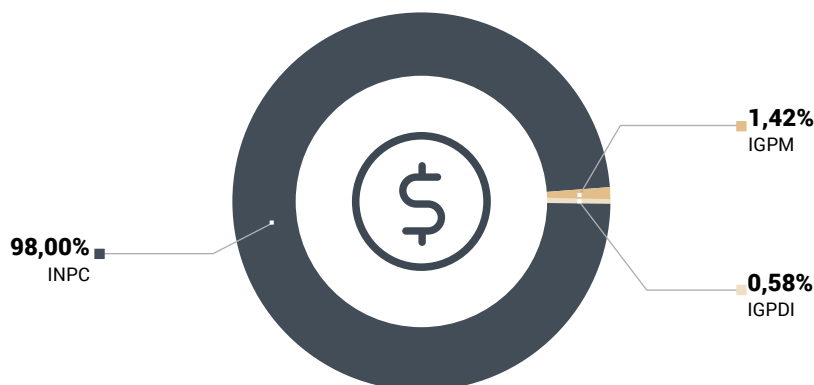
### OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento de Operações com Participantes, no qual estão alocados 2,55% dos recursos do Plano BD, compreende os Empréstimos aos Participantes e os Financiamentos Imobiliários.

Durante o exercício, o segmento alcançou rentabilidade de 10,30%, superando, portanto, a meta atuarial de 7,68%.

### EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2017, o Plano BD realizou 3.107 liberações de empréstimos. O portfólio no final do ano foi de 9.838 contratos ativos, totalizando R\$ 82.853 mil, saldo líquido após o desconto de provisões de perdas. No que se refere à composição dos saldos devedores por tipo de indexador, a carteira de empréstimos ficou distribuída de acordo com o gráfico a seguir.



Para garantia dos empréstimos concedidos, a Capef mantém o fundo garantidor de empréstimo, com adesão obrigatória e custeio pelos próprios mutuários, objetivando assegurar a quitação de dívidas nos casos de falecimento. Ao final de 2017, o fundo registrou saldo de R\$ 9.834 mil.

No Plano BD, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 10,30%, superando a meta atuarial (INPC + 5,50%) de 7,68%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 180,73 mil no período.

## FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

A linha de Financiamento Imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo 41 contratos ativos, todos cobertos por apólice de seguro prestamista. Ao final de 2017, o valor total dos contratos, líquidos das provisões, correspondia a um montante de R\$ 7.158 mil.

## RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	9,757	9,762
Renda Variável	56,850	56,850
Imóveis	7,177	10,318
Operações com Participantes	10,301	10,301
Investimentos Estruturados	33,787	33,787
Plano BD	9,741	9,981

## FUNDOS EXCLUSIVOS

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
BNB FI RF Previdenciário Exclusivo	9,781	9,785
Fundo Fortaleza Multimercado	10,163	10,172

## PLANO CV I

### ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O Plano CV I encerrou o ano com patrimônio de investimentos de R\$ 735,73 milhões. No quadro a seguir, apresentamos a alocação dos investimentos do Plano CV I.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	653.424,43	88,81
Investimentos Estruturados	23.197,32	3,15
Investimentos no Exterior	16.669,56	2,27
Operações com Participantes	42.425,13	5,77
<b>TOTAL</b>	<b>735.716,44</b>	<b>100,00</b>

### RENTABILIDADE

O Plano obteve rentabilidade de 10,03%, enquanto a meta atuarial (IPCA+5,5%) no mesmo período foi de 8,61%. Dentre os segmentos de aplicação, o de Investimentos Estruturados foi o grande destaque, com performance positiva de 41,44%, seguido pela carteira de Operações com Participantes com rentabilidade de 10,03%, conforme apresentado no quadro a seguir.

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	9,45
Investimentos Estruturados	41,44
Investimentos no Exterior(*)	4,10
Operações com Participantes	10,03
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>10,03</b>

(\*) Início da aplicação em setembro/2017

### RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DOS ÚLTIMOS 5 ANOS (%)

A tabela seguinte demonstra a rentabilidade do Plano CV I nos últimos 5 anos. Observa-se que, ao longo desse período, o Plano CV I superou a sua meta atuarial em todos os anos, com exceção de 2015, que apresentou retorno de quase 100% da meta; e em 2013, devido à marcação a mercados dos títulos públicos (NTNB), bem como performance do mercado de ações (nesse ano o Ibovespa foi negativo em 15,50%).

DESCRIÇÃO	2017	2016	2015	2014	2013	ACUM.
Rentabilidade Nominal	10,03	13,86	16,68	12,91	-1,58	62,44
Meta Atuarial (*)	8,61	12,14	16,76	12,26	11,74	78,38
<b>Resultado acima/abaixo da taxa de juros atuarial</b>	<b>1,38</b>	<b>1,62</b>	<b>-0,07</b>	<b>0,61</b>	<b>-12,57</b>	<b>-</b>

(\*) meta atuarial era IPCA+5,5



## RENDA FIXA

Ao final de 2017, o segmento de Renda Fixa apresentou rentabilidade de 9,45% superando a meta atuarial em 0,84 ponto percentual. Na carteira de Renda Fixa estão alocados 88,81% dos recursos do Plano CV I. O segmento é composto por títulos públicos federais, fundos de renda fixa, debêntures e letras financeiras.

## INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento de Investimentos Estruturados é composto por fundos imobiliários. A performance do segmento foi de 41,44%, superior ao desempenho do índice que referencia os fundos imobiliários na bolsa (19,45%).

## INVESTIMENTOS NO EXTERIOR: NOVO SEGMENTO DE APLICAÇÃO DO PLANO CV I

O cenário de constante queda da Taxa de Juros vivenciado pelo Brasil vem reforçando a necessidade de gestores de investimentos buscarem alternativas de aplicações mais rentáveis do que a Renda Fixa.

Seguindo essa tendência, em setembro/2017, a Capef, por meio do Plano CV I, passou a aplicar uma parcela dos seus recursos em Investimentos no Exterior.

O referido segmento é composto por fundos multimercados que acompanham a performance de ativos negociados nos mercados externos. Entre set/2017 e dez/2017, a rentabilidade do segmento foi de 4,10%, superando a meta do Plano, durante o período.

## OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento Operações com Participantes, no qual estão alocados 5,77% dos recursos do Plano CV I, compreende somente Empréstimos aos Participantes. Durante o exercício de 2017, o segmento de Empréstimos proporcionou rentabilidade de 10,03%, superando a meta atuarial (IPCA + 5,5%) de 8,61%, já considerados os efeitos da prática de provisão contábil por inadimplência, na forma da legislação aplicável, que acarretou despesa da ordem de R\$ 97,18 mil no período.

## EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

No exercício de 2017, o Plano CV I realizou 4.409 liberações na linha EAP 2012 - CV, fechando o ano com portfólio de 8.289 contratos ativos, no valor de R\$ 42.435 mil. A carteira, em sua totalidade, é atualizada pela variação do IPCA. Para garantir a liquidação da dívida nos casos de falecimento, existe o Fundo Garantidor de Empréstimo, com adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. Ao final de 2017, o saldo do fundo importava na quantia de R\$ 469 mil.

## RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA

No quadro a seguir, apresentamos a rentabilidade bruta e líquida dos custos de gestão da carteira de investimentos.

SEGMENTOS	VARIAÇÃO DA COTA LÍQUIDA (%)	VARIAÇÃO DA COTA BRUTA (%)
Renda Fixa	9,454	9,456
Operações com Participantes	10,030	10,030
Investimentos Estruturados	41,439	41,439
Investimentos no Exterior*	4,100	4,100
Plano CV I	10,028	10,029

(\*) Início da aplicação em setembro/2017

## REDUÇÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DOS EMPRÉSTIMOS

No início do ano, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou uma mudança nas tabelas de prazos e taxas de juros de empréstimos dos Planos BD e CV I, atendendo a demanda dos Participantes.

Dentre os ajustes realizados, destaca-se uma redução em 0,25 ponto percentual nas duas últimas faixas de prazo do Plano BD. Além disso, foi realizada uma unificação das tabelas de ambos os planos, permitindo a contratação de EAP pelo plano CV I em até 84 meses.

Confira abaixo as novas tabelas de prazos e taxas que valerão para os empréstimos liberados a partir de 2017.

### Plano BD

PRAZO (MESES)	TAXA DE JUROS (A.A.)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
66 a 84	7,25%	INPC
48 a 65	7,00%	
36 a 47	6,75%	
13 a 35	6,50%	
Até 12	6,25% + taxa de inflação projetada	

### Plano CV I

PRAZO (MESES)	TAXA DE JUROS (A.A.)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
66 a 84	7,25%	IPCA
48 a 65	7,00%	
36 a 47	6,75%	
13 a 35	6,50%	
Até 12	6,25% + taxa de inflação projetada	

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

### DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O PGA é uma entidade contábil que possui um balancete próprio, com maior detalhamento das despesas administrativas. Referido plano é responsável pela gestão administrativa da Entidade e conta com regulamento próprio, conferindo-lhe maior transparência.

Em decorrência de suas características, os recursos do PGA estão alocados no Fundo de Investimento: Renda Fixa Previdenciário Exclusivo e em um imóvel locada à patrocinadora. Em 30/12/2017, o PGA acumulava investimentos totais de R\$ 60,11 milhões.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$ MIL)	PROPORÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE INVESTIMENTOS (%)
Renda Fixa	58.648,78	97,58
Imóveis	1.456,79	2,42
<b>TOTAL</b>	<b>60.105,57</b>	<b>100,00</b>

RENTABILIDADE	%
Renda Fixa	9,76
Imóveis	29,52
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>15,37</b>

## RESUMO DOS INVESTIMENTOS

## PATRIMÔNIO CONSOLIDADO

SEGMENTOS	2016		2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	DEZ (R\$ MIL)	% POR PLANO	
<b>Total dos Recursos da Entidade</b>	<b>4.079.356,26</b>		<b>4.323.679,80</b>		
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - BD</b>	<b>3.459.325,64</b>	-	<b>3.527.744,08</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>3.462.609,15</b>	<b>100,00</b>	<b>3.530.817,09</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	3.084.564,28	89,08	3.152.918,09	89,30	68 - 100
Renda Variável	6.925,35	0,20	10.072,25	0,29	0 - 4
Investimentos Estruturados	8.559,86	0,25	16.889,93	0,48	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	271.142,57	7,83	260.926,47	7,39	0 - 8
Operações com Participantes	91.417,08	2,64	90.010,34	2,55	0 - 10
Empréstimos	85.560,09	2,47	82.852,62	2,35	-
Financiamentos Imobiliários	5.856,99	0,17	7.157,72	0,20	-
Disponível - Caixa	288,45	-	247,44	-	-
Outros – (Depósitos Judiciais /Recursais e Outros Realizáveis)	975,51	-	1.014,80	-	-
Passivo de Investimentos	(1.484,55)	-	(1.598,43)	-	-
Contingência de Investimentos	(3.062,93)	-	(2.736,83)	-	-
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - CV</b>	<b>570.241,54</b>	-	<b>735.830,15</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>570.252,29</b>	<b>100,00</b>	<b>735.726,44</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	531.589,75	93,22	653.424,43	88,81	57 - 100
Renda Variável	-	-	-	-	0 - 10
Investimentos Estruturados	7.634,71	1,34	23.197,32	3,15	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	16.669,56	2,27	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Operações com Participantes	31.027,84	5,44	42.435,13	5,77	0 - 12
Disponível - Caixa	32,90	-	148,66	-	-
Passivo Investimentos	(43,64)	-	(44,95)	-	-
<b>Total Investimentos - PGA</b>	<b>49.789,08</b>	<b>100,00</b>	<b>60.105,57</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	48.296,18	97,00	58.648,78	97,58	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.492,90	3,00	1.456,79	2,42	0 - 8

## INVESTIMENTOS DO PLANO BD

### DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	2016		2017		(% POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS))
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>3.459.325,64</b>	-	<b>3.527.744,08</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>3.462.609,15</b>	<b>98,07</b>	<b>3.530.817,09</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	3.084.564,28	87,36	3.152.918,09	89,30	68 - 100
Renda Variável	6.925,35	0,20	10.072,25	0,29	0 - 4
Investimentos Estruturados	8.559,86	0,24	16.889,93	0,48	0 - 10
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	0 - 0
Imóveis	271.142,57	7,68	260.926,47	7,39	0 - 8
Operações com Participantes	91.417,08	2,59	90.010,34	2,55	0 - 10
Empréstimos	85.560,09	2,42	82.852,62	2,35	-
Financiamentos Imobiliários	5.856,99	0,17	7.157,72	0,20	-
Disponível - Caixa	288,45	-	247,44	-	-
Outros – (Depósitos Judiciais /Recursos e Outros Realizáveis)	975,51	-	1.014,80	-	-
Passivo de Investimentos	(1.484,55)	-	(1.598,43)	-	-
Contingência de Investimentos	(3.062,93)	-	(2.736,83)	-	-

### RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2016		2017	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>3.459.325,64</b>	<b>13,67</b>	<b>3.527.744,08</b>	<b>9,74</b>
<b>Total Investimentos</b>	<b>3.462.609,15</b>	-	<b>3.530.817,09</b>	-
Renda Fixa	3.084.564,28	14,22	3.152.918,09	9,76
Renda Variável	6.925,35	-4,24	10.072,25	56,85
Investimentos Estruturados	8.559,86	38,91	16.889,93	33,79
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Imóveis	271.142,57	6,40	260.926,47	7,18
Operações com Participantes	91.417,08	15,28	90.010,34	10,30
Empréstimos	85.560,09	15,59	82.852,62	9,43
Financiamentos Imobiliários	5.856,99	11,61	7.157,72	24,16
Disponível - Caixa	288,45	-	247,44	-
Outros – (Depósitos Judiciais /Recursos e Outros Realizáveis)	975,51	-	1.014,80	-
Passivo de Investimentos	(1.484,55)	-	(1.598,43)	-
Contingência de Investimentos	(3.062,93)	-	(2.736,83)	-
CDI ( Benchmark Renda Fixa )		14,00		9,93
IBrX ( Benchmark Renda Variável )		36,82		26,82
Meta Atuarial ( INPC + 5,5% a.a.)		12,44		7,68

## GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	2.591.431,95	98,79	73,39	0,035
GGR Gestão de Recursos LTDA	7.049,97	0,27	0,20	1,100
BTG Pactual	185,71	0,01	0,01	0,500
Santander	3.396,42	0,13	0,10	0,200
Brasil Plural	4.913,95	0,19	0,14	0,400
Fator	4.929,02	0,19	0,14	1,140
Vinci Partners	11.161,87	0,43	0,32	1,055
<b>Total</b>	<b>2.623.068,88</b>	<b>100,00</b>	<b>74,29</b>	-

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO BD</b>	<b>3.531.831.893,70</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>	<b>310.027.305,76</b>
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	29.247.902,23
Notas Financeiras do Tesouro Nacional	280.779.403,53
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>4.295.107,90</b>
COMPANHIAS ABERTAS	4.295.107,90
DEBÊNTURES	4.295.107,90
<b>AÇÕES</b>	<b>10.072.251,00</b>
<b>PATROCINADOR(ES)</b>	<b>10.072.251,00</b>
A VISTA	10.072.251,00
Valor de Mercado a Vista	10.072.251,00
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO</b>	<b>2.855.485.613,92</b>
RENDA FIXA	2.606.175.969,87
QUOTAS DE FUNDOS INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.606.175.950,75
QFIF - RF (BNB RF Previdenciário Exclusivo)	2.591.431.947,18
QFIF - RF (BTG Pactual Capital Markets FI RF Crédito Privado)	185.713,15
QFIF - RF (Santander FIC FI Institucional)	3.396.417,16
QFIF - RF (Crédito Imobiliário - Vinci)	11.161.873,26
(-) Valores Bloqueados p/ Depósito Judicial	-
OUTROS INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA	19,12
Pagamentos a Recuperar	19,12
MULTIMERCADO	232.419.711,15
FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO	232.419.711,15
IMOBILIÁRIO	16.889.932,90
QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	7.079.716,90
Valor de Mercado - QFIIMOB	7.079.716,90
FDO APLIC QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	9.810.216,00
Valor de Mercado - FAQFII	9.810.216,00
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>260.926.469,66</b>
Comerciais	254.390.797,39
Shopping Centers	-
Terrenos	-
Apartamentos Residenciais	-
Direitos Alienações de Imóveis	4.017.273,86
Outros (Direitos, Garagens, Galpões, ETC)	2.518.398,41
<b>EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES</b>	<b>82.852.621,91</b>
Empréstimos	82.852.621,91
<b>FINANCIAMENTOS AOS PARTICIPANTES</b>	<b>7.157.722,78</b>
Financiamentos Imobiliários	7.157.722,78
<b>DEPÓSITO JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>279.928,72</b>
Depósito Judicial	270.969,09
Depósito Recursal	8.959,63
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>	<b>734.872,05</b>
Impostos a Compensar	10.148.682,47
Provisão para perda - Impostos a Compensar	(9.413.810,42)



## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2017

### CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente dois contratos com a Consultoria Aditus. Um de análise de investimentos de ativos de crédito privado no valor de R\$ 1.744,20 por mês. E o outro uma licença para uso do Sistema de ALM com um valor mensal de R\$ 6.000,00.

### CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é de 0,01%.

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

### AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

### TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de gestão e Administração dos Fundos de Investimento: 0.035% aa a 1,14%aa

**ADMINISTRADOR  
RESPONSÁVEL**

**GESTOR**

**Marcos José Rodrigues Miranda**

**E-MAIL**

**marcos.miranda@capef.com.br**

**TELEFONE**

**(85) 4008-5813**

## INVESTIMENTOS DO PLANO CV I

### DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	2016		2017		(% POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS))
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>570.241,54</b>	-	<b>735.830,15</b>	-	-
<b>Total Investimentos</b>	<b>570.252,29</b>	<b>77,51</b>	<b>735.726,44</b>	<b>100,00</b>	-
Renda Fixa	531.589,75	72,25	653.424,43	88,81	57 - 100
Renda Variável	-	-	-	-	0 - 10
Investimentos Estruturados	7.634,71	1,04	23.197,32	3,15	0 - 10
Investimentos no Exterior(*)	-	-	16.669,56	2,27	0 - 3
Imóveis	-	-	-	-	0 - 8
Operações com Participantes	31.027,84	4,22	42.435,13	5,77	0 - 12
Disponível - Caixa	32,90	-	148,66	-	-
Passivo Investimentos	(43,64)	-	(44,95)	-	-

### RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2016		2017	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE (%)
<b>Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas</b>	<b>570.241,54</b>	<b>13,86</b>	<b>735.830,15</b>	<b>10,03</b>
<b>Total Investimentos</b>	<b>570.252,29</b>	-	<b>735.726,44</b>	-
Renda Fixa	531.589,75	13,60	653.424,43	9,45
Renda Variável	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	7.634,71	32,29	23.197,32	41,44
Investimentos no Exterior(*)	-	-	16.669,56	4,10
Operações com Participantes	31.027,84	13,65	42.435,13	10,03
Disponível - Caixa	32,90	-	148,66	-
Passivo Investimentos	(43,64)	-	(44,95)	-
CDI ( Benchmark Renda Fixa )	-	14,00	-	9,93
IBrX ( Benchmark Renda Variável )	-	36,82	-	26,82
Meta Atuarial ( IPCA + 5,5% a.a.)	-	12,14	-	8,61

### GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	1.487,37	2,25	0,20	0,350
Rio Bravo	7.004,31	10,61	0,95	0,250
Vinci Partners	11.163,64	16,91	1,52	1,055
Brasil Plural	4.344,08	6,58	0,59	0,500
Santander	8.048,69	12,19	1,09	0,200
Fator	1.734,72	2,63	0,24	1,140
GGR Gestão de Recursos LTDA	14.435,22	21,87	1,96	1,100
Caixa Econômica Federal	5.440,23	8,24	0,74	0,200
Deutsche Bank	4.213,86	6,38	0,57	0,240
Western Asset	8.134,69	12,32	1,11	0,100
<b>Total</b>	<b>66.006,81</b>	<b>100,00</b>	<b>8,97</b>	-

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PLANO CV I</b>	<b>735.726.441,93</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>565.715.162,52</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS</b>	<b>565.715.162,52</b>
<b>NOTAS DO TESOUREO NACIONAL</b>	<b>555.124.307,25</b>
Valor Atualizado - NTN B	555.124.307,25
<b>LETRAS FINANCEIRAS DO TESOUREO</b>	<b>10.590.855,27</b>
Valor Atualizado - LFT	10.590.855,27
<b>CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS</b>	<b>50.169.340,09</b>
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>37.963.215,53</b>
<b>DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL</b>	<b>-</b>
Aplicação em DPGE	-
<b>LETRAS FINANCEIRAS SUBORDINADAS</b>	<b>37.963.215,53</b>
Aplicação em LFSN	37.963.215,53
<b>COMPANHIAS ABERTAS</b>	<b>12.206.124,56</b>
<b>DEBENTURES</b>	<b>12.206.124,56</b>
Valor Atualizado - Debêntures Cias. Abertas	12.206.124,56
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>	<b>77.406.809,78</b>
<b>RENDA FIXA</b>	<b>26.139.931,14</b>
<b>QTAS. FDS INVESTS. FINANCS. - RENDA FIXA</b>	<b>26.139.931,14</b>
BNB FIC FI Institucional DI	1.487.366,54
Vinci Crédito Imobiliário - QFIF - RF	11.163.641,11
Santander FIC FI Institucional Ref DI	8.048.691,48
Caixa Brasil FI RF Ref. DI	5.440.232,01
<b>MULTIMERCADO</b>	<b>28.069.556,34</b>
<b>FUNDO FORTALEZA MULTIMERCADO</b>	<b>11.400.000,00</b>
Fortaleza Multimercado	11.400.000,00
<b>MULTIMERCADO - INVESTIMENTO NOEXTERIO</b>	<b>16.669.556,34</b>
Deutsche FI Multimercado Infraestrutura Global - IE	4.213.856,03
Rio Bravo Columbia Threadneedle European FI Multimercado - IE	4.321.006,49
Western Asset Macro Opportunities FI Multimercado - IE	8.134.693,82
<b>IMOBILIÁRIO</b>	<b>23.197.322,30</b>
<b>QUOTAS FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO]</b>	<b>23.197.322,30</b>
Valor de Mercado-QFIIMOB	20.857.845,70
Valor de Mercado-FAQFII	2.339.476,60
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>42.435.129,54</b>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>42.435.129,54</b>

## CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2017

### CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente dois contratos com a Consultoria Aditus. Um de análise de investimentos de ativos de crédito privado no valor de R\$ 1.744,20 por mês. E o outro uma licença para uso do Sistema de ALM com um valor mensal de R\$ 6.000,00.

### CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria da carteira própria é de 0,015%.

### AUDITORIA

Não existe contrato específico para a Auditoria de Gestão de Investimentos.

### TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Gestão e Administração de Fundo do Investimento: 0,10% aa a 1,14% aa

### ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL

#### GESTOR

**Marcos José Rodrigues Miranda**

#### E-MAIL

**marcos.miranda@capef.com.br**

#### TELEFONE

**(85) 4008-5813**

## INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

### DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO

SEGMENTOS	2016		2017		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (INTERVALOS)
	DEZ (R\$ MIL)	%	DEZ (R\$ MIL)	%	
Total Investimentos	49.789,08	82,84	60.105,57	100,00	-
Renda Fixa	48.296,18	80,35	58.648,78	97,58	92 - 100
Investimento Imobiliário	1.492,90	2,48	1.456,79	2,42	0 - 8

### RENTABILIDADE

SEGMENTOS	2016		2017	
	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %	DEZ (R\$ MIL)	RENTABILIDADE %
Total Investimentos	49.789,08	28,10	60.105,57	15,37
Renda Fixa	48.296,18	14,02	58.648,78	9,76
Investimento Imobiliário	1.492,90	64,33	1.456,79	29,52

#### GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	R\$ (MIL)	% GESTÃO TERCEIRIZADA	% DO INVESTIMENTO TOTAL	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)
Banco do Nordeste	58.648,78	100,00	100,00	0,035
<b>Total</b>	<b>58.648,78</b>	-	-	-

#### DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS DO PGA</b>	<b>60.105.571,83</b>
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO</b>	<b>58.648.781,14</b>
Renda Fixa	58.648.781,14
Quotas De Fundos Investimento Renda Fixa	58.648.781,14
<b>INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO</b>	<b>1.456.790,69</b>
Aluguéis E Renda	1.456.790,69

### CUSTOS COM INVESTIMENTOS INCORRIDOS EM 2017

#### CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

A CAPEF mantém atualmente dois contratos com a Consultoria Aditus. Um de análise de investimentos de ativos de crédito privado no valor de R\$ 1.744,20 por mês. E o outro uma licença para uso do Sistema de ALM com um valor mensal de R\$ 6.000,00.

#### CUSTÓDIA

Custo anual de custódia e controladoria do Fundo de Renda Fixa Previdenciário Exclusivo é de 0,01%.

#### AUDITORIA

Não existe contrato específico para Auditoria de Gestão dos Investimentos.

#### TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CORRETAGEM

Taxa de Gestão e Administração do Fundo de Investimento em Renda Fixa: 0.035% aa

**ADMINISTRADOR  
RESPONSÁVEL**

**GESTOR**

**Marcos José Rodrigues Miranda**

**E-MAIL**

**marcos.miranda@capef.com.br**

**TELEFONE**

**(85) 4008-5813**



# Gestão Administrativa

O acompanhamento e a divulgação dos dados relativos à administração dos planos de benefícios da Entidade são essenciais para a garantia do seu equilíbrio operacional e possibilitam a aproximação dos participantes no acompanhamento dessas informações.

A Capecf adota diversos indicadores de eficiência operacional, os quais são periodicamente comparados aos benchmarkings do segmento.

Os indicadores de gestão das despesas, a variação orçamentária, o índice de cobertura das despesas administrativas e o custo administrativo mensal por participante, por exemplo, continuam apresentando desempenho superior à meta estabelecida.

## EFICIÊNCIA NA GESTÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os recursos necessários para a cobertura das despesas com a administração da Capecf são repassados ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) pelos planos previdenciais, respeitados os limites de 1% do somatório dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios (RGPB) ou de 9% do total das coberturas previdenciárias e dos benefícios pagos no ano, conforme determina o artigo 6º da Resolução CGPC N.º. 29, de 31 de Agosto de 2009.

No caso da Capecf, o Conselho Deliberativo definiu como limite o percentual de até 1% sobre os RGPB, que correspondiam a R\$ 42,64 milhões em 2017 (R\$40,30 milhões em 2016).

De acordo com o plano de custeio aprovado, a Capecf desconta: 8% sobre as contribuições dos Participantes Ativos e Assistidos do Plano BD e 5% sobre as contribuições dos Participantes Ativos do Plano CV I, sendo realizada ainda uma contribuição única no valor de 2,7% sobre o saldo das provisões matemáticas de cada Participante Assistido por ocasião da aposentadoria, além do recebimento da contribuição paritária do Patrocinador.

O valor arrecadado para custear as despesas administrativas totalizou em 2017 R\$ 20,32 milhões (R\$ 19,26 milhões, em 2016), que correspondeu a 0,48% dos RGPB, (0,48% em 2016), conforme detalhamento no quadro abaixo.

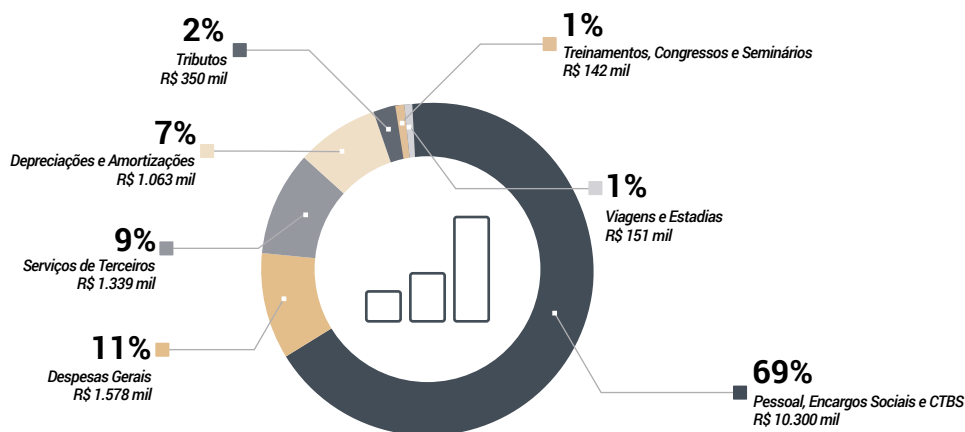
	R\$ MIL	
PLANOS DE BENEFÍCIOS	2017	2016
Plano BD	13.512	13.408
Plano CV I	6.812	5.855
<b>Consolidado</b>	<b>20.324</b>	<b>19.263</b>
Percentual dos RGPB	0,48%	0,48%
<b>Limite (1% RGPB)</b>	<b>42.636</b>	<b>40.296</b>

## ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO

Com base na análise dos controles da execução orçamentária, ao término do exercício de 2017, o valor efetivamente recebido de custeio administrativo superou em 7,39% a previsão orçamentária, enquanto as despesas administrativas ficaram abaixo 5,08% do valor orçado para o período. Em 2017, o orçamento previsto de despesas administrativas, aprovado pelo Conselho Deliberativo, foi de R\$ 15,72 milhões (R\$ 14,60 milhões, em 2016) e foram utilizados R\$ 14,92 milhões (R\$ 14,16 milhões, em 2016), de forma que a variação entre a previsão e a despesa administrativa efetivamente realizada foi de R\$ 798 mil. Esse comportamento das despesas traduz o esforço de economia de todas as áreas da Caepf.

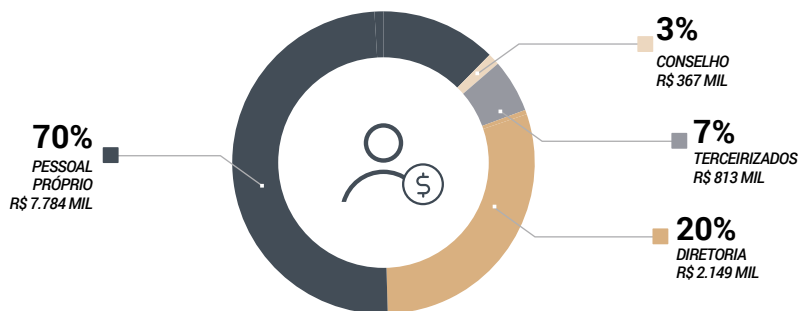
## DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE 2017

As despesas administrativas da Entidade são classificadas em grupos, conforme estabelecido pela PREVIC, e os maiores gastos são com pessoal e encargos, serviços de terceiros e despesas gerais.



O gráfico a seguir demonstra a distribuição das despesas com pessoal da Caepf discriminadas em despesas com Diretoria, Conselhos, Pessoal Próprio e Terceirizados.

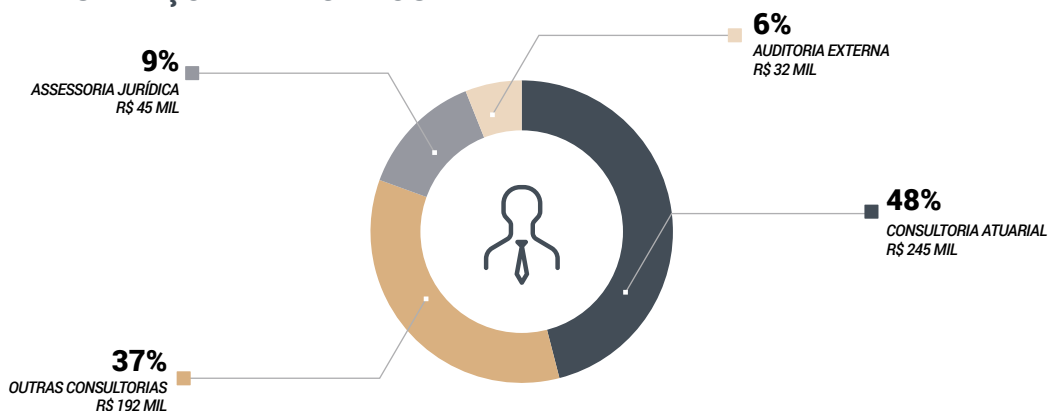
### PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS E CONTRIBUIÇÕES



O grupamento Serviços de Terceiros é composto pelas despesas com serviços terceirizados de pessoas físicas e jurídicas, tais como: consultorias e assessorias, auditoria, guarda e custódia de documentos e desenvolvimento de sistemas.

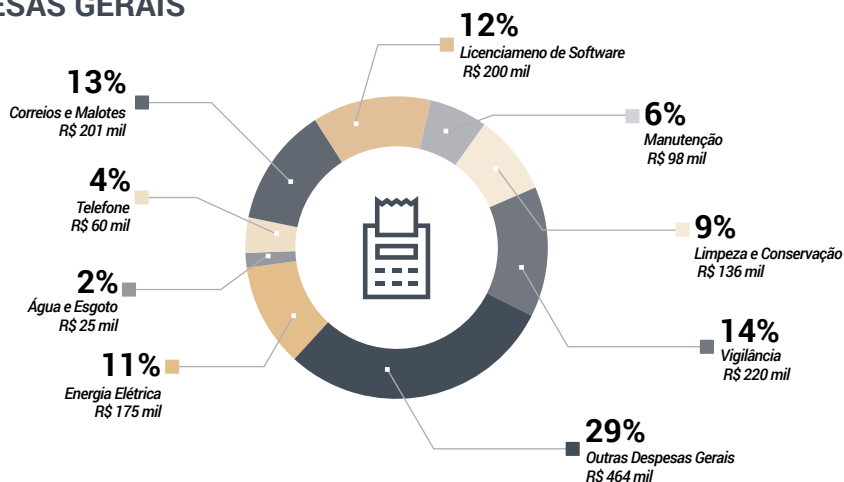
Apresentamos, abaixo, os valores gastos pela Entidade com consultorias atuariais, auditoria independente, contratada para auditar as demonstrações contábeis da Entidade, despesas com assessoria jurídica para defesa em processos judiciais e outras consultorias contratadas pela Capef, onde podemos destacar as consultorias de investimentos.

### SERVIÇO DE TERCEIROS



Os valores mais representativos do grupo Despesas Gerais referem-se aos gastos com energia elétrica, água e esgoto, telefone, envio de correspondências, licenças de uso de sistemas, vigilância, limpeza e manutenção que juntos totalizaram 71% do grupo.

### DESPESAS GERAIS



## FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor transferido de custeio dos planos de benefícios, somado ao resultado dos investimentos administrativos e outras receitas, subtraído dos gastos operacionais de funcionamento da Entidade e de contingências administrativas.

Em 2017, o Fundo encerrou com um saldo de R\$ 71.351 mil, conforme apresentado na tabela abaixo:

	R\$ MIL
<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>61.845</b>
(+) Resultado dos Investimentos Administrativos	5.299
(+) Custeio dos planos de benefícios	20.323
(+) Outras receitas administrativas	30
(-) Despesas Administrativas	14.924
(-) Contingências	1.222
<b>SALDO FINAL DO FUNDO ADMINISTRATIVO</b>	<b>71.351</b>

A Entidade questiona junto à esfera judicial o recolhimento de PIS e da COFINS incidentes sobre suas receitas administrativas. Em 2017, os depósitos efetuados pela Capef somaram R\$ 1.222 mil.

Todos os anos, a Entidade se esforça por meio de reduções escalonadas de gastos. O controle de despesas, com a estipulação de metas, o êxito nas negociações de contratos com fornecedores e a busca contínua da eficiência operacional permanecerão como pontos de atenção por parte da gestão de forma a preservar a solvência do fundo administrativo da Capef.

## PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

A Resolução CGPC Nº 29, de 31 de Agosto de 2009, estabeleceu no seu artigo 12º que o Conselho Fiscal deve acompanhar e controlar os indicadores de gestão das despesas administrativas, inclusive quanto ao limite e critérios quantitativos e qualitativos, bem como a avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o inciso I do artigo 19 da Resolução nº 13, de 2004.

Seguem os indicadores de gestão da Capef, aprovados pelo Conselho Deliberativo:

### INDICADORES QUANTITATIVOS

- Variação Orçamentária: mede a variação do saldo realizado em relação ao saldo orçado das contas do PGA;
- Custo Médio Mensal de Administração por Participante e Assistido: representa o valor médio das despesas administrativas por Participante e Assistido, ou seja, qual o custo total médio para administrar os benefícios de cada Participante e Assistido por mês;
- Taxa de Administração: corresponde à relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores (RGPB);
- Taxa de Carregamento: corresponde à relação das despesas administrativas pelo fluxo previdencial (soma das contribuições e dos benefícios) da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);
- Índice de Cobertura das Despesas Administrativas: equivale a relação das fontes de custeio sobre as despesas administrativas, ou seja, quanto as receitas cobrem as despesas administrativas.

As metas e o realizado de cada indicador estão demonstrados na tabela a seguir:

INDICADORES QUANTITATIVOS	META	REALIZADO
Variação Orçamentária	(+) (-) 10%	-5,08%
Custo Médio de Administração por Participantes	108,93%	102,26%
Taxa de Administração	0,3652%	0,3500%
Taxa de Carregamento	2,2770%	2,1276%
Índice de Cobertura das Despesas Administrativas	1,20	1,36

### INDICADORES QUALITATIVOS

- Cumprimento do calendário de obrigações legais: mede a quantidade de obrigações legais cumpridas no prazo em relação à totalidade das obrigações do período. No ano de 2017, a Capef cumpriu no prazo 99,42% de suas obrigações legais.

- b. Percentual de profissionais certificados: mede a relação entre a quantidade de profissionais certificados em relação à quantidade de profissionais com obrigatoriedade de certificação. Enquadram-se no rol de profissionais com obrigatoriedade de certificação os diretores, conselheiros e colaboradores de investimentos de acordo com o código de autorregulação e governança de Investimentos da Entidade. A Capecf encontra-se com 96,43% desses profissionais certificados ao final do exercício de 2017.
- c. Cumprimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual): Mede a relação entre as ações de treinamento realizadas e o total de ações previstas no PDI dos funcionários da Entidade no período. Da meta de 68 ações, foram realizadas 80, atingindo 117,65% da meta no período.

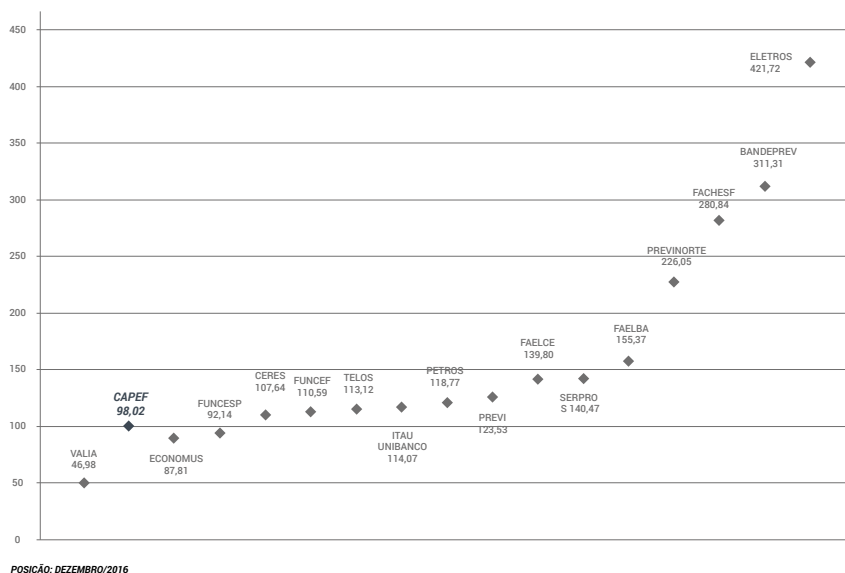
INDICADORES QUALITATIVOS	META	REALIZADO
Cumprimento do calendário de obrigações legais	100%	99,42%
Percentual de profissionais certificados	100%	96,43%
Cumprimento do PDI	70%	117,65%

### CUSTO ADMINISTRATIVO MENSAL POR PARTICIPANTE

Os resultados dos indicadores de gestão administrativa da Capecf, apresentados no quadro anterior, comprovam a eficiência na administração dos recursos. Dentre esses indicadores, merece destaque o Custo Administrativo Mensal por Participante, o qual após significativas reduções, vem se mantendo em patamares competitivos.



Ao comparar o seu desempenho com os demais Fundos de Pensão, a Capecf observou que o seu Custo Administrativo Mensal por Participante mantém-se em patamar inferior à média do mercado, inclusive abaixo do praticado por outras entidades com quantidade de participantes superior, conforme benchmark efetuado com as 17 maiores entidades do país. Segue abaixo o comparativo desse indicador com base nos dados de dezembro de 2016:



POSIÇÃO: DEZEMBRO/2016



# ***Demonstrações Contábeis***

**DO EXERCÍCIO 2017**

# Balanço Patrimonial

## em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

ATIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>399</b>	<b>322</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>6.681</b>	<b>6.230</b>
			Gestão Previdencial	3.637	3.348
			Gestão Administrativa	1.401	1.351
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>4.366.851</b>	<b>4.125.449</b>	Investimentos	1.643	1.531
Gestão Previdencial	36.341	40.154			
Gestão Administrativa	2.847	1.669			
Investimentos	4.327.663	4.083.626	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>198.625</b>	<b>167.295</b>
Títulos Públicos	875.743	801.339	Gestão Previdencial	192.890	162.456
Créditos Privados e Depósitos	54.464	57.963	Gestão Administrativa	2.998	1.776
Ações	10.072	6.925	Investimentos	2.737	3.063
Fundos de Investimentos	2.991.541	2.821.343			
Investimentos Imobiliários	262.383	272.635	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>4.174.739</b>	<b>3.965.762</b>
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	132.445	122.445	Patrimônio de Cobertura do Plano	4.069.049	3.875.661
Depósitos Judiciais/Recursais	280	271	Provisões Matemáticas	4.058.491	3.860.741
Outros Realizáveis	735	705	Benefícios Concedidos	2.836.621	2.583.659
			Benefícios a Conceder	1.221.870	1.277.082
<b>PERMANENTE</b>	<b>12.795</b>	<b>13.516</b>	Equilíbrio Técnico	10.558	14.920
Imobilizado	10.153	10.635	Resultados Realizados	10.558	14.920
Intangível	2.642	2.881	Superávit Técnico Acumulado	10.558	14.920
			Fundos	105.690	90.101
			Fundos Previdenciais	23.363	19.333
			Fundos Administrativos	71.351	61.845
			Fundos dos Investimentos	10.976	8.923
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.380.045</b>	<b>4.139.287</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.380.045</b>	<b>4.139.287</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
 Diretor Presidente  
 CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
 Diretor de Administração e Investimentos  
 CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
 Contadora - CRC - CE-023382/O-8  
 CPF 657.772.393-15

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

## em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
(+/-)	<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>	<b>3.965.762</b>	<b>3.643.651</b>	<b>8,84</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>676.656</b>	<b>768.767</b>	<b>-11,98</b>
(+)	Contribui�es Previdenciais	263.157	245.023	7,40
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	385.794	492.951	-21,74
(+)	Receitas Administrativas	20.354	22.817	-10,79
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	5.298	6.137	-13,67
(+)	Constitui�o de Fundos de Investimento	2.053	1.839	11,64
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(467.679)</b>	<b>(446.656)</b>	<b>4,71</b>
(-)	Benefícios	(418.012)	(387.891)	7,77
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-33.521	-43.378	-22,72
(-)	Despesas Administrativas	(14.924)	(14.163)	5,37
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.222)	(1.224)	-0,16
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>208.977</b>	<b>322.111</b>	<b>-35,12</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	197.750	292.988	-32,51
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-4.362	10.523	-141,45
(+/-)	Fundos Previdenciais	4.030	3.194	26,17
(+/-)	Fundos Administrativos	9.506	13.567	-29,93
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.053	1.839	11,64
	<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.174.739</b>	<b>3.965.762</b>	<b>5,27</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administra o e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/O-8  
CPF 657.772.393-15

## Demonstração do Ativo Líquido Plano BD em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>3.619.577</b>	<b>3.549.615</b>	<b>1,97</b>
Disponível	247	288	-14,24
Recebível	87.498	85.741	2,05
Investimento	3.531.832	3.463.586	1,97
Títulos Públicos	310.028	346.312	-10,48
Créditos Privados e Depósitos	4.295	4.112	4,45
Ações	10.072	6.925	45,44
Fundos de Investimentos	2.855.485	2.742.701	4,11
Investimentos Imobiliários	260.927	271.143	-3,77
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	90.010	91.417	-1,54
Depósitos Judiciais / Recursais	280	271	3,32
Outros Realizáveis	735	705	4,26
<b>2. Obrigações</b>	<b>200.793</b>	<b>170.204</b>	<b>17,97</b>
Operacional	5.166	4.685	10,27
Contingencial	195.627	165.519	18,19
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>61.679</b>	<b>54.312</b>	<b>13,56</b>
Fundos Administrativos	51.173	45.605	12,21
Fundos dos Investimentos	10.506	8.707	20,66
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>3.357.105</b>	<b>3.325.099</b>	<b>0,96</b>
Provisões Matemáticas	3.346.547	3.310.329	1,09
Superávit/Déficit Técnico	10.558	14.770	-28,52
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	10.558	14.770	-28,52
b) (+/-) Ajuste de Precificação	314.122	296.685	5,88
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	324.680	311.455	4,25

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/O-8  
CPF 657.772.393-15

# Demonstração do Ativo Líquido Plano CV I

## em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>756.069</b>	<b>586.542</b>	<b>28,90</b>
Disponível	149	33	351,52
Recebível	20.194	16.257	24,22
Investimento	735.726	570.252	29,02
Títulos Públicos	565.715	455.027	24,33
Créditos Privados e Depósitos	50.169	53.851	-6,84
Fundos de Investimentos	77.407	30.346	155,08
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	42.435	31.028	36,76
<b>2. Obrigações</b>	<b>114</b>	<b>191</b>	<b>-40,31</b>
Operacional	114	191	-40,31
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>20.648</b>	<b>16.456</b>	<b>25,47</b>
Fundos Administrativos	20.178	16.240	24,25
Fundos dos Investimentos	470	216	117,59
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>735.307</b>	<b>569.895</b>	<b>29,02</b>
Provisões Matemáticas	711.944	550.412	29,35
Superávit/Déficit Técnico	0	150	-100,00
Fundos Previdenciais	23.363	19.333	20,85
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	0	150	-100,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.355	970	39,69
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.355	1.120	20,98

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
 Diretor Presidente  
 CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
 Diretor de Administração e Investimentos  
 CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
 Contadora - CRC - CE-023382/O-8  
 CPF 657.772.393-15

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano BD em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>3.325.099</b>	<b>3.178.664</b>	<b>4,61</b>
<b>1. Adições</b>	<b>492.816</b>	<b>588.931</b>	<b>-16,32</b>
(+) Contribuiç�es	168.997	157.755	7,13
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	323.819	431.176	-24,90
<b>2. Destinaç�es</b>	<b>(460.810)</b>	<b>(442.496)</b>	<b>4,14</b>
(-) Benefícios	(413.777)	(385.710)	7,28
(-) Constituição L�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	(33.521)	(43.378)	-22,72
(-) Custeio Administrativo	(13.512)	(13.408)	0,78
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>32.006</b>	<b>146.435</b>	<b>-78,14</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	36.218	136.026	-73,37
(+/-) Superávit/D�ficit T�cnico do Exercício	(4.212)	10.409	-140,46
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>3.357.105</b>	<b>3.325.099</b>	<b>0,96</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>61.679</b>	<b>54.312</b>	<b>13,56</b>
(+/-) Fundos Administrativos	51.173	45.605	12,21
(+/-) Fundos dos Investimentos	10.506	8.707	20,66

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/O-8  
CPF 657.772.393-15



# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano CV I em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIACÃO (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>569.895</b>	<b>409.625</b>	<b>39,13</b>
<b>1. Adições</b>	<b>176.459</b>	<b>168.307</b>	<b>4,84</b>
(+) Contribuições	114.484	106.532	7,46
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	61.975	61.775	0,32
<b>2. Destinações</b>	<b>(11.047)</b>	<b>(8.037)</b>	<b>37,45</b>
(-) Benefícios	(4.235)	(2.182)	94,09
(-) Custeio Administrativo	(6.812)	(5.855)	16,35
<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>165.412</b>	<b>160.270</b>	<b>3,21</b>
(+/-) Provis�es Matemáticas	161.532	156.962	2,91
(+/-) Fundos Previdenciais	4.030	3.194	26,17
(+/-) Superávit/D�ficit T�cnico do Exercício	(150)	114	-231,58
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>735.307</b>	<b>569.895</b>	<b>29,02</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>20.648</b>	<b>16.456</b>	<b>25,47</b>
(+/-) Fundos Administrativos	20.178	16.240	24,25
(+/-) Fundos dos Investimentos	470	216	117,59

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

# Demonstração do Plano de Gestão Administrativa em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>61.845</b>	<b>48.278</b>	<b>28,10</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>25.652</b>	<b>28.954</b>	<b>-11,40</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>25.652</b>	<b>28.954</b>	<b>-11,40</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	20.324	19.263	5,51
Receitas Diretas	0	1	-100,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	5.298	6.137	-13,67
Outras Receitas	30	3.553	-99,16
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>14.924</b>	<b>14.163</b>	<b>5,37</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>7.551</b>	<b>7.148</b>	<b>5,64</b>
Pessoal e encargos	5.106	4.867	4,91
Treinamentos/congressos e seminários	73	55	32,73
Viagens e estadias	75	54	38,89
Serviços de terceiros	732	681	7,49
Despesas gerais	858	834	2,88
Depreciações e amortizações	532	493	7,91
Tributos	175	164	6,71
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>7.373</b>	<b>7.015</b>	<b>5,10</b>
Pessoal e encargos	5.195	5.022	3,44
Treinamentos/congressos e seminários	68	53	28,30
Viagens e estadias	76	64	18,75
Serviços de terceiros	607	530	14,53
Despesas gerais	720	690	4,35
Depreciações e amortizações	532	492	8,13
Tributos	175	164	6,71
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>1.222</b>	<b>1.224</b>	<b>-0,16</b>
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>9.506</b>	<b>13.567</b>	<b>-29,93</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>9.506</b>	<b>13.567</b>	<b>-29,93</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)</b>	<b>71.351</b>	<b>61.845</b>	<b>15,37</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53**CAMILLA BASTOS PAULINO**Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

# Demonstração das Provisões Técnicas do Plano BD

## em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>3.568.404</b>	<b>3.504.011</b>	<b>1,84</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.346.547</b>	<b>3.310.329</b>	<b>1,09</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>2.765.444</b>	<b>2.553.789</b>	<b>8,29</b>
Benefício Definido	2.765.444	2.553.789	8,29
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>581.103</b>	<b>756.540</b>	<b>-23,19</b>
Benefício Definido	581.103	756.540	-23,19
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>10.558</b>	<b>14.770</b>	<b>-28,52</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>10.558</b>	<b>14.770</b>	<b>-28,52</b>
Superávit Técnico acumulado	10.558	14.770	-28,52
Reserva de Contingência	10.558	14.770	-28,52
<b>3. Fundos</b>	<b>10.506</b>	<b>8.707</b>	<b>20,66</b>
<b>3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>10.506</b>	<b>8.707</b>	<b>20,66</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>5.166</b>	<b>4.686</b>	<b>10,24</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>3.568</b>	<b>3.201</b>	<b>11,47</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>1.598</b>	<b>1.485</b>	<b>7,61</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>195.627</b>	<b>165.519</b>	<b>18,19</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>192.890</b>	<b>162.456</b>	<b>18,73</b>
<b>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>2.737</b>	<b>3.063</b>	<b>-10,64</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
 Diretor Presidente  
 CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
 Diretor de Administração e Investimentos  
 CPF 167.973.293-53

**CAMILA BASTOS PAULINO**  
 Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
 CPF 657.772.393-15

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CV I em 31 de Dezembro

EM R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>735.891</b>	<b>570.302</b>	<b>29,04</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>711.944</b>	<b>550.412</b>	<b>29,35</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>71.177</b>	<b>29.870</b>	<b>138,29</b>
Contribuição Definida	52.880	20.520	157,70
Benefício Definido	18.297	9.350	95,69
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>640.767</b>	<b>520.542</b>	<b>23,10</b>
Contribuição Definida	640.767	520.542	23,10
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	317.005	257.432	23,14
Saldo de contas - parcela participantes	323.762	263.110	23,05
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>-100,00</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>0</b>	<b>150</b>	<b>-100,00</b>
Superávit Técnico acumulado	0	150	-100,00
Reserva de Contingência	0	150	-100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>23.833</b>	<b>19.549</b>	<b>21,91</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>23.363</b>	<b>19.333</b>	<b>20,85</b>
<b>3.2. Fundos de Investimentos</b>	<b>470</b>	<b>216</b>	<b>117,59</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>114</b>	<b>191</b>	<b>-40,31</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>69</b>	<b>147</b>	<b>-53,06</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>45</b>	<b>44</b>	<b>2,27</b>

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**  
Diretor Presidente  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**  
Diretor de Administração e Investimentos  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**  
Contadora - CRC - CE-023382/0-8  
CPF 657.772.393-15

# Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

## em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016

### 1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), fundada em 1967, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, multipatrocinada e com multiplano, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado sob a forma de sociedade simples e pessoa jurídica de direito privado, que tem como objetivo principal assegurar benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por invalidez e por idade aos participantes aposentados pela Previdência Social que sejam funcionários e ex-funcionários dos patrocinadores Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), Patrocinador-Fundador; Caixa de Assistência dos Funcionários do BNB (Camed); e a própria Capef, bem como benefícios de suplementação de pensão e pecúlio ordinário aos beneficiários inscritos pelos participantes para tal finalidade.

### 2. PLANOS ADMINISTRADOS

A Capef administra 02 (dois) planos de benefícios e um plano de gestão administrativa, conforme apresentados abaixo:

#### 2.1) Plano de Benefício Definido – Plano BD

Plano de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.670.001-74 no CNPB – Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O Plano encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26/11/1999.

Em 31 de dezembro de 2017, o plano possuía 1.525 participantes ativos (1.741, em 2016), 3.798 participantes assistidos (3.682, em 2016) e 1.244 beneficiários de pensão (1.192, em 2016).

A avaliação atuarial do Plano BD, com data-base de 31/12/2017, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23/2015:

HIPÓTESES UTILIZADAS - PLANO BD	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 Segregada por sexo, suavizada em 10% (dez por cento).
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled F
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas.
Hipótese familiar	Família observada no cadastro.
Taxa Real Anual de juros	5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	1% a.a. (um por cento ao ano).
Entrada em Aposentadoria	Considerado nos cálculos atuariais a postergação da data de entrada em aposentadoria em 7 (sete) anos, contados a partir da elegibilidade ao recebimento do benefício pleno programado.

#### 2.2) Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I

Plano de Contribuição Variável I, inscrito sob o nº 20.100.014-19 no CNPB da PREVIC, iniciou suas operações em 19/05/2010 e conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de repartição de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

Em 31 de dezembro de 2017, contava com 5.372 participantes ativos (5.315, em 2016), 188 participantes assistidos (94, em 2016) e 35 beneficiários de pensão (22, em 2016).

A avaliação atuarial do Plano CV I, com data-base de 31/12/2017, utilizou as seguintes hipóteses aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com base nos resultados dos estudos de aderência e adequação elaborados pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, em conformidade com a Instrução PREVIC nº 23/2015:

HIPÓTESES UTILIZADAS - PLANO CV	
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	RP-2000 proj. 2018 por sexo, suavizada em 20%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC suavizada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller suavizada em 85%
Hipótese familiar	Família padrão composta de cônjuge três anos mais jovem que o participante, sem a existência de filhos, de acordo com a recomendação do estudo de aderência.
Taxa Real Anual de juros	5,25% a.a. (cinco, vinte e cinco por cento ao ano).
Projeção de Crescimento Real de Salário	A projeção de crescimento real de salário de cada participante do Plano CV I segue as regras contidas nos planos de cargo dos patrocinadores e em hipótese de progressão da verba de Adicional de Função em Comissão (AFC) indicadas por cada patrocinador.

### 2.3) Plano de Gestão Administrativa - PGA

As Entidades de Previdência Complementar (EFPC) adotaram, a partir de janeiro de 2010, a nova planificação contábil instituída pela Resolução CGPC n.º 28, de 26 de janeiro de 2009, em seguida revogada pela Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011.

A mudança na legislação objetivou orientar e padronizar os registros contábeis das EFP-Cs, de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade e também em relação à convergência do padrão contábil brasileiro às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), aprofundar a transparência e facilitar ao participante a leitura na divulgação de números, custos e resultados dos planos de previdência.

A alteração mais relevante se deu no âmbito administrativo com a criação do Plano de Gestão Administrativa - PGA para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. As entidades foram obrigadas pelas novas regras a divulgar separadamente balanços e demonstrações de cada um dos planos que administra, conforme prevê a legislação.

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que possui um balançete próprio, com detalhamento das despesas administrativas e responsável pela gestão cotidiana da Entidade por meio de um regulamento específico, conferindo-lhe assim maior transparência.

## 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada na sede da Capef e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

As demonstrações contábeis estão apresentadas por plano de benefícios, consolidadas em moeda corrente e apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC Nº 29, de 31 de agosto de 2009; Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução DC/PREVIC Nº 5, de 08 de setembro de 2011 e Instrução MTPS/PREVIC No. 25, de 17 de Dezembro de 2015; a Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC Nº 12, de 19 de agosto de 2013 e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Essas



diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos é segregada em três atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e o Fluxo dos Investimentos), formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização dos objetivos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de forma a proporcionar informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63, da NBC T 19.27.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa.

Os ajustes e eliminações necessários   consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instru o MPS/SPC No. 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são: "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participa o no Plano de Gestão Administrativa" e "Participa o no Fundo Administrativo PGA".

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As práticas contábeis seguem princípios, métodos e critérios uniformes em rela o às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios, sendo possível a identifica o em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A prepara o das demonstrações contábeis requer, nos casos das provisões para contingências judiciais e provisões matemáticas, o uso de estimativas na mensura o patrimonial, em que são consideradas expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas, e os valores de realiza o somente serão conhecidos por ocasião da sua liquida o. As principais práticas contábeis adotadas na CAPEF estão assim resumidas:

### **4.1) Resultados das Operações**

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas pelo regime de competência, exceto as contribui es do Plano de Contribui o Variável I que são registradas pelo regime de caixa, conforme consente o item 8.1 do Anexo C – Normas Gerais da Resolu o CNPC N  8, de 31 de outubro de 2011.

### **4.2) Composi o do Ativo**

#### **4.2.1) Disponível**

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa, inclusive os cheques emitidos em poder da tesouraria.

#### **4.2.2) Ativo Realizável - Gestão Previdencial**

Este grupo contempla, essencialmente, adiantamentos concedidos aos participantes e beneficiários assistidos, contribui es contratadas de responsabilidade de patrocinadores, participantes ativos e assistidos (aposentados) e beneficiários assistidos (pensionistas), assim como os depósitos judiciais/ recursais relativos às contingências previdenciais.

#### 4.2.3) Ativo Realizável - Gestão Administrativa

Neste grupo estão registrados os direitos a receber da Gestão Administrativa referente aos adiantamentos concedidos aos empregados, adiantamentos efetuados a terceiros para serem compensados no pagamento definitivo das obrigações, valores a receber de terceiros, assim como os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências administrativas.

#### 4.2.4) Ativo Realizável - Investimentos

Referem-se aos recursos garantidores dos planos previdenciais e aos recursos administrativos aplicados nos diversos segmentos: títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, investimentos estruturados, imóveis, empréstimos e financiamentos imobiliários; em consonância com a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, **alterada pelas Resoluções 3.846, de 25/03/2010, 4.275, de 31/10/2013, 4.449, de 20/11/2015, 4.469, de 25/02/2016 e, 4.611, de 30/11/2017**, todas do Conselho Monetário Nacional - CMN. Os títulos da CAPEF podem ser classificados como “negociação” ou “mantidos até o vencimento”; a parcela dos ativos que está destinada para a manutenção da liquidez é classificada como “negociação”. Os demais títulos, que são classificados como mantido até o vencimento, respeitam o estudo de *Asset Liability Management* - ALM da Entidade.

Conforme a Resolução CNPC No. 15, de 19/11/2014, para apuração da taxa de juros real anual, a ser utilizada como meta para evolução do patrimônio de cada plano de benefícios, a entidade deverá demonstrar, em estudo técnico, a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo de receitas de contribuições e de pagamentos de benefícios.

O referido estudo deverá ser elaborado por profissional atuário habilitado e legalmente responsável pelo plano de benefícios, para aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, bem como deverá estar acompanhado por parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

A Resolução CNPC No. 15/2014 também contempla o conceito de “duração de passivo”, cujo fator deverá ser rigorosamente observado para gerenciamento do plano, pelo fato de representar a métrica mais ajustada às características e especificidades de cada plano de benefícios previdenciários. Para esse fim, “duração do passivo” corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

De acordo com a metodologia constante no referido normativo e respectivas instruções, apresentamos a seguir “duração do passivo” e taxa real de desconto (e de rentabilidade dos investimentos), calculadas para os planos de benefícios administrados pela Capef, na posição de 31 de dezembro de 2017:

PLANO DE BENEFÍCIOS	TAXA REAL DE JUROS	DURAÇÃO DO PASSIVO
Plano BD	5,5%a.a.	9,26 anos
Plano CV I	5,25%a.a.	21,42 anos

##### 4.2.4.1) Títulos Públicos

Nessa conta são lançados investimentos em títulos do governo, tais como Notas do Tesouro Nacional (Séries B, C e F), Letras do Tesouro Nacional e Letra Financeira do Tesouro. Atualmente os planos administrados pela CAPEF possuem alocações em Notas do Tesouro Nacional (Série B), que é indexada pela variação do IPCA, e Letra Financeira do Tesouro - LFT, esta atualizada pela variação da Selic. Os valores desses ativos registrados na categoria títu-

los para negociação são obtidos a partir da divulgação dos Preços Unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

#### **4.2.4.2) Crédito Privado e Depósitos**

Este grupo incorpora as aplicações em Letras Financeiras-LF e Debêntures. As LF são títulos de longo prazo emitidos por instituições financeiras. Já as debêntures são títulos de crédito que podem ser emitidos por sociedades por ações de capital aberto. Os valores desses ativos registrados na categoria títulos para negociação são obtidos a partir da divulgação dos preços unitários das taxas indicativas, colhidas junto ao site da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Os ativos registrados na categoria mantidos até o vencimento têm seus valores calculados com base nas taxas das operações de aquisição dos respectivos títulos.

#### **4.2.4.3) Ações**

As ações integrantes dessa conta são avaliadas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento do último pregão do ano da Bolsa de Valores de São Paulo, conforme Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008 e ratificado pela Resolução nº 25, de 30 de junho de 2008 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

#### **4.2.4.4) Fundos de Investimentos**

##### **a) Renda Fixa**

São classificados como renda fixa os fundos que possuem, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados aos fatores de riscos que dão nome à classe. Fazem parte desses ativos: os títulos da dívida pública mobiliária federal; os títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN; os depósitos em poupança em instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN; os títulos e valores mobiliários de renda fixa de emissão de companhias abertas, incluídas as Notas de Crédito à Exportação - NCE e Cédulas de Crédito à Exportação -CCE; as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; os certificados de recebíveis de emissão de companhias e as cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e as cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Parte dos Títulos Públicos indexados ao IPCA e LFs estão contabilizados como “títulos mantidos até o vencimento”, considerando que permanecerão em carteira até o vencimento, procedimento respaldado no Relatório de Avaliação Atuarial. A Resolução CGPC Nº 15, de 23 de agosto de 2005, estabelece que a Entidade poderá vender os títulos a mercado, classificados como “títulos mantidos até o vencimento” apenas se a venda for realizada simultaneamente à aquisição de títulos da mesma natureza com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao do título alienado.

##### **b) Multimercado**

Nesse segmento estão classificadas as quotas do Fundo Fortaleza Multimercado e as quotas dos Fundos de Investimentos no Exterior. O Fundo Fortaleza Multimercado possui política de investimentos que envolve vários fatores de risco, pois combinam investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Nesse segmento são ainda contabilizadas as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos no Exterior e suas carteiras são compostas por ativos negociados no mercado externo. Os fundos que compõem este segmento são contabilizados diariamente pela variação de suas quotas.

**c) Investimentos Imobiliários**

São fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do fundo ou pela venda das suas cotas do fundo, que podem ser negociadas na bolsa de valores.

**4.2.4.5) Investimentos Imobiliários**

Os investimentos imobiliários estão registrados pelo custo de aquisição histórico ou pelo valor de reavaliação, determinado por perito independente, para imóveis adquiridos há mais de três anos. Do saldo individual de cada ativo, é subtraída a depreciação acumulada e são adicionados, eventualmente, valores de reformas realizadas, estas igualmente contabilizadas pelo custo de aquisição original, tudo em consonância com as determinações do CGPC e do CMN.

Os imóveis componentes da carteira são reavaliados no mínimo a cada três anos, em consonância com determinações da Instrução No. 34, de 24 de setembro de 2009, em seu anexo A, item II Procedimentos Contábeis, subitem 19.

O valor da depreciação é calculado pelo método linear, com taxas diferenciadas para cada endereço, tomando-se por base a vida útil remanescente do ativo determinada pelo laudo de avaliação emitido por pessoas físicas ou jurídicas legalmente habilitadas, não vinculadas direta ou indiretamente à Capef ou as suas patrocinadoras e/ou a seus administradores.

Os direitos obtidos através da alienação a prazo de imóveis são registrados observando-se o valor atualizado do saldo devedor do promitente comprador à luz do respectivo contrato, deduzida a provisão para perdas, estas limitadas ao valor de mercado atribuído gerencialmente às unidades imobiliárias envolvidas na transação de venda a prazo com registro de inadimplência.

Por sua vez, os direitos decorrentes de aluguéis a receber, encargos e pagamentos a recuperar são igualmente contabilizados pelo seu valor atualizado. Para as rubricas de direitos creditórios diversos, aplica-se gradativamente a provisão para devedores duvidosos, apresentada no quadro a seguir, ficando limitado a 100% do valor, nos casos de atraso no recebimento da receita superior a 360 dias, tudo em consonância com as determinações legais emanadas da Instrução MPS/SPC n.º. 34, de 24 de setembro de 2009, na qual se baseia o quadro demonstrado a seguir:

**Quadro I****Escala de Percentual de Provisão para Devedores Duvidosos**

<b>Quantidade de Dias em Atraso</b>	<b>Percentual de Provisão sobre Créditos (vencidos e vincendos)</b>
entre 61 e 120 dias	25%
entre 121 e 240 dias	50%
entre 241 e 360 dias	75%
acima de 360 dias	100%

**4.2.4.6) Empréstimos e Financiamentos Imobiliários**

Os empréstimos e financiamentos imobiliários concedidos aos participantes e beneficiários assistidos são registrados pelo valor contratado, acrescido dos encargos pactuados, com a inclusão ainda de encargos por eventuais atrasos. A provisão de devedores duvidosos da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários adota escala gradativa similar à do quadro I, ver nota 5.3.5 e 5.3.6.

A rubrica Financiamentos Imobiliários está ainda retificada pelas provisões

efetuadas para a cobertura de perdas decorrentes de duas naturezas: (1) do valor segurado, quando o saldo devedor do imóvel exceder ao limite máximo contratado com a companhia seguradora; (2) da política de deságio, que pode decorrer do recálculo do saldo devedor do financiamento para efeito de liquidação antecipada, ao se substituir a taxa de juros contratual, de 10% a.a. ou 12% a.a., de acordo com cada contrato, pela taxa de juros de 6% a.a.

#### **4.2.4.7) Depósitos Judiciais/Recursais**

Corresponde aos valores desembolsados por ordem judicial, a título de adiantamento para condução dos recursos.

#### **4.2.4.8) Outros Realizáveis**

A conta Outros Realizáveis é formada pelos direitos do Plano BD decorrentes de Impostos a Compensar (vide nota 5.3.9).

### **4.2.5) Ativo Permanente**

#### **4.2.5.1) Imobilizado**

Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estabelecida.

O bem imóvel encontra-se registrado pelo valor de mercado, determinado por laudo de avaliação elaborado por perito independente, atendendo ao prazo legal de no máximo 3 (três) anos, conforme estabelece a Instrução SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

#### **4.2.5.2) Intangível**

A rubrica Intangível foi criada pela Resolução MPS/CGPC nº. 28, de 26 de janeiro de 2010 e mantida pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 em consonância com a convergência do padrão brasileiro de contabilidade às normas do IFRS (International Financial Reporting Standards).

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício.

### **4.3) Composição do Passivo**

#### **4.3.1) Exigível Operacional**

Refere-se às obrigações da Entidade, conhecidas ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, representados por benefícios devidos a participantes, obrigações fiscais e outros compromissos a pagar e/ou a recolher.

#### **4.3.2) Exigível Contingencial**

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com chance de perda provável. Aquelas contingências classificadas com chance de perda possível encontram-se divulgadas em Nota Explicativa. Não há tratamento nas Demonstrações Contábeis para as contingências classificadas com chance de perda remota, conforme estabelece a Resolução nº 1.180, de 24 de julho de 2009.

#### **4.3.3) Patrimônio Social**

O Patrimônio Social representa os recursos acumulados para fazer frente às obrigações dos planos. Compõe o Patrimônio Social, o Patrimônio de Cobertura dos Planos e Fundos. O Patrimônio de Cobertura dos Planos se subdivide em Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico.

#### 4.3.3.1) Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios

As Provisões Matemáticas são apuradas com base em cálculos atuariais e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder.

- a. Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com pensões de dependentes.
- b. Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade no patrocinador.

#### 4.3.3.2) Equilíbrio Técnico

Apurado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano e as Provisões Matemáticas. Na ocorrência de superávit, deverá ser registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência =  $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisões Matemáticas}$ .

Para fins desse cálculo, são consideradas as Provisões Matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquirem característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

#### 4.3.3.3) Fundos

Registra os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a. Gestão Previdencial – fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica. No caso da Capef, o Plano CV I possui dois fundos previdenciais denominados de Fundo de Solvência Atuarial e o Fundo Mutualista para de Benefício de Riscos. O Fundo de Solvência Atuarial foi constituído segundo o regulamento do plano para possível utilização no caso de eventuais insuficiências atuariais futuras. Já o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos tem a finalidade de prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito de participantes.
- b. Gestão Administrativa – fundo constituído com a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. Os planos de benefícios transferem um percentual fixado pelo atuário responsável e aprovado pelo Conselho Deliberativo a título de Custeio Administrativo para o Plano de Gestão Administrativa com a finalidade de custear as despesas administrativas dos planos. O fundo é formado quando as despesas administrativas não excedem as receitas com custeio administrativo advindos dos planos de benefícios e pela rentabilidade do fundo aplicado.
- c. Investimentos – fundos destinados à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário, e de resíduos existentes após o prazo contratual no caso de financiamentos. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários e pela rentabilidade dos recursos do fundo aplicado.

#### 4.4) Gestão de Risco

A Capef entende que para atender seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir seus investimentos considerando todos os riscos que as diversas classes de ativos estão expostas, em conformidade com as normas que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.



Em atendimento aos normativos acima, a Caperf desenhou processos e desenvolveu metodologias com vistas à execução de todas as fases da gestão de riscos: identificação, avaliação, controle e monitoramento. As atribuições e responsabilidades das áreas integrantes destes processos estão definidas nos seus regimentos e as metodologias desenvolvidas estão aderentes às melhores referências de mercado, sendo frequentemente testadas e validadas. Os parâmetros, métricas e limites de risco constam das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios da Caperf.

A gestão integrada dos riscos é fundamental para a segurança e solidez das operações realizadas pelos fundos de pensão. A Caperf possui uma área, Assessoria de Gestão de Riscos e Controles Internos – ASGER, que tem por objetivo identificar, gerenciar, tratar e monitorar os tipos de riscos aos quais a Entidade está exposta, a saber:

- a. Risco de Mercado: É o risco de que movimentos adversos no mercado (variação da taxa de juros, do preço dos ativos, etc.) possam afetar o desempenho econômico financeiro do plano. Para a gestão de risco de mercado a Caperf utiliza-se de alguns instrumentos para mitigá-los são eles: relatórios diários com o Value at Risk – VaR; Relatório Mensal de Investimentos contendo informações sobre o desempenho e análise das carteiras; Relatório Trimestral de Risco, que apresenta projeções de rentabilidade, indicadores de risco e retorno e o acompanhamento dos demais tipos de risco; acompanhamento diário do desempenho dos planos de benefícios da Caperf, onde é listado a performance de cada segmento no dia, mês e acumulado do ano e utilização de um Comitê de Investimento, através de reuniões mensais onde são discutidas opções de investimentos.
- b. Risco de Crédito (contraparte): É o risco relacionado com a capacidade dos emitentes das obrigações decorrentes do ativo financeiro de honrar os compromissos, na forma e condições assumidas, ou de concentração de créditos em poucos emitentes. O risco de crédito é mitigado através da utilização de um modelo de risco de crédito para aquisição de ativos, onde são levados em conta limites legais e da Política de Investimentos; análise de prazo e taxa de retorno; análise de indicadores financeiros do emissor. Outro mitigador são relatórios mensais de consultorias de investimentos e administrador com os ratings dos ativos de crédito que fazem parte dos investimentos da Caperf. Por fim no Relatório Trimestral de Risco é feita uma análise da carteira de crédito da Caperf.
- c. Risco de Liquidez: É o risco relacionado com o casamento de fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. A liquidez do plano a Caperf é monitorada por meio de modelo Asset Liability Management – ALM; acompanhamento mensal da liquidez seguindo as regras estabelecidas em suas Políticas de Investimento, além das análises feitas no Relatório Trimestral de Risco.
- d. Risco Operacional / Legal: É o risco associado a perdas resultantes da operação do negócio e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos). O risco operacional é mitigado por meio da utilização de um Comitê de Controles Internos que avalia e valida os dados referentes aos erros operacionais, visando controlar e mitigar continuamente os riscos; processos mapeados e revisados constantemente. No tocante ao risco legal, a Entidade dispõe de uma Assessoria Jurídica que possui processo estruturado de avaliação e provisionamento das contingências passivas decorrentes de ações judiciais, contando, inclusive, com um manual indicando todos os procedimentos relacionados a essa matéria. Trata-se de um processo dinâmico, que passa por análises contínuas, a fim de verificar a necessidade de se revisar o risco contingencial dessas ações, com a conseqüente constituição, minoração ou majoração de provisões. Adicionalmente, é feito ainda um acompanhamento do risco contingencial, presente no Relatório Trimestral de Risco.

- e. Risco Atuarial: É o risco que está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuariais não aderentes, cadastros desatualizados ou ainda descasamento entre ativos e passivos. A mitigação do risco atuarial inclui a verificação dos seguintes itens: descasamentos entre ativo e passivo; aderência das premissas financeiras e demográficas; adequação do plano de custeio; compatibilidade do método de financiamento adotado; resultado do plano (superávit, equilíbrio ou déficit); e independência do trabalho do atuário.

#### 4.5) Tributação

##### 4.5.1) Imposto de Renda - IR

A Lei nº 11.053/2004 introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto em seu artigo 5º, a partir de 1º de janeiro de 2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o recolhimento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos dos planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente ou quando do resgate de sua reserva de poupança.

##### 4.5.2) Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC

De acordo com a Lei no 12.154/2009 e IN PC/PREVIC No. 3, de 10/10/2012, a CAPEF é obrigada a recolher quadrimestralmente a TAFIC, cuja finalidade é contribuir para a cobertura dos custos com o processo de fiscalização e supervisão, executados pela PREVIC, sobre as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no que se refere aos planos de benefícios previdenciários e ao plano de gestão administrativa.

##### 4.5.3) PIS/COFINS sobre Receitas Administrativas

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade impetrou um mandado de segurança, em outubro de 2015, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre as receitas utilizadas para administração dos planos de benefício. Por meio de decisão liminar, a Entidade vem efetuando depósitos mensalmente, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, e tal medida encontra-se pendente de análise pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

## 5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 5.1) REALIZÁVEL - Gestão Previdencial

Neste grupamento estão registradas, entre outros valores, as diferenças de contribuições a receber, à medida que são realizadas adesões ao Regulamento Geral do ano de 2003 do Plano BD (R\$ 11 mil), os adiantamentos realizados a participantes que serão restituídos ao Plano BD (R\$ 213 mil), os depósitos que o Plano BD efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais) totalizando o montante de R\$ 35.716 mil, além de valores a serem ressarcidos principalmente de pensionistas de falecidos no Plano BD (R\$ 384 mil).

PLANO BD		R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	2017	2016	
Recursos a Receber	11	11	
Adiantamentos	213	213	
Depósitos Judiciais/Recurais	35.716	39.606	
Outros Realizáveis	384	307	
<b>TOTAL</b>	<b>36.324</b>	<b>40.137</b>	

PLANO CV		R\$ MIL	
DESCRIÇÃO	2017	2016	
Recursos a Receber	0	0	
Adiantamentos	0	0	
Depósitos Judiciais/Recurais	0	0	
Outros Realizáveis	17	17	
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	

## 5.2) REALIZÁVEL – Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2017	2016
Contas a Receber	139	164
Contribuições para Custeio	7	26
Responsabilidade de Empregados	111	113
Responsabilidade de Terceiros	21	25
Despesas Antecipadas	133	122
Adiantamentos	68	39
Pagamentos Antecipados	48	64
Almoxarifado	17	19
Depósitos Judiciais/Recurais	2.570	1.378
Tributos a Compensar	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>2.847</b>	<b>1.669</b>

O saldo deste grupamento corresponde a:

- Contas a Receber: custeio a ser recebido dos planos de benefícios, referente a ajustes nas contribuições do mês de dezembro; empréstimos concedidos aos funcionários por ocasião de férias e valores que serão ressarcidos por terceiros.
- Despesas Antecipadas: adiantamentos realizados a funcionários por ocasião de férias, cuja apropriação se dará no mês de competência; cartões-refeição de funcionários; licenças e garantias de manutenção de softwares e hardwares da Capef e estoque de materiais de escritório e de limpeza.
- Depósitos Judiciais/ Recursais: PIS/ COFINS recolhidos judicialmente. Ver nota 11.1.
- Tributos a Compensar: créditos de IRRF e CSLL retidos indevidamente. O crédito vem sendo mensalmente atualizado pela SELIC desde o reconhecimento até ser compensado junto à Receita Federal do Brasil.

## 5.3) REALIZÁVEL - Investimentos

Os saldos consolidados dos Investimentos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontram-

se detalhados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2017	2016
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>4.327.663</b>	<b>4.083.626</b>
Títulos Públicos	875.743	801.339
Nota do Tesouro Nacional	835.904	708.005
Letras Financeiras do Tesouro	39.839	93.334
Créditos Privados e Depósitos	54.464	57.963
Instituições Financeiras	37.963	41.971
Companhias Abertas	16.501	15.992
Ações	10.072	6.925
Patrocinadores	10.072	6.925
Fundos de Investimento	2.991.541	2.821.343
Renda Fixa	2.690.965	2.645.401
Multimercado	260.489	159.747
Imobiliário	40.087	16.195
Investimentos Imobiliários	262.383	272.635
Empréstimos	125.287	116.588
Financiamentos Imobiliários	7.158	5.857
Depósitos Judiciais/Recurais	280	271
Outros Realizáveis	735	705

### 5.3.1) Títulos Públicos

#### 5.3.1.1) Nota do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Nota do Tesouro Nacional, Série - B, que são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das NTN-B variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Os títulos deste item são integrantes dos Planos BD e CV I, na posição de 31 de dezembro de 2017.

#### PLANO BD

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANTIDADE	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	1.000	2.971	3.221	3.221	MERCADO	0
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.739	30.641	32.212	VENCIMENTO	1.571
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	7.500	22.303	22.980	24.159	VENCIMENTO	1.179
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	8.760	26.061	26.849	28.218	VENCIMENTO	1.369
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	30.658	32.212	VENCIMENTO	1.555
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	10.000	29.761	30.658	32.212	VENCIMENTO	1.555
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	10.000	29.749	30.649	32.681	VENCIMENTO	2.032
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.118	14.721	16.341	VENCIMENTO	1.620
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	3.000	7.883	8.842	9.804	NEGOCIAÇÃO	962
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.000	13.558	14.781	16.341	VENCIMENTO	1.560
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	350	950	1.036	1.144	VENCIMENTO	108
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	16.436	17.975	VENCIMENTO	1.539
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	16.436	17.975	VENCIMENTO	1.539
NTN-B	TESOURO	15/08/2022	5.500	14.727	16.436	17.975	VENCIMENTO	1.539
NTN-B	TESOURO	15/05/2021	5.500	14.727	16.436	17.717	VENCIMENTO	1.281
<b>TOTAL</b>					<b>280.780</b>	<b>300.187</b>		<b>19.408</b>

**PLANO CV**

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/21	6.500	19.310	19.907	20.938	VENCIMENTO	1.031
NTN-B	TESOURO	15/08/22	2.000	6.076	6.317	6.536	VENCIMENTO	219
NTN-B	TESOURO	15/08/22	2.000	6.066	6.303	6.536	VENCIMENTO	233
NTN-B	TESOURO	15/08/22	1.000	3.033	3.151	3.268	VENCIMENTO	117
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.382	3.171	3.358	VENCIMENTO	187
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.368	3.154	3.358	VENCIMENTO	204
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.367	3.146	3.358	VENCIMENTO	212
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.857	6.422	6.716	VENCIMENTO	294
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.625	6.056	6.716	VENCIMENTO	660
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.200	4.903	6.297	7.387	VENCIMENTO	1.091
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.204	2.818	3.358	VENCIMENTO	540
NTN-B	TESOURO	15/08/50	4.000	10.320	12.275	13.432	VENCIMENTO	1.156
NTN-B	TESOURO	15/08/50	4.000	10.203	12.111	13.432	VENCIMENTO	1.321
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	5.057	5.999	6.716	VENCIMENTO	717
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.810	5.299	6.716	VENCIMENTO	1.417
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.814	5.287	6.716	VENCIMENTO	1.429
NTN-B	TESOURO	15/08/50	4.000	9.761	10.645	13.432	VENCIMENTO	2.786
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.840	5.359	6.716	VENCIMENTO	1.357
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	6.089	6.325	6.716	VENCIMENTO	391
NTN-B	TESOURO	15/08/50	700	2.116	2.250	2.351	VENCIMENTO	101
NTN-B	TESOURO	15/08/50	300	907	942	1.007	VENCIMENTO	65
NTN-B	TESOURO	15/08/50	3.000	9.202	9.553	10.074	VENCIMENTO	521
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	5.966	6.188	6.716	VENCIMENTO	528
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.971	3.081	3.358	VENCIMENTO	277
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.924	3.024	3.358	VENCIMENTO	334
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.971	5.857	6.676	VENCIMENTO	819
NTN-B	TESOURO	15/05/55	4.000	10.014	11.676	13.351	VENCIMENTO	1.676
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.937	5.756	6.676	VENCIMENTO	919
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.925	5.717	6.676	VENCIMENTO	959
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.925	5.717	6.676	VENCIMENTO	959
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.959	5.756	6.676	VENCIMENTO	919
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.947	5.716	6.676	VENCIMENTO	959
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.469	8.622	10.014	VENCIMENTO	1.392
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.279	6.003	6.676	VENCIMENTO	672
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.919	9.005	10.014	VENCIMENTO	1.008
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.987	9.071	10.014	VENCIMENTO	943
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.240	5.953	6.676	VENCIMENTO	723

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.952	9.032	10.014	VENCIMENTO	982
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.910	8.980	10.014	VENCIMENTO	1.034
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.259	5.961	6.676	VENCIMENTO	715
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.251	5.953	6.676	VENCIMENTO	723
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.877	8.929	10.014	VENCIMENTO	1.085
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.922	8.980	10.014	VENCIMENTO	1.034
NTN-B	TESOURO	15/05/55	1.000	2.562	2.898	3.338	VENCIMENTO	440
NTN-B	TESOURO	15/05/55	1.000	2.555	2.890	3.338	VENCIMENTO	448
NTN-B	TESOURO	15/05/55	1.000	2.545	2.878	3.338	VENCIMENTO	460
NTN-B	TESOURO	15/05/55	1.000	2.595	2.935	3.338	VENCIMENTO	403
NTN-B	TESOURO	15/05/55	1.000	2.592	2.931	3.338	VENCIMENTO	407
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.918	8.939	10.014	VENCIMENTO	1.075
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.785	5.338	6.676	VENCIMENTO	1.337

NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.200	7.702	8.555	10.681	VENCIMENTO	2.127
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.861	5.390	6.676	VENCIMENTO	1.286
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.861	5.390	6.676	VENCIMENTO	1.286
NTN-B	TESOURO	15/05/55	1.000	2.427	2.692	3.338	VENCIMENTO	646
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.770	5.255	6.676	VENCIMENTO	1.420
NTN-B	TESOURO	15/05/55	3.000	7.140	7.764	10.014	VENCIMENTO	2.250
NTN-B	TESOURO	15/05/55	500	1.202	1.283	1.669	VENCIMENTO	386
NTN-B	TESOURO	15/05/55	300	721	770	1.001	VENCIMENTO	232
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.809	5.130	6.676	VENCIMENTO	1.546
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.737	5.986	6.676	VENCIMENTO	689
NTN-B	TESOURO	15/05/55	4.000	11.376	12.024	13.351	VENCIMENTO	1.327
NTN-B	TESOURO	15/05/55	500	1.437	1.492	1.669	VENCIMENTO	177
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.747	5.969	6.676	VENCIMENTO	706
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	4.923	5.740	6.676	VENCIMENTO	935
NTN-B	TESOURO	15/08/50	40	110	116	134	VENCIMENTO	18
NTN-B	TESOURO	15/08/50	660	1.696	1.916	2.216	VENCIMENTO	300
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.517	2.903	3.358	VENCIMENTO	455
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.990	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	5.051	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.470	2.903	3.358	VENCIMENTO	455

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	5.160	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.550	2.903	3.358	VENCIMENTO	455
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.851	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.887	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.500	3.627	4.355	5.037	VENCIMENTO	682
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.266	2.903	3.358	VENCIMENTO	455
NTN-B	TESOURO	15/08/50	1.000	2.269	2.903	3.358	VENCIMENTO	455
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.376	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	4.499	5.806	6.716	VENCIMENTO	910
NTN-B	TESOURO	15/05/55	2.000	5.003	5.829	6.676	VENCIMENTO	847
NTN-B	TESOURO	15/08/22	5.000	15.242	15.560	16.341	VENCIMENTO	781
NTN-B	TESOURO	15/08/22	5.000	15.275	15.589	16.341	VENCIMENTO	751
NTN-B	TESOURO	15/08/22	2.600	7.913	8.076	8.497	VENCIMENTO	421
NTN-B	TESOURO	15/05/45	6.000	18.971	19.215	19.778	VENCIMENTO	563
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	6.661	6.666	6.716	VENCIMENTO	50
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	6.655	6.661	6.716	VENCIMENTO	55
NTN-B	TESOURO	15/08/50	4.000	13.348	13.359	13.432	VENCIMENTO	73
NTN-B	TESOURO	15/08/50	2.000	6.657	6.662	6.716	VENCIMENTO	54
<b>TOTAL</b>					<b>555.124</b>	<b>623.377</b>		<b>68.253</b>

### 5.3.1.1.1) Nota do Tesouro Nacional - Ajuste de Precificação

A Resolução CNPC No. 16, de 19/11/2014, e posteriores instruções, estabelecem novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir da apuração de superávit e déficit dos seus planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no Balanço. As sobras ou insuficiências, somente poderão ser destinadas e equacionadas, respectivamente, após a incorporação do montante de recursos que corresponde ao “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais”. O montante correspondente ao referido ajuste deverá ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constarão em nota explicativa no item 12.2.4 e podem resultar em valor positivo ou negativo, acrescendo ou deduzindo o resultado dos planos reportado no Balanço.

O “Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais” de que trata a Reso-





## PLANO CV I

Tratamento	Tipo	Taxa de aplicação % a.a.	Vencimento	Quantidade	Valor com "T" para pack & de Fax	PRETABA DE AQUISIÇÃO EM 31/12/2017	PRE RECALCULADO EM 31/12/2017	VALOR CONTÁBIL 31/12/2017	VALOR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
70% NTFB		6,975899	15/06/2021	6.500,00		3.682,06	3.127,98	10.926.176,84	66.222.382,28	207.126,92
69% NTFB		7,2577%	15/06/2050	2.008,89		2.944,34	3.404,82	3.437.646,31	4.495.428,25	1.057.791,95
<b>TOTAL</b>							<b>17.372.821,65</b>	<b>18.727.730,52</b>		<b>1.354.908,87</b>

O ajuste de precificação referente ao final do exercício de 2017 foi de R\$ 1.355 mil. A variação do ajuste, em relação ao final do exercício de 2016, foi positiva em R\$ 385 mil. A justificativa para tal fato refere-se à aquisição de títulos durante o ano de 2017 com taxas de retorno acima da meta atuarial do plano.

## 5.3.1.2) Letras Financeiras do Tesouro Nacional

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro Nacional, cuja correção se dá pela SELIC. Os títulos deste item são ativos integrantes das carteiras dos Planos BD e CVI na posição de 31 de dezembro de 2017.

## PLANO BD

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
LFT	TESOURO	01/03/2022	3.151	29.041	29.248	29.248	MERCADO	-
<b>TOTAL</b>				<b>29.248</b>	<b>29.248</b>			<b>-</b>

## PLANO CVI

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
LFT	TESOURO	01/03/22	792	7.100	7.352	7.352	MERCADO	-
LFT	TESOURO	01/09/23	349	3.197	3.239	3.239	MERCADO	-
<b>TOTAL</b>				<b>10.591</b>	<b>10.591</b>			<b>-</b>

## 5.3.2) Créditos Privados e Depósitos

## 5.3.2.1) Instituições Financeiras

Estão contabilizadas aplicações em Letras Financeiras - LF pertencentes exclusivamente ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das LF variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4.

## LETRAS FINANCEIRAS:

TIPO	EMISSOR/ PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIÇÃO MERCADO X CONTABILIZA- DO (R\$ MIL)
LF	ITAÚ	29/08/2022	4,0000	1.908,93	3.722,16	3.722,16	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	29/08/2022	10,0000	4.787,06	5.406,72	5.406,72	VENCIMENTO	-
LF	ITAÚ	22/08/2022	7,0000	3.294,21	2.159,18	2.159,18	VENCIMENTO	-
LF	BRADESCO	14/06/2023	14,0000	5.291,61	5.978,04	5.978,04	VENCIMENTO	-
LF	BRADESCO	14/06/2023	14,0000	5.291,61	5.978,04	5.978,04	VENCIMENTO	-
LF	SAFRA	09/03/2022	10,0000	5.000,00	7.359,54	7.359,54	VENCIMENTO	-
LF	BTG PACTUAL	09/03/2022	10,0000	5.000,00	7.359,54	7.359,54	VENCIMENTO	-
<b>TOTAL</b>				<b>37.963</b>	<b>37.963</b>			<b>-</b>

## 5.3.2.2) Companhias Abertas

Estão contabilizadas, nesta conta, aplicações em Companhias Abertas, as debêntures da BNDES Participações - BNDESPAR pertencentes ao plano BD

e da Concessionária Auto Raposo Tavares – CART e da Cia Energética de Minas Gerais – CEMIG, pertencentes ao Plano CV I. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das debêntures variam em função da categoria em que os títulos estão classificados, conforme explicitado no item 4.2.4. Tais títulos privados encontram-se precificados na curva.

#### PLANO BD

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	232,0000	304,77	1119,59	349,11	VENCIMENTO	-770
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	739,0000	970,79	551,21	1112,04	VENCIMENTO	561
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	285,0000	374,39	408,04	428,86	VENCIMENTO	21
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	577,0000	757,98	1058,03	868,26	VENCIMENTO	-190
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	385,0000	505,76	332,16	579,34	VENCIMENTO	247
DEBENTURE	BNDESPAR	15/05/2019	782,0000	1.027,28	826,09	1176,74	VENCIMENTO	351
<b>TOTAL</b>					<b>4.295</b>	<b>4.514</b>		219

#### PLANO CVI

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
DEBENTURE	Consercionário Raposo Tavares	15/12/2024	5.000	5.022	6.216	5.959	VENCIMENTO	-256
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	1.000	998	1.275	1.152	VENCIMENTO	-123
DEBENTURE	Cia Energética de Minas Gerais	15/02/2025	3.700	3.692	4.716	4.262	VENCIMENTO	-454
<b>TOTAL</b>					<b>12.206</b>	<b>11.374</b>		-832

### 5.3.3) Ações

#### 5.3.3.1) Patrocinadores

A Carteira é composta por ações ON do patrocinador instituidor Banco do Nordeste do Brasil – S.A pertencentes ao Plano BD. Os papéis possuem um valor de mercado de R\$ 10.072 mil. Os parâmetros utilizados na determinação dos valores das ações são suas respectivas cotações de fechamento no último pregão da Bovespa em que foram negociadas.

### 5.3.4) Fundos de Investimento

#### 5.3.4.1) Renda Fixa

A carteira de Renda Fixa dos planos administrados pela Capef é composta pelo Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo, com gestão do BNB compartilhada com a Capef, cotas do fundo Capital Market, com gestão do Banco BTG Pactual, cotas do fundo Vinci FI Renda Fixa Imobiliário, com gestão da Vinci Partners e cotas do fundo Santander FIC FI Institucional com gestão do Banco Santander Brasil, estes dois últimos pertencentes às carteiras próprias dos planos BD e CVI. Já os fundos, BNB FIC Referenciado DI RF, com gestão do BNB e o fundo Caixa Referenciado DI RF, com gestão da Caixa Econômica Federal, tem suas cotas pertencentes exclusivamente a carteira própria do Plano CV I. A seleção desses fundos é realizada pelo Comitê de Investimentos da Entidade por meio de critérios objetivos. As taxas de administração cobradas por esses fundos estão dentro dos padrões praticados pelo mercado.

As aplicações encontram-se integralmente custodiadas junto à instituição financeira autorizada pela CVM para esta finalidade, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

Segue o detalhamento da carteira de fundos de Renda Fixa consolidada:

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/18	20.000	53.470	61.826	63.090	Vencimento	1.264
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/19	20.000	52.686	60.424	63.862	Vencimento	3.438
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/20	28.400	49.906	86.459	92.566	Vencimento	6.107
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/24	242.597	337.605	680.123	793.127	Vencimento	113.004
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/35	316.106	513.686	896.850	1.036.606	Vencimento	139.757
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/45	260.225	367.181	683.509	857.779	Vencimento	174.270
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	42.000	130.764	176.010	141.033	Vencimento	-34.977
COMPROMISSADAS	Tesouro Nacional	07/03/17	509	-	4.725	4.725	Negociação	-
Fundo Crédito Privado II	BTG Pactual	01/01/19	2.318.078	-	246	246	Negociação	-
CONTAS PAGAR/RECEBER	-	-	-	-	-99	-99	-	-
TESOURARIA	-	-	-	-	9	9	-	-
<b>(A) Fundo Bco Nordeste RF Previdenciário Exclusivo</b>	-	-	-	-	<b>2.650.081</b>	<b>3.052.944</b>	-	<b>402.863</b>
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/18	20.000	53.470	61.826	63.090	Vencimento	1.264
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/19	20.000	52.686	60.424	63.862	Vencimento	3.438
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/20	28.400	49.906	86.459	92.566	Vencimento	6.107
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/24	242.597	337.605	680.123	793.127	Vencimento	113.004
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/35	316.106	513.686	896.850	1.036.606	Vencimento	139.757
<b>Total Fundos de Renda Fixa (A+B+C+D+E+F)</b>	-	-	-	-	<b>2.690.965</b>	<b>3.093.828</b>	-	<b>402.863</b>

As cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo são segregadas entre dois planos da Caepf: BD e PGA - Plano de Gestão Administrativa. O Plano BD detém 45.928.411 cotas, enquanto o PGA é detentor de 1.039.443 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Banco do Nordeste Fundo de Investimento RF Previdenciário Exclusivo entre os planos de benefícios BD e PGA.

	<i>R\$ mil</i>
	<b>2017</b>
(A) Fundo Bco do Nordeste FI RF Previdenciário Exclusivo	2.650.081
Plano BD	2.591.432
Plano de Gestão Administrativa	58.649

### 5.3.4.2) Multimercado

A rubrica Multimercado é composta pelo Fundo Fortaleza Multimercado e por cotas de Fundos de Investimentos no Exterior cujos títulos e valores mobiliários encontram-se discriminados a seguir. Seu patrimônio é composto por recursos dos Planos BD e CV I.

a. Fundo Fortaleza Multimercado:

TIPO	EMISSOR/PAPEL	VCTO	QUANT	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ mil)	VALOR CONTÁBIL (R\$ mil)	VALOR A MERCADO (R\$ mil)	CATEGORIA	VALOR DA VARIAÇÃO MERCADO X CONTABILIZADO (R\$ MIL)
Fundos Imobiliários	-	-	-	11.611	11.611	11.611	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Bradesco	-	2.028.734	-	21.686	21.686	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Vinci Partrns	-	66.205	-	10.385	10.385	Negociação	-
Fundo de Renda Fixa	Santander	-	133.347	-	21.691	21.691	Negociação	-
Debêntures	Conc. Auto Raposo Tavares	15/12/24	5.000	5.021	6.111	6.111	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/45	1.000	3.428	3.296	3.296	Negociação	-
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	6.600	16.052	21.261	22.162	Vencimento	901,43
NTN-B	Tesouro Nacional	15/05/55	4.000	10.133	11.396	13.351	Vencimento	1.954,94
NTN-B	Tesouro Nacional	15/08/50	17.000	58.299	57.085	57.085	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/09/21	1.107	9.722	10.276	10.276	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/09/21	468	4.192	4.344	4.344	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/22	1.080	9.487	10.025	10.025	Negociação	-
LFT	Tesouro Nacional	01/03/22	4.049	35.571	37.583	37.583	Negociação	-
Contas a pagar e a receber	-	-	-	-	-39	-39	-	-
Tesouraria	-	-	-	-	17.108	17.108	-	-
<b>TOTAL DE RENDA FIXA</b>	-	-	-	-	<b>243.820</b>	<b>246.676</b>	-	<b>2.856,37</b>

As cotas do Fundo Fortaleza Multimercado são segregadas entre dois planos

da Capef: BD e CV I. O Plano BD detêm 79.750.750 cotas, enquanto o CV I é detentor de 3.911.710 cotas. Segue a segregação dos valores monetários das cotas do Fundo Fortaleza Multimercado entre os planos de benefícios BD e CV I.

<i>R\$ mil</i>	
<b>2017</b>	
<b>(A) Fundo Fortaleza Multimercado</b>	<b>243.820</b>
Plano BD	232.420
Plano CV I	11.400

b. Fundos de Investimentos no Exterior:

As cotas dos fundos de Investimentos no exterior são detidas exclusivamente pelo plano CV I. Os fundos detidos pelo plano alocam seus recursos, indiretamente, em ativos negociados em mercados externos de renda fixa e renda variável.

<i>R\$ MIL</i>		
<b>ATIVOS</b>	<b>CUSTO</b>	<b>FINANCEIRO</b>
Deutsche FI Multimercado Infraestrutura Global - IE	4.000	4.214
Rio Bravo Columbia Threadneedle European FI Multimercado - IE	4.000	4.321
Western Asset Macro Opportunities FI Multimercado - IE	8.000	8.135
<b>TOTAL FUNDO IE</b>	<b>16.000</b>	<b>16.670</b>

### 5.3.4.3) Imobiliário

Segmento composto por cotas de fundos, que investem em empreendimentos imobiliários. Os fundos pertencem aos Planos BD e CV I e possuem, em 31 de dezembro de 2017, R\$ 40.087 mil aplicados em cotas de cinco fundos imobiliários conforme quadros a seguir:

#### PLANO BD

<i>R\$ MIL</i>		
<b>ATIVOS</b>	<b>CUSTO</b>	<b>FINANCEIRO</b>
FII BR PLURAL ABSOLUTO	5.008	4.881
FATOR IFIX FII	5.040	4.929
FII GGRCOVEPCI	6.000	7.050
SP DOWNTOWN FII	28	30
<b>TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO</b>	<b>16.076</b>	<b>16.890</b>

#### PLANO CV

<i>R\$ MIL</i>		
<b>ATIVOS</b>	<b>CUSTO</b>	<b>FINANCEIRO</b>
SANTANDER AGÊNCIA FII	2.971	2.683
SP DOWNTOWN FII	5.000	3.739
FII BR PLURAL ABSOLUTO	2.500	605
FII GGRCOVEPCI	12.286	14.435
FATOR IFIX FII	2.000	1.735
<b>TOTAL FUNDO IMOBILIÁRIO</b>	<b>24.757</b>	<b>23.197</b>

### 5.3.5) Investimentos Imobiliários

A carteira de investimentos imobiliários, pertencente ao Plano de Benefício Definido - BD e ao Plano de Gestão Administrativa - PGA, encerrou o ano de 2017 com ativos distribuídos em seis estados da federação e detendo valor total de R\$ 262.383 mil. No Plano BD R\$ 260.926 mil (R\$ 271.143 mil, em 2016), destes R\$ 256.909 mil pertencentes às edificações e respectivos direitos creditórios de locações, e R\$ 4.017 mil referentes a direitos líquidos creditórios por vendas a prazo de imóveis (alienações). Composto o PGA temos R\$ 1.457 mil (R\$ 1.493 mil em 2016) referentes a edificações e respectivos direitos.

A tabela a seguir sintetiza a posição da carteira observada ao final de 2017:

#### PLANO BD

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIACÃO (%)
	2017	2016	
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>260.926</b>	<b>271.142</b>	<b>-3,77%</b>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>254.391</b>	<b>266.879</b>	<b>-4,68%</b>
IMÓVEIS LOCADOS	196.731	229.804	-14,39%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	57.328	36.754	55,98%
OUTRAS (ÁREAS CEDIDAS AO CONDOMÍNIO)	332	321	3,45%
<b>DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	<b>6.535</b>	<b>4.263</b>	<b>53,30%</b>
LOCAÇÕES	2.518	1.540	63,50%
ALIENAÇÕES	4.017	2.723	47,51%

#### PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA

ATIVOS	POSIÇÃO (EM R\$ MIL)		VARIACÃO (%)
	2017	2016	
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>1.457</b>	<b>1.493</b>	<b>-2,42%</b>
<b>EDIFICAÇÕES</b>	<b>1.457</b>	<b>1.493</b>	<b>-2,42%</b>
IMÓVEIS LOCADOS	0	1.493	-100,00%
IMÓVEIS DESOCUPADOS	1.457	0	100,00%

##### 5.3.5.1) Edificações

Ao longo do exercício de 2017, no tocante aos ativos edificadas, a carteira sofreu reduções patrimoniais decorrentes da venda do *mall* de 15 lojas e 103 vagas do Edifício Beira Mar Trade Center (CE).

Em contrapartida, diversos imóveis foram reavaliados, trazendo reflexos patrimoniais no Plano BD, tudo à luz da periodicidade trienal, com base em laudos de avaliação independente, conforme Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As reavaliações dos ativos encontram-se discriminadas no quadro seguinte, obtendo-se acréscimo líquido de R\$ 2.652 mil ao valor da carteira do Plano de Benefício Definido:

UF	IMÓVEL	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			%
			CUSTO CONTÁBIL	VALOR DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	
BA	Ed. Boulevard Financeiro	Oct-17	14.868	17.436	2.568	17,28%
CE	Ed. Atlantic Center	Oct-17	373	312	(61)	-16,35%
CE	Ed. Fran Carvalho	Oct-17	8.238	8.507	269	3,27%
PE	Ed. Empresarial Center I	Oct-17	2.823	2.648	(175)	-6,20%
SP	Ed. Pedro Biagi	Oct-17	23.443	22.623	(820)	-3,50%
SP	Ed. Parque Cultural Paulista	Oct-17	29.404	31.500	2.096	7,13%
CE	Beira Mar Trade Center	Dec-17	7.886	6.661	(1.225)	-15,53%
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>87.035</b>	<b>89.687</b>	<b>2.652</b>	<b>3,05%</b>

Para a carteira de imóveis do PGA, não houve reavaliação patrimonial em virtude da última avaliação ter ocorrido em out/2016, estando dentro da periodicidade trienal.

Em 2017, a conta de passivo de investimentos imobiliários possuía um saldo de R\$ 1.240 mil, com destaque para as garantias recebidas em razão de imóveis locados a terceiros - caução, que detinha saldo individual de R\$ 813 mil, e para outras obrigações transitórias (aluguéis antecipados e valores/despesas a apropriar).

##### 5.3.5.2) Locações

Na carteira de imóveis do Plano BD, encontram-se registrados 114 contratos de locação comercial, de onde provêm as principais receitas do segmento. Destarte, o saldo líquido da rubrica de locações, no final do exercício, conta com um total de R\$ 2.221 mil (R\$ 1.541 mil, em 2016).



No ano de 2017, o total de direito obtido sobre locações encerrou o exercício com saldo líquido de R\$ 2.518 mil (R\$ 1.540 mil, em 2016), relativo a aluguéis vencidos e vincendos, além de encargos por atraso, pagamentos a recuperar e recebimentos por compensação, descontado as provisões para perdas com aluguéis, encargos e pagamentos a recuperar, decorrentes do não pagamento por locatários que devolveram ou abandonaram o imóvel.

As provisões para perdas são calculadas em consonância com os critérios definidos pela Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, conforme informado anteriormente.

### 5.3.5.3) Alienações

Ocorreu a seguinte alienação de imóvel durante o exercício de 2017:

#### PLANO BD

UF	IMÓVEL	UNIDADES	MÊS	VALORES (EM R\$ MIL)			%
				CUSTO CONTÁBIL	VALOR VENDA	RESULTADO	
CE	Edifício Beira Mar Trade Center	15 lojas e 103 vagas	Nov-17	12.119	13.600	1.481	12,22%
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>12.119</b>	<b>13.600</b>	<b>1.481</b>	<b>12,22%</b>

O Plano BD administrado pela Entidade possui ainda um saldo líquido, ao final do exercício, de R\$ 4.017 mil (R\$ 2.723, em 2016) relativo a parcelas vencidas e vincendas de vendas a prazo realizadas, além de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações, descontados pela parcela de provisão de perdas de recebimento de encargos decorrentes de atraso no pagamento das prestações referentes aos prédios Beira Mar Trade Center, Pedro Filomeno e Medical Center, todos localizados em Fortaleza/CE.

As provisões de perdas são calculadas com base na diferença entre o valor atualizado do saldo devedor, inclusive encargos por atraso, e o valor de mercado atribuível gerencialmente às unidades imobiliárias alienadas.

A composição do saldo devedor líquido, por imóvel alienado, é a seguinte: R\$ 96 mil referentes a salas do Edifício Medical Center (CE); R\$ 3.871 mil para as unidades do Edifício Beira Mar Trade Center (CE) e R\$ 50 mil para apartamento do Edifício Pedro Filomeno (CE).

### 5.3.6) Empréstimos a Participantes

#### PLANO BD

No exercício de 2017, o plano realizou 3.107 liberações de empréstimos, com portfólio ao final do ano de 9.838 contratos ativos, totalizando R\$ 82.853 mil.

Os empréstimos atualizados com base na variação do IGP-DI representam 0,58% da carteira, 98,00% referem-se aos saldos de empréstimos atualizados pela variação do INPC e apenas 1,42% referem-se aos contratos atualizados pela variação do IGP-M.

Para garantia dos empréstimos contratados, desde o ano de 2006, o plano BD conta com o Fundo Garantidor de Empréstimo unificado. Esse instrumento objetiva assegurar a liquidação da dívida nos casos de falecimento, tendo ainda as características de adesão obrigatória e custeio do próprio tomador do empréstimo. O Fundo Garantidor de Empréstimo terminou 2017 com saldo de R\$ 9.834 mil (R\$ 8.095 mil em 2016), de acordo com o demonstrativo a seguir:

R\$ MIL				
SALDO EM DEZ/16	ENTRADAS	BAIXAS	RENTABILIDADE	SALDO EM DEZ/17
8.095	2.081	1.173	831	9.834

O fundo foi criado após parecer atuarial como alternativa de redução do custo de seguridade para o associado e oferecimento de solvência ao então grupamento de mutuário alocado nesta modalidade de seguro na Entidade.

#### PLANO CV I

No exercício de 2017, o Plano CV I realizou 4.409 liberações de empréstimos, apresentando ao final do período um portfólio de 8.289 contratos ativos, no valor de R\$ 42.435 mil. A carteira é atualizada pela variação do IPCA em sua totalidade.

O Plano CV I também possui Fundo Garantidor de Empréstimo e ao final de 2017, o saldo da rubrica importava em R\$ 469 mil (R\$ 215 mil em 2016), de acordo com o demonstrativo a seguir:

<i>R\$ MIL</i>				
<b>SALDO EM DEZ/16</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>BAIXAS</b>	<b>RENTABILIDADE</b>	<b>SALDO EM DEZ/17</b>
215	223	0	31	469

#### 5.3.7) Financiamento Imobiliário

A linha de financiamento imobiliário encontra-se desativada desde 1991, remanescendo ao final de 2017 somente 41 contratos ativos no valor total de R\$ 7.158 mil, saldo líquido após o desconto de todas as provisões de perdas efetuadas.

Desde 2003, o Conselho Deliberativo da Capecf implementou a política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários do Plano BD, que contempla: (1) programa de deságios para quitação à vista ou refinanciamento do saldo devedor; (2) dação em pagamento do imóvel para liquidação integral da dívida existente; e (3) quitação do saldo devedor ou recontração do financiamento, tomando-se por base o valor de mercado, definido por laudo técnico de avaliação devidamente atualizado. A política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários explica a existência de provisão para deságio ao final de 2017 de R\$ 2.772 mil, valor resultante do recálculo do contrato pela taxa equivalente a INPC + 6% ao ano.

A cobertura dos sinistros de morte ou invalidez permanente é garantida por seguro prestamista, com o valor do capital segurado limitado a R\$ 547 mil para mutuários com idade inferior ou igual a 65 anos, enquanto esse limite é de R\$ 400 mil para mutuários com idade superior a 65 anos. O seguro é contratado anualmente e contempla casos de sinistro por falecimento ou por invalidez decorrente de acidente ou doença. Os saldos devedores que ultrapassam o valor fixado na apólice encontram-se provisionados em face do risco de perda, totalizando o montante de R\$ 43.547 mil em 31 de dezembro de 2017.

#### 5.3.8) Depósitos Judiciais/Recursais

O saldo de R\$ 280 mil em 2017 (R\$ 271 mil em 2016) depositado em juízo pelo Plano BD viabilizou a defesa da Entidade em três processos, a saber: a) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras; b) ação que questiona o valor dos honorários de sucumbências incidentes sobre ações de rescisões contratuais de compra e venda de salas e vagas de garagem do Edifício Beira-Mar Trade Center, em decorrência de inadimplência; e c) ação que pleiteia a devolução de valores recolhidos à União a título de imposto de renda e a declaração de inconstitucionalidade do art. 6º, §1º e 2º, do Decreto-Lei nº 2.065/83, sob o argumento de que a Capecf goza de imunidade tributária.

#### 5.3.9) Outros Realizáveis

O saldo de R\$ 735 mil (R\$ 705 mil em 2016) da conta Outros Realizáveis, pertencente ao patrimônio do Plano BD, é formado pelos créditos tributários referentes a retenções indevidas de IR, descontados do recebimento de aluguéis e de juros sobre capital próprio relativo a ações preferenciais e ordinárias do BNB. A Capecf já soli-

citou a restituição dos valores junto à Receita Federal do Brasil e aguarda decisão daquele órgão.

## 6. PERMANENTE

Em 31 de dezembro de 2017, o Ativo Permanente da Capef, pertencente exclusivamente ao Plano de Gestão Administrativa, apresentou saldo de R\$ 12.795 mil (R\$ 13.516 mil em 2016).

### 6.1) Imobilizado

A rubrica Imobilizado apresentou saldo de R\$ 10.153 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 10.635 mil em 2016).

Rubrica	R\$ MIL	
	2017	2016
Imobilizado	10.153	10.635
Bens Móveis	445	591
Bens Imóveis	9.708	10.044

Visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, a CAPEF realiza estudo acerca de seu ativo imobilizado desde 2011. Trata-se do Teste de Recuperabilidade ou “*Impairment Test*”, introduzido pela Resolução CFC 1.110, de 29 de novembro de 2007 que aprovou a NBC T 19.10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A NBC T rege que, caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O teste de recuperabilidade aplicado pela CAPEF não encontrou evidências que assinalem grupo de ativos que estejam desvalorizados, tendo em vista a idade recente de seus bens e do parque tecnológico que compõe o imobilizado.

### 6.2) Intangível

Contempla os gastos com reestruturação e implantação de sistemas, bem como aquisição de licença de uso de softwares que serão utilizados por mais de um exercício. Em 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R\$ 2.642 mil (R\$ 2.281 mil em 2016). Segue detalhamento da composição do intangível.

PROJETOS	CUSTO TOTAL	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	INÍCIO DA AMORTIZAÇÃO	% AMORTIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO NO ANO (R\$ MIL)	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (R\$ MIL)	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)
Sistema de Benefício	2.618	120 meses	May-11	10%	247	1.645	973
Sistema de Imóveis	478	120 meses	Mar-16	10%	48	88	390
Sistema Gestão Administrativa Patrimonial	429	60 meses	Jul-15	20%	86	215	214
Sistema de Gestão Atuarial	888	120 meses	Mar-16	10%	89	163	725
Demais Softwares	1.163	60 meses			66	823	340
<b>TOTAL DE RENDA FIXA</b>	<b>5.576</b>				<b>536</b>	<b>2.934</b>	<b>2.642</b>

## 7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

### 7.1) Previdencial

No final do exercício de 2017, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 3.567 mil (R\$ 3.348 mil em 2016).

O saldo corresponde, primordialmente, a aposentadorias, pensões, restituições e pecúlios a serem pagos aos participantes do Plano BD, bem como a retenções de Imposto de Renda sobre benefícios e resgates de contribuições a serem repassados à Receita Federal do Brasil na devida competência.

## 7.2) Administrativo

O saldo corresponde aos compromissos assumidos pela Capef relativo ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviços de terceiros, gastos com manutenção da CAPEF (água, energia, telefone, etc.). No final do exercício de 2017, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.401 mil (R\$ 1.351 mil em 2016).

## 7.3) Investimentos

No final do exercício de 2017, o saldo deste grupamento totalizou R\$ 1.643 mil (R\$ 1.531 mil em 2016), composto principalmente por exigibilidades do plano BD, tais como: a) cauções recebidas de locatários de imóveis; b) condomínios a pagar; c) serviços de corretagem relativas às locações comerciais e d) seguro de vida de financiamentos imobiliários a repassar à seguradora.

## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registram-se no exigível contingencial as ocorrências vinculadas a decisões judiciais futuras que poderão ou não gerar desembolsos aos planos administrados pela Entidade e depósitos que o Plano efetuou em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) ou para viabilizar a defesa de seus interesses (depósitos recursais).

Em 31 de dezembro de 2017, o Exigível Contingencial, pertencente ao Plano BD e ao PGA, totalizou R\$ 198.625 mil (R\$ 167.295 mil em 2016). Não há, até esta data, qualquer passivo contingencial para o Plano CV I. Segue detalhadamente a composição da rubrica:

	<i>R\$ mil</i>	
<b>CONTINGENCIAL</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Exigível Contingencial	198.625	167.295
Plano BD		
Gestão Previdencial	192.890	162.456
Provisionado (Provável)	157.175	122.850
Depósito Judicial	34.409	38.256
Depósito Recursal	1.306	1.350
Gestão de Investimentos	2.737	3.063
Provisionado (Provável)	2.457	2.792
Depósito Judicial	271	271
Depósito Recursal	9	0
PGA		
Gestão Administrativa	2.998	1.776
Provisionado (Provável)	332	301
Depósito Judicial	2.666	1.475

### 8.1) Gestão Previdencial - Plano BD

As contingências da Gestão Previdencial do Plano BD, classificadas pelos pareceres técnicos da área jurídica como perda provável encontram-se distribuídas conforme quadro a seguir:

	<i>R\$ MIL</i>	
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo Inicial	122.850	83.371
Constituição da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	1.133	53.803
Reversão da Provisão (processos excluídos sem pagamento ou revisão de atuais)	-414	-14.211
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	33.615	-113
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	-9	0
<b>Saldo Final</b>	<b>157.175</b>	<b>122.850</b>

O saldo final refere-se:

- a. a diferenças de benefícios e devolução de contribuições, calculadas conforme regras do Instrumento de Acordo, relativas aos participantes que não aderiram ao Regulamento de 2003 totalizando o valor de R\$ 6.497 mil; e
- b. a obrigações no valor de R\$ 150.678 mil decorrentes de demandas judiciais.

Ressalte-se que há 138 processos judiciais classificados como perda possível, portanto não passíveis de contingenciamento, conforme dispõe a Resolução nº 1.180, de 24 de julho, de 2009. Esses processos têm objetos diversos como abono, anulação do acordo geral, pensões e diferenças de benefícios e são estimados em R\$ 637.618 mil.

A Entidade não possui condições de estabelecer um cronograma de saída de recurso relativamente as suas demandas judiciais, haja vista que a mensuração de um prazo para tais acontecimentos envolve fatores que são impossíveis de serem avaliados, a exemplo do tema de duração do processo.

## 8.2) Gestão Administrativa

Segue a composição da provisão judicial administrativa:

	<i>R\$ mil</i>	
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo Inicial	1.776	552
Constituição de Provisões	1.191	1.181
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	31	43
<b>Saldo Final</b>	<b>2.998</b>	<b>1.776</b>

A constituição de provisões, no total de R\$ 2.666 mil, corresponde a valores provisionados acerca da incidência de contribuições para o PIS e COFINS. A CAPEF questiona na esfera judicial o recolhimento dessas contribuições. Vide nota 11.1. Não existem demandas classificadas como possíveis.

Há ainda, a provisão de um processo judicial de danos morais interposto contra a entidade, no valor de R\$ 332 mil.

## 8.3) Investimentos – Plano BD

As contingências do fluxo de investimento, pertencentes exclusivamente ao Plano BD, classificadas como perda provável, finalizaram o exercício de 2017 com um saldo de R\$ 2.737 mil (R\$ 3.063 mil em 2016).

	<i>R\$ mil</i>	
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – PROVÁVEL</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Saldo Inicial	3.063	3.595
Reversão de Depósitos Judiciais/ Recursais	(7)	(75)
Constituição de Depósitos Judiciais/ Recursais	17	0
Reversão da Provisão (novos processos ou revisão de atuais)	(357)	(516)
Atualização Monetária (processos existentes no início do ano)	203	59
Baixa por Pagamento (processos excluídos com pagamento)	(182)	0
<b>Saldo Final</b>	<b>2.737</b>	<b>3.063</b>

O saldo final refere-se:

- a. aos honorários de sucumbência incidentes sobre a desistência da ação de imunidade tributária, onde a Capef questionava o recolhimento de imposto de renda sobre suas aplicações financeiras no valor de R\$ 434 mil. A Entidade desistiu da ação face adesão a MP 2.222/01;

- b. no segmento de investimentos imobiliários as ações mais relevantes se referem aos cálculos processuais das vendas a prazo das alienações fiduciárias no valor de R\$ 1.211 mil e da execução fiscal do IPTU de diversos imóveis do Plano BD administrado pela Capef no total de R\$ 253 mil;
- c. no segmento de empréstimos e financiamentos imobiliários as ações referem-se à revisão dos contratos de financiamentos imobiliários no total de R\$ 472 mil da execução fiscal do IPTU dos contratos de financiamentos imobiliários antigos no total de R\$ 86 mil;
- d. aos depósitos efetuados em cumprimento a ordens judiciais (depósitos judiciais) totaliza o montante de R\$ 271 mil.

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL

### 9.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

#### 9.1.1) Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas representam os compromissos líquidos da Entidade relativos aos benefícios previdenciais futuros, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário independente.

##### PLANO BD

Em 31 de dezembro de 2017, as Provisões Matemáticas do Plano BD totalizaram R\$ 3.346.547 mil (R\$ 3.310.329 mil em 2016). A variação de 1,09% decorreu, principalmente, da evolução normal das Provisões Matemáticas que cresce em função dos juros atuariais e das contribuições recebidas e decresce pelos benefícios pagos pelo plano.

RUBRICA	R\$ mil	
	2017	2016
Provisões Matemáticas	3.346.547	3.310.329
Benefícios concedidos	2.765.444	2.553.789
Benefícios a conceder	581.103	756.540

As Provisões Matemáticas diminuíram em termos reais (o aumento de 1,09% é inferior à variação do INPC no período, 2,07%). Essa diminuição ocorreu em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, possui o total dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições.

##### PLANO CV I

O saldo das Provisões Matemáticas que pertence ao Plano CV I, em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$ 711.944 mil (R\$ 550.412 mil, em 2016). O crescimento de 29,35% decorreu, principalmente, do aporte de novas contribuições e de sua capitalização. Ressalte-se que o Plano CV I iniciou suas operações em Maio de 2010.

RUBRICA	R\$ mil	
	2017	2016
Provisões Matemáticas	711.944	550.412
Benefícios concedidos	71.177	29.870
Benefícios a conceder	640.767	520.542

#### 9.1.2) Equilíbrio Técnico

##### 9.1.2.1) Reserva de Contingência - Superávit Técnico Acumulado

O superávit de R\$ 10.558 mil apresentado no Plano BD, em 31 de dezembro de 2017, foi impactado neste exercício, pelo resultado positivo dos investimentos no valor R\$ 323.672 mil e, negativamente, no valor de R\$ 327.884 mil, pelos dispêndios decorrentes do aumento das obrigações do plano, pagamento de benefícios, repasse de custeio administrativo e constituição de contingências, resultando no superávit conforme destacado no quadro a seguir:

## PLANO BD

	<i>R\$ mil</i>
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2016</b>	<b>14.770</b>
Fluxo Previdencial	(244.780)
Investimentos	323.672
Custeio administrativo	(13.512)
Provisões Atuariais	(36.218)
Contingências	(33.374)
<b>SUPERÁVIT EM 31/12/2017</b>	<b>10.558</b>

O superávit de R\$ 10.558 mil na posição de 31/12/2017 foi utilizado para absorver os impactos das mudanças de hipóteses atuariais do plano, conforme previsto no Regulamento.

## PLANO CV I

	<i>R\$ mil</i>
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2016</b>	<b>150</b>
Fluxo Previdencial	110.249
Investimentos	61.975
Custeio administrativo	(6.812)
Provisões Atuariais	(161.532)
Fundos Previdenciais	(4.030)
<b>RESULTADO ATUARIAL EM 31/12/2017</b>	<b>0</b>

A situação atuarial do plano CV I, em 31 de dezembro de 2017, apresenta-se em equilíbrio técnico, visto que parte das obrigações atuariais existentes, referentes aos benefícios concedidos, possuem características de benefício definido.

## 9.2) Fundos

### 9.2.1) Fundos Previdenciais

O Plano CV I conta com o fundo de solvência atuarial que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências nos portfólios previdenciais mutualistas, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir: a) dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras; b) do saldo da conta de patrocinador relativo a participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e c) da recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para benefício de risco cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referente à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial. É constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos participantes ativos e das patrocinadoras vertidas ao plano.

Os fundos previdenciais do Plano CV I totalizaram R\$ 23.363 mil (R\$ 19.333 mil, em 2016), sendo distribuídos entre Fundo de Solvência Atuarial –Portfólio Mutualista (R\$ 12.871 mil) e Fundo Mutualista para Benefícios de Risco (R\$ 10.492 mil).

Não consta em 31 de dezembro de 2017, fundo de natureza previdencial no Plano BD.



### 9.2.2) Fundo de Custeio Administrativo

O Fundo de Custeio Administrativo é constituído pelas receitas oriundas dos custeios administrativos recebidos dos planos de benefício, resultado dos investimentos administrativos e receitas diretas da gestão administrativa, deduzidas das despesas e contingências administrativas. No exercício de 2017, o Plano BD destinou 8,0% (8,5%, em 2016) e o Plano CV I 5,0% (5,3%, em 2016) das receitas previdenciais, relativas às contribuições patronais e laborais de participantes ativos e assistidos e 2,7% incidente uma única vez sobre o saldo da conta individual do participante para o Plano CV I. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 71.351 mil (R\$ 61.845 mil, em 2016).

### 9.2.3) Fundos de Investimentos

#### 9.2.3.1) Plano BD - Fundo de Garantia de Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Na posição de 31 de dezembro de 2017, registraram-se fundos no Plano BD no valor de R\$ 10.506 mil, sendo R\$ 9.834 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 672 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário (R\$ 8.707 mil, sendo R\$ 8.095 mil de Fundo de Garantia de Empréstimos e R\$ 612 mil de Fundo de Reserva para Financiamento Imobiliário em 2016).

No exercício de 2017, foi utilizado do fundo de Empréstimos o valor de R\$ 1.173 mil (R\$ 1.242 mil, em 2016), em razão do falecimento de mutuários, e constituídos os valores de R\$ 2.081 mil (R\$ 1.991 mil, em 2016) e de R\$ 831 mil (R\$ 907 mil, em 2016), decorrentes do recebimento de contribuições e da rentabilidade do fundo, respectivamente.

#### 9.2.3.2) Plano CV I - Fundo de Garantia de Empréstimos

Na posição de 31 de dezembro de 2017, registrou-se fundo no Plano CV I no valor de R\$ 469 mil. No exercício de 2017, foram constituídos R\$ 223 mil, decorrente dos recebimentos das contribuições mensais incidentes sobre os saldos devedores dos empréstimos e R\$ 31 mil, em virtude de sua rentabilidade. Vale ressaltar que não houve falecimento de mutuário no período, portanto não ocorreu baixa no referido fundo.

## 10. FATOS RELEVANTES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA

A segregação do Plano de Gestão Administrativa - PGA foi estabelecida por meio do Anexo C - Normas Gerais, da Resolução MPS/CGPC n.º 28, de 26 de janeiro de 2010, mantida pela Resolução CNPC No. 8, de 31 de Outubro de 2011, com a finalidade de identificar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa separadamente dos planos de benefícios, assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

O Conselho Deliberativo da Entidade estabeleceu como limite anual de recursos destinados pelos planos de benefícios para o PGA em 1% incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir, conforme artigo 6º da resolução CGPC n.º 29, de 31 de Agosto de 2009, que dispõe sobre os limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar. Em 31 de Dezembro de 2017, o limite para cobertura das despesas administrativas da Capef atingiu R\$ 42.636 mil e suas despesas administrativas efetivas totalizaram R\$ 14.924 mil (R\$ 14.163 mil em 2016).

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ mil	
	2017	2016
Pessoal e Encargos	10.300	9.889
Treinamentos/Congressos e Seminários	142	108
Viagens e Estádias	151	118
Serviços de Terceiros	1.339	1.211
Despesas Gerais	1.578	1.524
Depreciação e Amortização	1063	985
Tributos	351	328
<b>TOTAL</b>	<b>14.924</b>	<b>14.163</b>

A Instrução nº. 34, de 24 de setembro de 2009, no seu anexo A – Normas Complementares, item II – Procedimentos Operacionais, subitem 6, ao final de cada mês, estabelece que a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Ressalta-se que essa participação não representa, para os planos previdenciais, um direito a receber, devendo ser observado o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, aprovado pelo Conselho Deliberativo na Entidade. Para essa finalidade as despesas são segregadas proporcionalmente ao quantitativo de participantes e ao patrimônio de cada plano de benefício.

O quadro a seguir detalha a participação de cada plano de benefício previdenciário no fundo administrativo, nas posições de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

DESCRIÇÃO	R\$ mil	
	2017	2016
Participação no Fundo Administrativo	71.351	61.845
Plano BD	51.174	45.605
Plano CV	20.177	16.240

## 11. TRIBUTOS FEDERAIS

### 11.1) PIS/COFINS cobrados sobre Recursos destinados ao Custeio Administrativo

Em junho de 2006, a CAPEF impetrou um mandado de segurança a fim de evitar a incidência de contribuições para o PIS e COFINS sobre as suas receitas, por entender que o §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 era inconstitucional. Em decisão liminar, o Juízo autorizou o depósito dos valores correspondentes às sobreditas contribuições, até uma resolução definitiva. Em setembro de 2013, certificou-se o trânsito em julgado da sentença que proveu a pretensão da CAPEF. Diante disso, a Entidade requereu o levantamento dos depósitos que fizera e permaneceu a não recolher contribuições para o PIS e COFINS sobre suas receitas.

Com o advento da Lei nº 12.973/2014, a CAPEF se viu obrigada a voltar a recolher contribuições para o PIS e COFINS, a partir de janeiro de 2015. Não resignada com essa obrigação, a Entidade ajuizou uma ação, em outubro de 2015, por meio do mandado de segurança, tombado sob o nº 0807082-95.2015.4.05.8100, em que busca o reconhecimento da não incidência desses tributos sobre o patrimônio que administra.

Em meados de novembro de 2015, a CAPEF obteve decisão liminar, autorizando-a a depositar judicialmente os valores correspondentes a esses tributos, em vez de recolhê-los diretamente à União.

No entanto, em julho de 2016, o Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará julgou a pretensão da CAPEF improcedente, por entender que ela não possui direito àquela isenção. Não obstante isso, o Juízo autorizou a Entidade a permanecer depositando os valores dos tributos até a resolução definitiva da lide. Contra essa sentença, a CAPEF interpôs recurso de apelação, e tal medida encontra-se pendente de análise pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Mensalmente, a Entidade vem efetuando esses depósitos, até que sobrevenha a resolução definitiva dessa ação. Os depósitos efetuados pela CAPEF em 31/12/2017 acumulam R\$ 2.570 mil.

### 11.2) Créditos Tributários provenientes do RET – Regime Especial de Tributação

A Entidade questiona junto à esfera judicial, após ter seu pedido indeferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, última instância da Secretaria da Receita Federal, a não homologação do crédito tributário, reconhecido em 2007, no valor de R\$ 11.111 mil proveniente da exclusão das contribuições extraordinárias da base de cálculo do RET – Regime Especial de Tributação, alusivos ao 4º trimestre de 2003 e ao ano de 2004.

O crédito tributário, atualizado monetariamente, foi utilizado para compensar os recolhimentos tributários da entidade durante o período de janeiro de 2007 a abril de 2008. A não homologação pela Receita Federal das compensações tributárias e a possibilidade de perda do processo administrativo quanto à matéria de fato levaram a Capef, em obediência ao princípio da prudência, a efetuar a reversão do saldo desse crédito, provisionar o total de débitos tributários compensados, atualizando-os pela Selic e a reconhecer a multa de 20%.

Em 2012 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 1.415 mil (valor original de R\$ 732 mil) relativos ao RET do 1º, 2º e 3º trimestres de 2004. Permanecem pendentes de homologação os tributos relativos ao 4º trimestre de 2003 no valor de R\$ 8.646 mil (valor original de R\$ 3.642 mil).

Em março de 2015 a Secretaria da Receita Federal restituiu à Capef o valor de R\$ 683 mil (valor original R\$ 321 mil) relativo ao RET 4º trimestre de 2004.

Em setembro de 2016, a Secretaria da Receita Federal indeferiu, em última instância, o pedido de tais as compensações. Com o indeferimento, a Capef recolheu R\$ 19.800 mil, registrando a baixa da exigibilidade tributária.

Em dezembro de 2016, a Entidade protocolou na Seção Judiciária de Brasília – DF ação anulatória de débito fiscal com repetição de indébito, questionando junto à esfera judiciária a não homologação do crédito tributário. Todos os questionamentos citados acima pertencem ao Plano BD. O Plano CV I não possui demandas fiscais.

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 12.1) ATIVO CONTINGENTE – OFND

Em 23/06/1986, através do Decreto-Lei nº 2.228, o Poder Executivo Federal criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das Entidades Fechadas de Previdência Privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas, atualmente denominadas “provisões matemáticas”, nas “Obrigações” desse Fundo (OFND’s), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

O Decreto-Lei nº 2.383/87 alterou o Decreto-Lei nº 2.228 modificando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens aos investidores. Assim, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ingressou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, objetivando a observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Em 29/11/2010 o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879 /RJ.

Considerando que a receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, a CAPEF não efetuou seu registro contábil conforme estabelece o Ofício 4630/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, que impede a realização desse reconhecimento enquanto não houver manifestação da Justiça Federal em relação aos valores devidos e a forma de pagamento.

A CAPEF continua com o acompanhamento acerca dos fatos posteriores à decisão judicial, no sentido de verificar a confirmação daqueles fatores, o posicionamento do órgão fiscalizador PREVIC, para no momento oportuno, melhor avaliar sobre a possibilidade de reconhecimento do respectivo direito.

## **12.2) TAXA DE JUROS E AJUSTE NA PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS - IMPACTOS**

### **12.2.1) Duração do Passivo**

A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidente sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

### **12.2.2) Taxa de Juros parâmetro**

A taxa de juros parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo plano de benefícios. Os pontos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros Média e correspondentes taxas de juros parâmetro, bem como limites inferior e superior, a serem aplicados na avaliação de 2017 foram divulgados por meio da Resolução CNPC No. 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC no. 23, de 26 de junho de 2015, e Portaria PREVIC No. 375, de 17 de abril de 2017.

### **12.2.3) Cálculo da Taxa de Juros Atuarial para o exercício de 2017**

Para a definição da taxa de juros atuarial foram elaborados para cada um dos planos de benefícios, Plano de Benefício Definido – BD e Plano de Contribuição Variável I – CV I, o estudo técnico de convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual projetada, o que resultou na recomendação e adoção da taxa de juros atuariais de 5,5% a.a. para o Plano BD e de 5,25% a.a. para o Plano CV I.

Os citados estudos observaram a *duration* do passivo do Plano de Benefício Definido de 8,99 anos e a *duration* do Plano de Contribuição Variável I de 18,72 anos, ambas na data base de 31/12/2016.

Para o plano BD a taxa de juros atuarial está dentro do intervalo definido pela Portaria PREVIC nº 375, de 17 de abril de 2017, sendo de 4,38% a.a. o limite inferior e o superior de 6,66% a.a.

Para o plano CV I a taxa de juros atuarial também ficou dentro do intervalo legal (4,36% a.a. para o limite inferior e de 6,63% a.a. o limite superior).

A Resolução CGPC No. 26, de 29 de Setembro de 2008, que estabelece as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário foi modificada pela Resolução CNPC No. 16, de 19 de novembro de 2014, em relação à taxa máxima de juros utilizada na destinação de superávit e com a inserção da definição e critérios do ajuste de precificação que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados com a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,5% para o Plano BD e 5,25% para o Plano CV I e o valor contábil desses títulos (Ver Nota 5.3.1).

A PREVIC emitiu, em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução No. 19, tratando das questões da Resolução CNPC No. 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico. Os termos desta resolução, para fins de apuração do resultado superavitário/deficitário sujeitos ao equacionamento deverão ser considerados o ajuste de precificação positivo ou negativo.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo da cobertura aos benefícios a conceder com valor ou níveis previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem característi-

cas de benefício definido na fase de concessão. O Ajuste de precificação dos títulos públicos, em 31 de dezembro de 2017, dos Planos BD e CV I resultaram em valores positivos de R\$ 314.122 mil e R\$ 1.355 mil, respectivamente, conforme demonstrado no item a seguir.

#### 12.2.4) Apuração de Resultados

O resultado do exercício de 2017 do plano BD foi apurado pelo regime de competência e resultou no superávit de R\$ 10.558 mil, já no plano CV I encontra-se em equilíbrio não apresentando nem superávit e déficit.

Em novembro de 2015, foi emitida a Resolução CNPC No. 22, que alterou a Resolução CGPC No. 26, que estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/ utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula  $(duration - 4) \times 1\% \times$  Provisões Matemáticas. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula  $(10\% + (duration \times 1\%)) \times$  Provisão Matemática.

A *duration* do passivo do plano BD é de 9,26 anos em 31/12/2017, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 5,26% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 19,26% das Provisões Matemáticas.

A *duration* do passivo do plano CV I é de 21,42 anos em 31/12/2017, com isso a zona de equilíbrio para o caso de déficit técnico é de 17,42% das Provisões Matemáticas e para o caso de superávit é de 31,42% das Provisões Matemáticas.

O equilíbrio técnico ajustado dos planos BD e CV I, bem como o índice de solvência, no final do exercício de 2017 encontram-se demonstrados a seguir.

PLANO BD	2017
<b>A) Cálculo dos Limites</b>	<b>R\$ Mil</b>
a) Saldo Provisões Matemáticas (P.M) (conta 2.3.1.1.00.00.00)	R\$ 3.346.547
<b>b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>	
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)	5,26
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$	- R\$ 176.028
<b>c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado</b>	
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)	19,26
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$	R\$ 644.545
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$	R\$ 836.637
c.4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)	R\$ 644.545
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)	R\$ 10.558
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo	R\$ 314.122
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado	R\$ 324.680
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência	9,70%

PLANO CV I		2017
<b>A) Cálculo dos Limites</b>		<b>R\$ Mil</b>
a) Saldo Provisões Matemáticas - benefício definido estruturado em regime de capitalização (PM - BD) (conta 2.3.1.1.01.02)		R\$ 18.297
<b>b) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado</b>		
b1) Duração do passivo do plano deduzido de quatro pontos (Zona de equilíbrio de déficit técnico)		17,42
b2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((a*b1)/100)*-1$		-R\$ 3.187
<b>c) Cálculo do limite de superávit Técnico Acumulado</b>		
c1) Duração do passivo do plano acrescido de 10 pontos (Zona de equilíbrio do superávit técnico)		31,42
c2) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado pelo fator $(a*c1)/100$		R\$ 5.749
c3) Limite do superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(a*25\%)$		R\$ 4.574
c4) Limite da Reserva de Contingência (Menor valor entre o item c2 e c3)		R\$ 4.574
<b>B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		<b>R\$ Mil</b>
d) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2.00.00.00)		0,00
e) Ajuste de Precificação Positivo/ Negativo		R\$ 1.355
f) = (d) + (e) Equilíbrio Técnico Ajustado		R\$ 1.355
g) = (f)/(a) x 100= índice de Solvência		7,41%

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018

**JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA**

*Diretor Presidente*  
CPF 204.279.643-34

**MARCOS JOSÉ RODRIGUES MIRANDA**

*Diretor de Administração e Investimentos*  
CPF 167.973.293-53

**CAMILLA BASTOS PAULINO**

*Contadora - CRC - CE-023382/O-8*  
CPF 657.772.393-15





# ***Pareceres***

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES EM  
RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

**PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO BD**

**PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO CV I**

# Parecer dos Auditores Independentes em relação às Demonstrações Contábeis



Tel.: +55 85 32441221  
Fax: + 55 85 34442480  
[www.bdobrazil.com.br](http://www.bdobrazil.com.br)

Av. Des. Moreira, 2120  
Aldeota - Fortaleza, CE - Brasil  
60170-001

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da  
**Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF**  
Fortaleza - CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF** (“CAPEF” e/ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 CE 001465/F-4**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jairo da Rocha Soares', is written over a circular stamp or seal.

**Jairo da Rocha Soares**  
**Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - CE**

## **Manifestação do Conselho Deliberativo**

### **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO RELATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017 DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAPEF**


Este Conselho, em sua 287ª Reunião realizada no dia 26/03/2018, em atendimento ao disposto no anexo C, item 17, alínea k, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013 e pela Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014 e com base no art. 28, "d" do Estatuto da Entidade, analisou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2017:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Balanço Social;
- i) Parecer dos Auditores Independentes;
- j) Demonstrações Atuariais (Plano BI) e Plano CV I);
- k) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I); e
- l) Parecer do Conselho Fiscal.

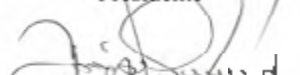
Com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes SS, Atuarial Consultoria Atuarial, Vesting Consultoria Atuarial e Conselho Fiscal da Entidade complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Deliberativo manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do

**BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2017 e determina a divulgação das referidas demonstrações, nos meios de comunicação da Entidade, em atendimento ao artigo 1º da Resolução do MPS/CNPC Nº 2, de 03/03/2011 dentro do prazo estabelecido pela PREVIC, por meio do Relatório Anual da Capef, bem como a disponibilização aos participantes, beneficiários e assistidos por meio eletrônico ou encaminhados no prazo máximo de trinta dias, contados da data da formalização do pedido.**


Fortaleza – Ceará, 26 de março de 2018.



**Henrique Jorge Tinoco de Aguiar**  
Presidente



**José Nilton Fernandes**  
Conselheiro



**Nivaldo Trindade Santos**  
Conselheiro



**José Andrade Costa**  
Vice – Presidente



**Sérgio Brito Clark**  
Conselheiro



**Reginaldo da Silva Medeiros**  
Conselheiro

## Manifestação do Conselho Fiscal

### PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2017

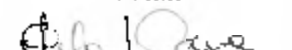
Este Conselho, em sua 447ª Reunião realizada no dia 9 de março de 2018, em atendimento ao disposto no item 17, alínea j, do anexo da Resolução CNPC Nº 8, de 31/10/2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013 e Resolução CNPC Nº 16, de 19/11/2014, e em cumprimento ao art. 41 do Estatuto da Entidade, apreciou os seguintes demonstrativos contábeis, atuariais e pareceres relativos ao encerramento de exercício de 2017:


- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrações do Ativo Líquido - DAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- e) Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (Plano BD e Plano CV I) comparativas com exercício anterior;
- f) Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (Plano BD e Plano CV I) comparativas com o exercício anterior;
- g) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas;
- h) Parecer dos Auditores Independentes;
- i) Demonstrações Atuariais (Plano BD e Plano CV I); e
- j) Pareceres dos Atuários (Plano BD e Plano CV I).


Desta forma, com base nos documentos citados acima, apreciados e respaldados pelos pareceres emitidos pela BDO RCS Auditores Independentes SS, Atuarial Consultoria Atuarial e Vesting Consultoria Atuarial, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Entidade, o Conselho Fiscal se manifesta favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e Atuariais da Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB – Capef relativo ao encerramento do exercício de 2017.

Fortaleza – Ceará, 9 de março de 2018.

  
Antônio Nogueira Filho  
Presidente

  
Aila Maria Ribeiro de Almeida Medeiros  
Conselheira

  
Adelson Belchior Chaves  
Vice – Presidente

  
Helton Chagas Mendes  
Conselheiro



## Parecer da Avaliação Atuarial do Plano BD



### PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 DO PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS (PLANO BD) DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (CAPEF)

1. Este parecer refere-se à avaliação atuarial do plano da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (CAPEF) na modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu regulamento, nos termos da Resolução CGPC Nº 16, de 22/11/2005 e da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, estando avaliado na posição de 31/12/2017.
2. Os dados cadastrais empregados nesta avaliação atuarial consideraram informações com posição de 31/12/2017. Foram realizados testes de consistência em relação às informações da base cadastral. Ao final, a base cadastral foi julgada consistente e satisfatória para a realização da avaliação atuarial.
3. Em relação ao exercício anterior, os custos normais, sem despesas administrativas, sofreram diminuição, de 11,49% para 10,52%, redução de 0,97 ponto percentual. A contribuição dos assistidos não sofreu alteração, relativamente ao ano anterior, tendo sido mantida em 21,25% (vinte e um inteiros e vinte e cinco centésimos por cento).
4. A meta atuarial vigente em 2017 – variação anual do INPC de 2,07%, acrescida da taxa de juros atuarial de 5,5% ao ano – ficou quantificada em 7,68%. Neste mesmo período a rentabilidade nominal efetiva dos investimentos alcançou 9,74%, que descontando a variação anual do INPC, permitiu a rentabilidade real de 7,51%. A rentabilidade nominal dos investimentos correspondeu a 126,82% da meta atuarial.
5. Em atendimento ao inciso 1-II do Anexo VIII da Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, encontram-se detalhadas no Quadro nº 1 as variações percentuais ocorridas nos valores das provisões matemáticas, levantadas atuarialmente nas posições de final de 2016 e de 2017, descontando-se a variação do INPC no mesmo período.

#### Quadro Nº1 – Comparativo da Variação das Provisões Matemáticas do Plano BD entre 31/12/2016 e 31/12/2017 – Valores Atualizados e Posicionados em 31/12/2017 – Registro nas Demonstrações Atuariais (DA)

PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2016 <sup>(1)</sup>	31/12/2017	VARIAÇÃO
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 2.606.652.618,24	R\$ 2.765.444.251,82	5,74%
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 772.199.965,79	R\$ 581.103.065,28	(32,89%)
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.378.852.584,03</b>	<b>R\$ 3.346.547.317,10</b>	<b>(0,97%)</b>

Nota:

(1) valores de 31/12/2016, atualizados para 31/12/2017 pela variação do INPC em 2017, de 2,07%.

Vesting Consultoria Financeira e Atuarial  
Av. Santos Dumont, 1789 - sala 513 - Aldeota  
60.150-160 - Fortaleza - CE  
Fone/Fax - 3244-3078



6. Conforme demonstrado no quadro acima, as provisões matemáticas sofreram, de 2016 para 2017, redução percentual, de 0,97%, tendo por base a variação do INPC em 2017. A rubrica de Benefícios Concedidos (BC) cresceu 5,74%, enquanto que a rubrica Benefícios a Conceder (BaC) experimentou decréscimo de 32,89% nesta comparação. Foi observada a redução, em termos reais, no valor das provisões matemáticas totais, entre 2016 e 2017, que ocorreu, principalmente, em função da maturidade do Plano BD que, em seu atual estágio, possui o total dos benefícios pagos superior ao recebimento das contribuições.

7. Ressalte-se que a redução do valor das provisões matemáticas, em termos reais, ocorreu, mesmo com o aumento do valor das obrigações em R\$ 39.135.617,30 (trinta e nove milhões, cento e trinta e cinco mil, seiscentos e dezessete reais e trinta centavos), em decorrência da alteração de premissas atuariais.

8. Além do mencionado impacto, o resultado superavitário do ano também permitiu a recomposição integral dos valores dos benefícios, pendentes de exercícios anteriores. Neste exercício foi considerado o índice de reajuste anual dos benefícios de 3,24% (três inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), percentual acima da variação do INPC, de 2,07%, calculado a partir da aplicação do disposto no parágrafo 1º do citado artigo 86, percentual que, conforme destacado, recupera integralmente a perda referente à recomposição remanescente de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) do reajuste concedido em 2009, que ficou abaixo do INPC de 2008, cujo impacto foi de R\$ 37.441.229,27 (trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).

9. O Plano BD conta, na posição de 31/12/2017, com 6.493 participantes, assim distribuídos: 1.522 ativos e 4.971 assistidos, sendo 3.798 aposentados e 1.173 grupos de pensão. Os riscos atuariais associados a este plano estão relacionados aos eventos biométricos de entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e de mortalidade de válidos, grupo principal, cujas estimativas já ficam expressas pelas tábuas atuariais, além de alteração na base cadastral, seja do grupo principal, seja de beneficiários do plano, grupo secundário. Não se espera para o grupo principal nenhuma variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além das projeções de crescimento salarial de 1% (um por cento) ao ano e de variação do INPC, seguindo as regras do regulamento do plano, a primeira já tratada como hipótese financeira. Pelo exposto, não estão sendo avaliadas, neste momento, medidas extraordinárias para mitigação dos riscos atuariais deste plano.

10. Assim, consideradas as premissas, o método atuarial, os regimes financeiros, os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela CAPEF, concluímos que na posição de 31/12/2017 o plano previdenciário na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) da CAPEF se encontrava atuarialmente superavitário. Não houve alteração no regime financeiro bem como no método de custeio. Desta forma propomos a manutenção do plano de custeio ora vigente para ser aplicado durante o ano de 2018, conforme Quadro nº 2.



**Quadro Nº2 – Contribuições Normais de Participantes Ativos do Plano BD para o Exercício de 2018**

Salário de Contribuição	Taxa de Contribuição <sup>(2)</sup>	Parcela a deduzir
Até 0,5 UBC <sup>(1)</sup>	2,6%	-
Acima de 0,5 UBC até 1 UBC	4,2%	0,0080 UBC
Acima de 1 UBC até 1,2 UBC	5,8%	0,0240 UBC
Acima de 1,2 UBC	12,6%	0,1056 UBC

Nota:

(1) UBC = Unidade Básica de Contribuição = R\$ 2.872,59 para 2018 (R\$ 2.782,44 para 2017).

(2) Os percentuais referem-se apenas à parcela de responsabilidade dos participantes ativos, portanto não incluem as parcelas de responsabilidade dos patrocinadores.

11. Os valores das provisões matemáticas, do Patrimônio de Cobertura do Plano BD e o resultado atuarial encontram-se detalhados no Quadro nº 3.

**Quadro Nº 3 – Provisões Matemáticas, Patrimônio de Cobertura do Plano BD e Resultado Atuarial – Valores em Reais  
Posição: 31/12/2017**

RUBRICA CONTÁBIL	VALOR
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>R\$3.346.547.317,10</b>
1.1. Benefícios Concedidos	R\$ 2.765.444.251,82
1.2. Benefícios a Conceder	R\$ 581.103.065,28
2. Patrimônio de Cobertura do Plano	<b>R\$ 3.357.105.263,66</b>
<b>RESULTADO (2 – 1)</b>	<b>R\$10.557.946,56</b>

12. O resultado superavitário do plano BD em 2017, de **R\$ 10.557.946,56 (dez milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)**, proveio das rentabilidades auferidas em 2017, acima da meta atuarial, da recomposição do índice de reajuste do plano e da alteração de premissas atuariais.



13. Conforme demonstrado no Quadro nº 3, observadas as regras contidas no Regulamento do Plano BD, as provisões matemáticas importam, na posição de 31/12/2017, em R\$ 3.346.547.317,10, sendo R\$ 2.765.444.251,82 para Benefícios Concedidos e R\$ 581.103.065,28 para Benefícios a Conceder. Ditas provisões matemáticas expressam de modo satisfatório as obrigações previdenciais do Plano BD avaliado. Comparado com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$3.357.105.263,66, aponta estado de solvência econômica, traduzido pelo superávit técnico de R\$10.557.946,56. Referido superávit deverá ser destinado à formação de Reserva de Contingência, conforme disciplinado no artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e no artigo 7º da Resolução CGPC/MPS Nº 26, de 29/09/2008.

14. O método atuarial agregado e o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios encontram-se apropriadamente empregados nas avaliações deste plano de benefícios e expressam as práticas atuariais correntemente observadas para avaliações atuariais da espécie.

15. Este é o nosso parecer.

Fortaleza, 25 de janeiro de 2018.

**Eloina Maria Pinheiro Diógenes**  
**Atuária – MIBA nº 1216**

## ***Parecer da Avaliação Atuarial do Plano CV I***



### **Parecer da Avaliação Atuarial 2017 - Plano CV I**

Parecer da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2017 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I.

Janeiro de 2018

atuarhconsultoria.com.br  
Rua Dr. Gilberto Studart, 1717, Sala 1002 – CEP 60.192-095 – Cocó – Fortaleza – CE

## 1. OBJETIVO

Este parecer tem por objetivo apresentar as hipóteses e resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2017 do Plano de Contribuição Variável I – Plano CV I, administrado pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAPEF. O Plano CV I foi aprovado em 25.03.2010 e teve suas operações iniciadas no dia 19.05.2010, quando recebeu suas primeiras contribuições.

## 2. CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

O Plano CV I é classificado na modalidade de contribuição variável nos termos da Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005, uma vez que os benefícios programados do plano apresentam características de ambas as modalidades, de contribuição definida, na fase de acumulação e na fase inicial de recebimento do benefício, e de benefício definido, na fase final do recebimento do benefício. Ressalte-se que o benefício de aposentadoria programada é fruído em duas fases distintas pelo participante: na fase individual de renda certa a prazo certo (prazo determinado), com benefício mensurado em quotas, e na fase coletiva (mutualista) de renda vitalícia, com benefício expresso em moeda corrente.

## 3. REGIMES FINANCEIROS E DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

No Plano CV I, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.

Para o custeio dos benefícios programados, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os benefícios não programados, o regime de repartição de capital de cobertura. Destaque-se que parcela dos benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta do Participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de repartição de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No Plano CV I, a cobertura da parcela dos benefícios não programados, estruturados sob esse regime, é realizada a partir da transferência de recursos do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos para a conta individual do participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do Plano CV I, de forma individual, conduzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano CV I estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

## 4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação (Quadro 1). Destaque-se que as hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudo de Aderência específico.



Quadro 1 – Hipóteses atuariais adotadas na avaliação de 31.12.2017

Hipótese	Valor
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo (Suavizada 20%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPC (Suavizada em 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller (Suavizada em 85%)
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	Cônjuge três anos mais jovem
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	Data prevista pelo participante para sua aposentadoria programada que é informada no momento de sua adesão ao Plano e que pode ser revista por ocasião das revisões de custeio.
Indexador do Plano	(IPCA) 4% a.a.
Projeção de Crescimento Real de Salário	Regras dos planos de cargo dos patrocinadores e hipóteses de progresso de função
Taxa Real Anual de Juros	5,25% a. a.

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Cypef).

## 5. CADASTRO

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31.12.2017 e considera 5.358 participantes ativos vinculados ao plano, 43a mais que a quantidade observada no final do exercício passado, sendo 66,0% do sexo masculino. Na mesma posição, havia 185 aposentadorias programadas concedidas e duas pensões de aposentados programados e 24 benefícios não programados, sendo, três aposentadorias por invalidez, 19 pensões de ativo e duas pensões de aposentado por invalidez, totalizando 35 beneficiários de pensão. Durante o ano de 2017, foram pagos nove pecúlios de ativos para doze beneficiários (duas das concessões foram relativas a falecimentos ocorridos em 2016).

A base utilizada na avaliação atuarial foi submetida a teste de validação e nenhuma inconsistência foi encontrada, não sendo necessário realizar qualquer ajuste nas informações recebidas. Os resultados detalhados dos testes encontram-se no “Relatório de Análise e Validação da Consistência dos Dados Cadastrais – Plano CV I”. Além do teste, destaque-se que a base de dados cadastrais utilizada no cálculo das provisões matemáticas de benefício concedido é mensalmente atualizada e a nova base de dados é comparada com a base de dados do mês anterior, sendo as alterações confirmadas com a Gerência de Previdência (Geprev) da Cypef. Por fim, as provisões matemáticas de benefício a conceder são calculadas em função dos saldos individuais de cada participante (informados pela Geprev) sendo sua consistência verificada nos registros contábeis do plano.

Pelo exposto, a base de dados utilizada nesta avaliação para o cálculo do custeio e das provisões matemáticas é de excelente qualidade: as informações são constantemente atualizadas e mostraram-se consistentes.

## 6. DURATION

A metodologia de cálculo da duração (*duration*) do passivo do plano está definida no item 1.4 do Anexo à Resolução CGPC/MPS nº 18/2006, conforme alteração promovida pela Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, e pelo disposto na Instrução PREVIC nº 19, de 04.02.2015. Substituindo os parâmetros na equação e aplicando sobre o fluxo de benefício concedido do Plano CV I da CAPEF, obtém-se a *duration* do passivo de 21,42 anos. Destaque-se que o aumento da *duration* calculada neste exercício em relação ao exercício de 2016, que foi de 18,72 anos, deve-se, principalmente, às concessões dos benefícios programados no exercício de 2017 e à redução da hipótese da taxa de juros do plano para 5,25%.

atuarhconsultoria.com.br



## 7. PLANO DE CUSTEIO

No Plano CV I, os custos dos benefícios programados e não programados (de risco) são individualmente calculados para cada Participante Ativo, por ocasião de seu ingresso no plano e em cada avaliação atuarial anual.

O custo de administração do plano é rateado entre taxa de carregamento de participante ativo (definida como taxa de administração no regulamento do plano) e taxa de administração de assistido. Para o exercício de 2018, a taxa de administração de participante, que incide sobre a contribuição individual do ativo, inclusive quando pagas com recursos portados, foi mantida em 5,00%, da mesma forma que a taxa de administração de assistido, que incide uma única vez sobre o saldo da conta individual na concessão do benefício, mantida em 2,70%.

As taxas de custeio administrativo para o Programa de Gestão Administrativa (PGA) da CAPEF foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da CAPEF, em sua 258ª Reunião Ordinária ocorrida em 28/10/2016, fundamentado em estudo de solvência do Fundo Administrativo do PGA, elaborado a partir dos fluxos projetados de contribuições e despesas administrativas até o ano de 2107. O estudo evidenciou que o fundo do PGA é solvente com as taxas aprovadas e, segundo o regulamento do PGA da CAPEF, novo estudo de solvência do PGA é realizado a cada dois anos.

A taxa total de contribuição do Plano CV I para o ano de 2018 foi estimada em 17,17% (para 2017, a estimativa era de 17,13%), sendo que a taxa de contribuição sobre a totalidade do salário de participação perfaz 8,61% (8,57% em 2017) para os participantes, incluindo contribuição de autopatrocinados de 0,04%, e de 8,56% (mesma taxa em 2017) para os patrocinadores.

Em uma perspectiva coletiva de longo prazo, com a redução gradativa das contribuições extraordinárias futuras em virtude da aposentadoria dos “participantes fundadores” do plano, a taxa de contribuição média agregada do Plano CV I convergirá para uma taxa de contribuição menor, próxima ao limite da contribuição normal de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador).

Para tornar o processo de inscrição no BNB mais simples e ágil, os novos participantes desse patrocinador poderão ser admitidos no plano com a taxa de 15% (7,5% do participante e 7,5% do patrocinador). A taxa de contribuição inicial de admissão no plano terá validade até o término do exercício em que foi feita a inscrição, quando ocorre a revisão de custeio anual.

## 8. RESULTADO DO PLANO E PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme pode ser observado no Quadro 2, as provisões matemáticas do Plano CV I cresceram 29,35% em 2017 em relação ao encerramento do exercício de 2016. Descontada a variação do IPCA do período de 2,95%, o crescimento real das provisões foi de 25,64%. O aumento relativo maior observado nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos na modalidade CD decorreu, principalmente, pelas concessões de aposentadoria programada. Na modalidade BD, o aumento decorreu das concessões de pensão de ativo e aposentadoria por invalidez ocorridas durante o exercício de 2017 e das mudanças das hipóteses atuariais que elevaram as provisões matemáticas em R\$ 1.608.032,59, que representou um aumento de 9,64% das provisões matemáticas na modalidade de Benefício Definido no encerramento do exercício de 2017.



Quadro 2 – Resultado do Plano em 2016 e 2017

Rubrica	Valores em R\$			
	2016	2017	Varição Nominal	Varição Real
<b>(+) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>550.562.394,54</b>	<b>711.943.882,05</b>	<b>29,31%</b>	<b>25,61%</b>
<b>(-) Provisões Matemáticas</b>	<b>550.411.961,51</b>	<b>711.943.882,05</b>	<b>29,35%</b>	<b>25,64%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>541.061.788,96</b>	<b>693.646.780,75</b>	<b>28,20%</b>	<b>24,53%</b>
Benefícios a Conceder	520.541.948,56	640.766.776,61	23,10%	19,57%
Benefícios Concedidos	20.519.840,40	52.880.004,14	157,70%	150,32%
<b>Benefício Definido</b>	<b>9.350.172,55</b>	<b>18.297.101,30</b>	<b>95,69%</b>	<b>90,08%</b>
Benefícios Concedidos	9.350.172,55	18.297.101,30	95,69%	90,08%
<b>(=) Resultado do Exercício</b>	<b>114.445,10</b>	<b>-150.433,03</b>	<b>-1.133,71%</b>	<b>-1.104,09%</b>
<b>(=) Superávit Técnico</b>	<b>150.433,03</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>-100,00%</b>
Reserva de Contingência	150.433,03	0,00	-100,00%	-100,00%

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

No exercício, o resultado deficitário foi de R\$ 150.433,03 e proveio, principalmente, das alterações das hipóteses atuariais conjugado com o uso de R\$ 1.406.681,13 (669.845,92 cotas) do Fundo de Solvência Atuarial. Esse resultado deixou o plano em equilíbrio na posição de 31.12.2017 (superávit de R\$ 150.433,03 em 31.12.2016).

O aumento relativo maior observado nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos na modalidade CD decorreu, principalmente, pelas concessões de aposentadoria programada. Na modalidade BD, o aumento decorreu das concessões de pensão de ativo e aposentadoria por invalidez ocorridas durante o exercício de 2017 e das mudanças das hipóteses atuariais que elevaram as provisões matemáticas em R\$ 1.608.032,59, que representou um aumento de 9,64% das provisões matemáticas na modalidade de Benefício Definido no encerramento do exercício de 2017. O Quadro 3 mostrado a seguir, apresenta o impacto para cada hipótese.

Quadro 3 – Demonstração do impacto das mudanças das hipóteses nas Provisões Matemáticas do Plano CV I (Posição: 31.12.2017)

Hipótese	Provisão Matemática	Variação	
<b>Hipóteses de 31.12.2016</b>	<b>16.689.068,71</b>		
Taxa de juros de 5,25%	17.576.898,48	887.829,77	5,32%
Inflação de 4,00%	16.775.504,75	86.436,04	0,52%
Tábuas biométricas	17.271.173,58	582.104,87	3,49%
<b>Todas alterações</b>	<b>18.297.101,30</b>	<b>1.608.032,59</b>	<b>9,64%</b>

Obs.: (\*) O total não é igual à soma do impacto individual de cada hipótese tendo em vista que as hipóteses são correlacionadas.

Fonte: Atuarh.

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008, considerando a *duration* do passivo do Plano CV I de 21,42 anos, o limite para que a Entidade seja obrigada a destinar resultado superavitário à constituição de reserva de contingência é de 25% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido (R\$ 4.574.275,33).

O valor do ajuste de precificação do Plano CV I, em 31.12.2017, foi apurado em R\$ 1.354.908,87 (R\$ 970.418,84 em 31.12.2016). Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do plano totaliza R\$ 1.354.908,87, que corresponde a 7,41% do total das provisões matemáticas de benefício definido. O valor do ajuste é apurado, conforme a citada resolução CGPC nº 26, pela diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,25%, e o valor contábil desses títulos.

atuarhconsultoria.com.br

## 9. FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

O Plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, que será utilizado para a cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído, segundo o Regulamento do plano, a partir dos seguintes valores:

- i) Valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de solvência atuarial sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano;
- ii) Valor correspondente ao saldo da conta de patrocinador relativo a Participante Ativo que tenha optado pelo instituto do resgate; e
- iii) Valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do Participante Assistido em gozo de renda vitalícia de aposentadoria por invalidez à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora.

Ocorrendo insuficiência atuarial concernente aos portfólios previdenciais mutualistas avaliados em moeda corrente do Plano CV I, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano.

No Quadro 4 pode ser observado o demonstrativo da variação desse fundo em 2017. Em relação ao encerramento de 2016, o saldo do fundo cresceu 11,23% em quotas e 22,31% em reais, e representa 1,81% do total das provisões matemáticas do plano. Para 2018, não há previsão de utilização de recursos do Fundo de Solvência Atuarial.

Quadro 4 – Movimentação do Fundo de Solvência Atuarial em 2017

Fundo de Solvência Atuarial	Em quotas	Em R\$
(=) Saldo em 31.12.2016	5.510.336,08	R\$ 10.523.488,86
(+) Recursos recebidos	1.288.435,94	3.753.979,98
(-) Recursos utilizados	669.845,92	1.406.681,13
(=) Saldo em 31.12.2017	6.128.926,10	R\$ 12.870.787,71

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

O Plano CV I ainda conta com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, conta coletiva de passivo de natureza previdencial, expressa em quotas, cuja finalidade é prover o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou óbito do participante referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos, conforme disposto na Nota Técnica Atuarial.

Referido fundo previdencial é constituído a partir dos valores auferidos mensalmente com a aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições individuais dos Participantes Ativos vertidas ao plano.

Conforme demonstrado no Quadro 5, em 2017, o saldo do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos cresceu 8,31% em quotas e 19,10% em reais. No ano, foram utilizadas 321.390,30 quotas (45,6% das quotas constituídas no ano) para o pagamento de capitais complementares de morte referentes a concessões de pensão por morte de ativo em 2017. Para 2018, não há previsão de utilização de recursos desse fundo além dos aportes recebidos no ano.



Quadro 5 – Movimentação do Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos em 2017

Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos	Em quotas	Em R\$
<b>(+) Saldo inicial em 31.12.2016</b>	<b>4.613.077,88</b>	<b>R\$ 8.809.929,73</b>
(+) Recursos recebidos	704.765,13	2.334.414,88
(-) Recursos utilizados	321.390,30	651.758,96
<b>(=) Saldo em 31.12.2017</b>	<b>4.996.452,70</b>	<b>R\$ 10.492.585,65</b>

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Capef).

Na posição de 31.12.2017 o balanço patrimonial do Plano CV I registrou ainda dois fundos não previdenciais – Administrativo e de Investimentos – com destinações específicas. A participação do Plano CV I no Fundo Administrativo registrado no Programa de Gestão Administrativa – PGA totaliza R\$ 20.177.272,16 (R\$ 16.240.064,98 em 2016). O Fundo Administrativo é destinado a cobrir despesas administrativas futuras da Entidade na administração dos planos. O fundo do Programa de Investimentos conta com o saldo de R\$ 469.860,03 (R\$ 215.420,67 em 2016) destinados à cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes em caso de morte do participante durante a vigência do contrato.

## 10. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

As obrigações do Plano CV I em contas individuais são avaliadas em quotas e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais. Essas obrigações, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder de participantes ativos e à fase de renda certa a prazo certo dos benefícios concedidos de aposentadoria programada a participantes assistidos, totalizaram, no encerramento do exercício de 2017, R\$ 693,65 milhões (R\$ 541,06 milhões em 2016) e representavam 97,43% (98,30% em 2016) do total das provisões matemáticas.

Já as obrigações previdenciais relativas aos capitais complementares de morte e invalidez e aos benefícios concedidos prestados em fase de renda vitalícia são mutualistas e avaliadas em moeda corrente, podendo eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses atuariais utilizadas no plano não se confirmem no futuro. Dessa forma, os riscos atuariais do Plano CV I estão restritos a esses portfólios.

Para mitigar os riscos atuariais, o Plano CV I conta com dois fundos previdenciais. Ocorrendo insuficiência atuarial, o valor equivalente a essa insuficiência será revertido a partir do Fundo de Solvência Atuarial, cujo saldo em 31.12.2017 totaliza R\$ 12.870,79 mil (saldo de R\$ 10.523,49 mil em 31.12.2016), com o objetivo de restabelecer o equilíbrio atuarial do plano. O Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, cujo saldo em 31.12.2017 totaliza R\$ 10.492,59 mil (saldo de R\$ 8.809,93 mil em 31.12.2016), tem o objetivo de prover o pagamento de capitais complementares, nos casos de invalidez ou óbito do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

O Plano CV I incorpora ainda outros mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais dos portfólios mutualistas, tais como: *i)* a concessão de benefícios na fase de renda vitalícia com valor inicial igual ao valor do benefício previsto para pagamento no último mês da fase de renda certa a prazo certo, sendo este pagamento pautado por quotas; e *ii)* os índices de reajuste dos benefícios de renda certa a prazo certo utilizam o mecanismo de quota, sendo que, para os vitalícios, são calculados com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, limitada a 100% e não inferior a 30% da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no ano.

Em 31.12.2017, as provisões matemáticas dos benefícios concedidos não programados (aposentadoria por invalidez, pensão de ativo e de inválido) e programados (aposentadoria

atuarhconsultoria.com.br

programada na fase de renda vitalícia), parcela da obrigação do plano exposta a riscos atuariais, totalizavam R\$ 18.297,10 mil (R\$ 9.350,17 mil em 31.12.2016). Conforme mostrado no Quadro 6, a seguir, uma redução de 0,25 p.p. na hipótese da taxa real anual de juros, a mais relevante para o cálculo das obrigações desse tipo, elevaria o valor dessas provisões matemáticas em R\$ 997,58 mil. Nesse caso, o plano inicialmente passaria a apresentar um déficit de R\$ 997,58 mil, que seria integralmente coberto por 7,75% do saldo do Fundo de Solvência Atuarial. Ressalte-se ainda, que o valor do ajuste de precificação do plano, considerando a taxa de juros de 5,25%, totaliza R\$ 1.354,91 mil.

Quadro 6 – Impacto da mudança na hipótese da taxa real anual de Juros nas Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido do Plano CV I

Rubrica	Valores em R\$			
	Taxa de juros de 5,25%	Taxa de juros de 5,00%	Variação	Variação
<b>Provisões Matemáticas na modalidade de Benefício Definido</b>	<b>18.297.101,30</b>	<b>19.294.685,18</b>	<b>5,45%</b>	<b>997.583,88</b>
Benefícios programados	11.901.173,76	12.733.925,89	7,00%	832.752,13
Benefícios não programados	6.395.927,54	6.560.759,29	2,58%	164.831,75

Fonte: Atuarh / ASSEA (Assessoria de Estudos Atuariais da Caepf).

Pelo exposto, os riscos atuariais existentes no Plano CV I não são relevantes e estão mitigados pelos mecanismos presentes em sua arquitetura.

## 11. CERTIFICAÇÃO

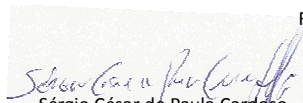
Os desequilíbrios atuariais nos planos de benefícios podem ter natureza conjuntural, quando originados de fatores sazonais ou ocasionais, que estão sujeitos à reversão no curto prazo. Quando a origem dos desequilíbrios é de fatores mais estáveis, com baixa probabilidade de reversão em curto ou médio prazo, eles são classificados como de natureza estrutural.

O resultado deficitário de R\$ 150.433,03, verificado no exercício de 2017, proveio, principalmente, das alterações das hipóteses atuariais conjugado com o uso de R\$ 1.406.681,13 (669.845,92 cotas) do Fundo de Solvência Atuarial. Esse resultado deixou o plano em equilíbrio na posição de 31.12.2017 (superávit de R\$ 150.433,03 em 31.12.2016).

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequadas às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizado dados cadastrais de participantes consistentes. Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano CV I, na posição de 31.12.2017, de R\$ 711.943.882,05, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do plano e a situação de equilíbrio aponta o estado de solvência econômica do plano.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 24 de janeiro de 2018.



Sérgio César de Paula Cardoso  
Atuário - MIBA N° 2.285



# ***Sumário da Política de Investimentos***

**SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO  
DO PLANO BD**

**SUMÁRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO  
DO PLANO CV I**



## Sumário da Política de Investimentos do PLANO BD

### MACRO ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da CAPEF e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, bem como na maturidade do seu Plano de Benefícios, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano BD da Capef no ano de 2018:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (BD) EM 30/10/2017 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO	
			LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	89,14%	66	100
Renda Variável	70	0,29%	0	4
Investimentos Estruturados	20	0,26%	0	10
Investimentos no Exterior	10	0,00%	0	2
Imóveis	8	7,74%	0	8
Operações com Participantes	15	2,56%	0	10

### LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação e concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

#### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa e Multimercado

- i. limitar em 1,0% do patrimônio do Plano BD as aplicações em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito, conforme modelo de risco de crédito da Entidade e, respeitando a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio de cada FIDC;
- ii. limitar em 10,0% do total dos investimentos do Plano BD as aplicações em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito;
- iii. não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive por meio de fundos de investimentos;
- iv. não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento;
- v. não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- vi. não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- vii. não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 15 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 7 anos;

viii. não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 16º colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido.

**b. Restrições para o Segmento de Renda Variável**

- i. Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença a alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.
- ii. Não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

**c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados**

- i) limitar em até 2% do patrimônio do plano, as aplicações em cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários abertos;
- ii) limitar em até 10% do total da carteira de imóveis do plano, as aplicações em Fundos de Investimentos Imobiliários originados a partir da carteira de imóveis do Plano BD;
- iii) são vedadas aplicações em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado alavancado;
- iv) são vedadas aplicações em cotas de fundos de investimento em participações – FIP's.

**d. Restrições para o Segmento de Imóveis**

- i. é vedada a aquisição direta de terrenos exceto aqueles destinados a realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para renda.

**e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes**

- i. as restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes e na Política de reestruturação da carteira de financiamentos imobiliários.

**f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior**

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- i) Fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- ii) Não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iii) É permitido aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- iv) Não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

**g. Fundos de Investimentos em Ações:**

- i) Fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- ii) Não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iii) É permitida aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

**UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DERIVATIVOS**

Todas operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Serão observadas as seguintes restrições para operações sem a finalidade de hedge:

- i. o depósito de margem fica limitado a 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa que compõem o patrimônio da carteira do plano;
- ii. o valor total dos prêmios de opções pago ficará limitado a 5%, do patrimônio da carteira do plano;
- iii. fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 1% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capecf, considerando o período de um mês, limitado ainda a 3% considerando o período de um ano.

**TAXA MÍNIMA ATUARIAL**

**Meta de Rentabilidade para o Plano BD**

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios, estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 375, de 17.04.2017), compreendido entre 4,38% e 6,66%, sendo definida em função da duration do Plano BD que é de 8,99 anos (demonstrações atuariais de 2016).

De acordo com o estudo de adequação da taxa de juros, com base nos resultados projetados das rentabilidades anuais, compreendidas entre 2017 e 2104, a taxa interna de retorno (TIR) dos investimentos do Plano BD é de 6,07% ao ano, considerando essa projeção de rentabilidade, foi sugerida a manutenção da taxa de juros de 5,5% a.a., por estar dentro do intervalo de taxa de juros definido para o plano e tendo em vista ser uma atitude conservadora a utilização de taxa de juros atuarial menor que a rentabilidade esperada para os investimentos.

Para o total de ativos do Plano BD, a rentabilidade a ser alcançada para o ano de 2018, é INPC + 5,5% a.a (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2017/190, de 06/11/2017). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

### **Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação**

Além da meta do plano de INPC + 5,5% aa, a entidade trabalha com benchmarks para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

#### **a. Renda Fixa**

seguem os critérios:

- a.1) quando a variação do INPC em relação ao IPCA for igual ou superior a 0,8 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano;
- a.2) quando a variação do INPC em relação ao IPCA for maior que 0,6 pp e menor que 0,8 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano + 0,30 pp/ano;
- a.3) quando a variação do INPC em relação ao IPCA for menor ou igual a 0,6 pp/ano, o segmento terá como parâmetro de rentabilidade a Meta Atuarial do Plano + 0,60 pp/ano.

#### **b. Renda Variável**

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50 + 0,5 pp/ano. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

#### **c. Multimercado**

O benchmark para o fundo Fortaleza Multimercado é composto da seguinte ponderação:

92% (o critério segue o mesmo definido para o segmento de Renda Fixa) e 8% (Segmento de Estruturados - Fundos Imobiliários: IFIX + 0,5 pp/ano)

#### **d. Imóveis**

A Carteira de imóveis tem como benchmark de rentabilidade superar a variação do Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial - IGMI-C, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

#### **e. Operações com Participantes**

A carteira de operações com participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes, bem como na Política de reestruturação da carteira financiamento imobiliário.

#### **f. Estruturados**

Para o segmento de investimentos estruturados as metas serão:

- i. Fundos Imobiliários: superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano;
- ii. Fundos de Participações - FIP's: meta atuarial acrescido de spread de 5 pp/ano.

#### **g. Investimentos no Exterior**

Para o segmento de investimentos no exterior a meta será:

- i. Meta atuarial + 0,75 pp/ano;

## **RISCO**

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pela PAOA 2016/49 de 22 de abril de 2016.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento:

- Renda Fixa: até 2% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Fundo Multimercado: até 3% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Renda Variável: até 5,20%, baseado pelo VaR do benchmark da carteira, o IBRX-50, de 2008 até novembro de 2015, acrescido de dois desvios-padrão.
- Investimentos no Exterior: até 4%, baseado no VaR dos Fundos classificados como Multimercado Investimento no Exterior acrescido do VaR da taxa de câmbio dos últimos 24 meses.

Será realizado teste de stress com a finalidade de analisar o comportamento da rentabilidade em relação à meta atuarial em um momento de alta volatilidade do mercado.

Os parâmetros utilizados nos cenários de estresse são definidos em reunião do Comitê de Investimentos, de acordo com o comportamento do mercado.

## CÓDIGO DE ÉTICA

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco. O Fundo Fortaleza Multimercado aderiu aos códigos de ética e operacional de mercado da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e ao código de Ética da ABRAPP/SINDAPP.

## MODELOS DE GESTÃO

A Capef adota três modelos de gestão: Gestão própria (realizada pela própria entidade); Gestão terceirizada (realizada por gestores contratados); e Gestão compartilhada (realizada pela Capef em conjunto com uma ou várias Instituições Financeiras).

## CUSTOS

A tabela a seguir apresenta os valores das taxas de administração pagas durante o ano 2017, assim como os percentuais das taxas que vigorarão em 2018.

FUNDOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PAGA EM 2017 (R\$)	TAXA DE QUE VIGORARÃO EM 2018 (%)
BNB – RF Empresarial	913.974,40	0,035
FI Multimercado	133.097,66	0,070

## METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

### a. Gestores de Fundos de Investimentos

A Entidade utiliza modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. O processo de seleção de gestores externos será orientado pela metodologia apresentada a seguir e apresentada para o Comitê de Investimentos:

- I. Definição das classes de fundos, segundo classificação da Anbima;
- II. Aplicação das regras de filtros: patrimônio do fundo, quantidade de cotistas, auditores independentes e histórico do fundo.
- III. Os fundos selecionados nos itens i e ii são submetidos, por classes de fundos, a análises quantitativas e qualitativas. Atribui-se um peso de 80% à análise quantitativa e 20% a qualitativa. A seguir, um resumo das variáveis, bem como de seus respectivos pesos, embutidas no modelo de seleção de gestores:

- Avaliação quantitativa (peso 0,80)
- Rentabilidade (peso 0,30)
- Retorno em 12 meses (peso 0,10)
- Retorno em 24 meses (peso 0,20)
- Retorno em 36 meses (peso 0,30)
- Alfa em 12 meses (peso 0,05)
- Alfa em 24 meses (peso 0,15)
- Alfa em 36 meses (peso 0,20)
- Sharpe (peso 0,50)
- Sharpe em 12 meses (peso 0,20)
- Sharpe em 24 meses (peso 0,30)
- Sharpe em 36 meses (peso 0,50)
- Avaliação qualitativa (peso 0,20)
- Volume sob Gestão (peso 0,70)
- Relacionamento com a Capef (peso 0,30)

- IV. Ranqueados os fundos dentro de suas respectivas classes, a etapa final envolve a simulação de carteiras com diferentes composições visando a melhor relação risco/retorno.

### b. Corretoras de imóveis

A CAPEF realiza parcerias com diversas imobiliárias/corretores, estas sediadas na cidade do imóvel a ser locado/alienado, ou de outras praças, porém, em caráter excepcional, poderá contratar imobiliárias/corretores em regime de exclusividade para locação/venda de unidades comerciais desocupadas.

Na escolha das empresas imobiliárias e/ou corretores para compra/venda e locação serão observados aspectos como: consolidação da empresa, tradição no mercado, plano de atuação, estrutura disponível e trabalhos executados anteriormente para a Entidade.

Em termos de remuneração, a corretagem ficará limitada a taxa máxima de 6% do valor da venda à vista ou a prazo, no caso de alienações, e do valor equivalente de até dois alugueres mensais, no caso de locação. Será admitida a possibilidade de revisão de tais condições somente em casos especiais apreciados individualmente pelo Comitê de Investimentos/Diretoria Executiva da CAPEF, onde seja comprovada maior dificuldade de comercialização, vacância crônica, elevados custos de despesas fixas (IPTU, Foro, Condomínio, etc) na manutenção do imóvel.

## Sumário da Política de Investimentos do PLANO CV I

### MACRO ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Baseado no cenário definido no Seminário de Investimento da CAPEF e pautado nos critérios de segurança, liquidez e rentabilidade, além dos quesitos da Resolução nº 3.792, concluiu-se por proposta de modelo para a alocação dos ativos do Plano CV I no ano de 2018.:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	RES. 3.792 TETO (%)	POSIÇÃO ATUAL CAPEF (CVI) EM 30/10/2017 (%)	PROPOSTA DE INTERVALO	
			LIMITES CAPEF	
			INFERIOR %	SUPERIOR %
Renda Fixa	100	90,63%	55	100
Renda Variável	70	-	0	10
Investimentos Estruturados	20	1,27%	0	10
Investimentos no Exterior	10	2,33%	0	5
Imóveis	8	-	0	8
Operações com Participantes	15	5,78%	0	12

### LIMITES POR MODALIDADE DE INVESTIMENTO

Além dos limites de alocação, concentração por investimento e emissor definidos pela Resolução 3.792, serão observadas as seguintes restrições adicionais:

#### a. Restrições para o Segmento de Renda Fixa e Multimercado

- limitar em 5,0% as aplicações do patrimônio do Plano CV I em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) com avaliação de baixo risco de crédito e, observando-se a limitação dessas aplicações a 10% do patrimônio do FIDC;
- limitar em 20,0% as aplicações do total dos investimentos do Plano CV I em títulos privados com avaliação de baixo risco de crédito;
- não adquirir títulos públicos estaduais e municipais, inclusive através de fundos de investimentos;
- não adquirir títulos de empresas do segmento de armamento;
- não aplicar em precatórios mesmo de forma indireta;
- não adquirir títulos emitidos por bancos estaduais e do Distrito Federal, exceto DPGE;
- não adquirir dívida subordinada ou instrumentos híbridos de capital e dívida, exceto de instituição financeira que esteja entre as 15 maiores, definido pelo ranking do Banco Central, considerando o patrimônio líquido da Instituição Financeira. O prazo máximo dessas aplicações é de 7 anos;
- não adquirir letras financeiras de bancos pequenos e médios. Serão considerados como Instituições Financeiras de pequeno e médio porte, as que se encontrarem a partir da 16ª colocação no ranking do Banco Central, levando em conta o Patrimônio Líquido.

**b. Restrições para o Segmento de Renda Variável**

Não aplicar diretamente em ações do segmento de armamento. Será admitida a aplicação caso o ativo pertença a alguma cesta de índices que possa compor a carteira de investimentos do plano.

Não negociar ações da patrocinadora no período de silêncio (art. 13, § 4º, da Instrução CVM n.º 358/02).

**c. Restrições para o Segmento de Investimentos Estruturados**

- limitar em até 10% as aplicações em cotas de fundos de investimento imobiliário;
- limitar em até 5% as aplicações em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos classificados como multimercado alavancado;
- limitar em 5% a aplicação em FIP's (Fundos de Investimentos em Participações) e Fundos de Cotas em Fundos de Participações.

**d. Restrições para o Segmento de Imóveis**

- i. é vedada a aquisição direta de terrenos exceto aqueles destinados a realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para renda.

**e. Restrições para o Segmento Operações com Participantes**

As restrições referentes a este segmento estão definidas na Política de concessão de empréstimos a participantes.

**f. Restrições para o Segmento de Investimentos no Exterior**

Fundos de Investimentos em Renda Fixa:

- i) Gestora de recursos no Exterior com ativos sob gestão superior a US\$ 200 milhões;
- ii) Fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- iii) Não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;
- iv) É permitido aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial;
- v) Não aplicar em fundos de RF no exterior que possuam exposição superior a 20% em ativos de dívidas governamentais não classificadas como grau de investimentos, com exceção de Bonds Brasileiros.

Fundos de Investimentos em Ações:

- i) Gestora de recursos no Exterior com ativos sob gestão superior a US\$ 200 milhões;
- ii) Fundo no exterior com no mínimo 20% de cotistas investidores Institucionais e Endowments;
- iii) Não aplicar em ativos de países que sofrem maior impacto terrorista, conforme



medido pelo GTI (Índice Global de Terrorismo): Iraque, Afeganistão, Nigéria, Paquistão, Síria e Iêmen;

- iv) É permitido aplicação em Fundo de Investimentos no Exterior na modalidade com e sem hedge cambial.

## UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DERIVATIVOS

Todas as operações no mercado de derivativos somente serão realizadas quando negociadas em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, sendo que elas são garantidas pelas câmaras e prestadoras de serviços de compensação e liquidação.

Serão observadas as seguintes restrições para operações sem a finalidade de hedge:

- o depósito de margem fica limitado a 8% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliário de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao índice Bovespa que compõem o patrimônio da carteira do plano;
- o valor total dos prêmios de opções pagos ficará limitado a 8%, do patrimônio da carteira do plano;
- Fica estabelecido o limite de stop loss (perda máxima) de 2% do patrimônio de cada carteira ou fundos de investimentos gerenciados exclusivamente pela Capef, considerando o período de um mês, limitado ainda a 5% considerando o período de um ano.

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL

### Meta de Rentabilidade para o Plano CV I

Em 2014, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, aprovou a Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº18, de 28/03/2006, e determinou que a taxa de juros real anual admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente de contribuições e benefícios estaria limitada ao intervalo, calculado pela metodologia da PREVIC (Portaria PREVIC nº 375, de 17.04.2017), compreendido entre 4,36% e 6,63%, sendo definida em função da duration do Plano CV I que é de 18,72 anos (demonstrações atuariais de 2016).

Para o total de ativos do Plano CV I a rentabilidade a ser perseguida, para o ano de 2018, é IPCA + 5,25% a.a. (Proposta de Ação Administrativa Operacional 2017/164, de 09/10/2017). O perfil de renda e consumo considerado no levantamento da variação de preços do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE, mostra-se aderente com o perfil do benefício pago ao participante assistido do plano.

### Meta de Rentabilidade para cada Segmento de Aplicação

Além da meta do plano de IPCA+5,25%, a entidade trabalha com metas para cada um dos segmentos de aplicação conforme especificado a seguir:

#### a. Renda Fixa

A Carteira de Renda Fixa tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial + 0,40 pp/ano

#### b. Renda Variável

O segmento de Renda Variável tem como benchmark a variação do IbrX50 + 1,0 pp/ano. Como estratégia de diversificação de ativos da carteira, poderão ser realizados investimentos em ativos que tenham benchmarks diferentes do IbrX50.

**c. Investimentos Estruturados**

Para o segmento de investimentos estruturados as metas serão:

1. Fundos Imobiliários: superar a variação do IFIX + 0,5 pp/ano;
2. Fundos de Participações - FIP's: meta atuarial acrescido de spread de 5,0 pp/ano;
3. Fundos multimercados do segmento de estruturados: meta atuarial acrescido de 1,5 pp/ano.

**d. Investimentos no Exterior**

Para o segmento de investimentos no exterior a meta será:

- i. Meta atuarial + 0,75 pp/ano;

**e. Imóveis**

A carteira de imóveis terá como referencial de rentabilidade superar a variação do Índice Geral do Mercado Imobiliário - Comercial - IGMI-C, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**f. Operações com Participantes**

A Carteira de Operações com Participantes tem como referencial de rentabilidade superar a meta atuarial acrescida dos custos administrativos. As características das operações com os participantes são definidas na Política de empréstimo da entidade que engloba as regras para contratação dos EAP's - Empréstimos a Participantes.

## RISCO

O risco de mercado, segundo a PREVIC, origina-se "por movimentos adversos da taxa de juros e da variação dos preços dos ativos, que podem afetar o desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios".

Na CAPEF, o risco de mercado é tratado conforme descrito no Modelo de Gestão de Risco de Mercado, aprovado pela PAOA 2016/49 de 22 de abril de 2016.

Adotar-se-ão os seguintes percentuais de variação de risco máximo por Carteira de Investimento:

- Renda Fixa: até 2% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Fundo Multimercado: até 3% do valor do patrimônio líquido da carteira;
- Renda variável: até 6,39%, baseado pelo VaR do benchmark da carteira, o IBRX-50, desde 2008 até novembro de 2015, acrescido de três desvios-padrão;
- Investimentos no Exterior: até 4%, baseado no VaR dos Fundos classificados como Multimercado Investimento no Exterior acrescido do VaR da taxa de câmbio dos últimos 24 meses.

Será realizado teste de stress com a finalidade de analisar o comportamento da rentabilidade em relação à meta atuarial em um momento de alta volatilidade do mercado.

Os parâmetros utilizados nos cenários de estresse são definidos em reunião do Comitê de Investimentos, de acordo com o comportamento do mercado.

## CÓDIGO DE ÉTICA

O código de Ética direcionado a todos os terceirizados, funcionários, diretores e conselheiros da CAPEF foi aprovado em reunião do Conselho Deliberativo e está disponível para todos os participantes e funcionários por meio da página eletrônica da Entidade e da Central de Atendimento.

O Código de Ética atende determinação da Resolução nº 13, de 01/10/2004 e tem como objetivo regular as atividades dos dirigentes e colaboradores da CAPEF com vistas a garantir sua transparência na gestão e consolidar a imagem ética de entidade.

A adesão a princípios éticos comuns tem sido parâmetro para a adaptação do mercado e das regras locais aos preceitos internacionais relativos à redução do risco.

## MODELOS DE GESTÃO

A Capef adota três modelos de gestão: Gestão própria (realizada pela própria entidade); Gestão terceirizada (realizada por gestores contratados); e Gestão compartilhada (realizada pela Capef em conjunto com uma Instituição Financeira).

## CUSTOS

No ano 2017, o Plano CV I apresentou R\$ 120.745,90 de custos, referentes à taxa de custódia, Selic/Cetip, CVM/CBLC, Corretagens/emolumentos e Outras.

## METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS GESTORES EXTERNOS

### a. Gestores de Fundos de Investimentos

A Entidade utiliza modelo desenvolvido internamente com base em análise quantitativa e qualitativa. O processo de seleção de gestores externos será orientado pela metodologia apresentada a seguir e apresentada para o Comitê de Investimentos:

I. Definição das classes de fundos, segundo classificação da Anbima;

II Aplicação das regras de filtros: patrimônio do fundo, quantidade de cotistas, auditores independentes e histórico do fundo.

III. Os fundos selecionados nos itens i e ii são submetidos, por classes de fundos, a análises quantitativas e qualitativas. Atribui-se um peso de 80% à análise quantitativa e 20% a qualitativa. A seguir, um resumo das variáveis, bem como de seus respectivos pesos, embutidas no modelo de seleção de gestores:

Avaliação quantitativa (peso 0,80)

Rentabilidade (peso 0,30)

Retorno em 12 meses (peso 0,10)

Retorno em 24 meses (peso 0,20)

Retorno em 36 meses (peso 0,30)

Alfa em 12 meses (peso 0,05)

Alfa em 24 meses (peso 0,15)

Alfa em 36 meses (peso 0,20)

Sharpe (peso 0,50)

Sharpe em 12 meses (peso 0,20)

Sharpe em 24 meses (peso 0,30)

Sharpe em 36 meses (peso 0,50)

Avaliação qualitativa (peso 0,20)

Volume sob Gestão (peso 0,70)

Relacionamento com a Capef (peso 0,30)

IV. Ranqueados os fundos dentro de suas respectivas classes, a etapa final envolve a simulação de carteiras com diferentes composições visando a melhor relação risco/retorno.

**b. Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários**

O risco de crédito representado por uma corretora e distribuidora pode ser considerado baixo, pois apenas prestam serviços de intermediação financeira. Seus resultados são baseados em corretagens e comissões, não havendo aporte de recursos por parte de seus clientes na forma de investimentos.

A CAPEF atua no sentido de se obter o melhor percentual de devolução das corretagens, inclusive para operações realizadas nos fundos exclusivos de gestores externos.

Fica determinado que a devoluções de corretagem, para fundos exclusivos, será de no mínimo 90% de devolução. Esse percentual poderá ser de no mínimo 80% caso a corretora forneça serviços de análise de empresas, conference call's com analistas, economistas e envio de relatórios.

**c. Corretoras de imóveis**

A CAPEF realiza parcerias com diversas imobiliárias/corretores, estas sediadas na cidade do imóvel a ser locado/alienado, ou de outras praças, porém, em caráter excepcional, poderá contratar imobiliárias/corretores em regime de exclusividade para locação/venda de unidades comerciais desocupadas.

Na escolha das empresas imobiliárias e/ou corretores para compra/venda e locação serão observados aspectos como: consolidação da empresa, tradição no mercado, plano de atuação, estrutura disponível e trabalhos executados anteriormente para a Entidade.

Em termos de remuneração, a corretagem ficará limitada a taxa máxima de 6% do valor da venda à vista ou a prazo, no caso de alienações, e do valor equivalente de até dois alugueres mensais, no caso de locação. Será admitida a possibilidade de revisão de tais condições somente em casos especiais apreciados individualmente pelo Comitê de Investimentos/Diretoria Executiva da CAPEF, onde seja comprovada maior dificuldade de comercialização, vacância crônica, elevados custos de despesas fixas (IPTU, Foro, Condomínio, etc) na manutenção do imóvel.









# CAPEF

Seu Plano de Previdência

[www.capef.com.br](http://www.capef.com.br)

 /capefnaweb  /tvcapef